

UniAGES
Centro Universitário
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

JOSÉ ROBSON DOS ANJOS LIMA

**ARQUITETURA E EXPRESSÃO: proposta de anteprojeto
arquitetônico para o Mercado Público Municipal de
Paripiranga (BA)**

Paripiranga
2021

JOSÉ ROBSON DOS ANJOS LIMA

**ARQUITETURA E EXPRESSÃO: proposta de anteprojeto
arquitetônico para o Mercado Público Municipal de
Paripiranga (BA)**

Trabalho Final apresentado no curso de Graduação do Centro Universitário AGES como um dos pré-requisitos para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Me. Elso de Freitas Moisinho Filho

Paripiranga

2021

JOSÉ ROBSON DOS ANJOS LIMA

**ARQUITETURA E EXPRESSÃO: proposta de anteprojeto
arquitetônico para o Mercado Público Municipal de Paripiranga (BA)**

Trabalho Final apresentado no curso do Centro Universitário AGES como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo à Comissão Julgadora designada pelo colegiado do curso de graduação do Centro Universitário AGES.

Paripiranga, ____ de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Elso de Freitas Moisinho Filho
Orientador / UniAGES

Prof^a. Me. Waleska Diniz Santana
Membro Interno / UniAGES

Prof. Esp. Flávio Novais Dantas
Membro Externo / Arquiteto e Urbanista

| | |
|--|---|
| | LIMA, José Robson dos Anjos, 1981 |
| | ARQUITETURA E EXPRESSÃO: proposta de anteprojeto arquitetônico para o Mercado Público Municipal de Paripiranga (BA) / José Robson dos Anjos Lima. |
| | xxx f.: il. |
| | Orientador: Prof. Me. Elso de Freitas Moisinho Filho. |
| | Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – UniAGES, Paripiranga, 2020. |
| | 1. Arquitetura e expressão 2. Arquitetura de Mercado Público. Título II. UniAGES |

Ao meu filho, Fhelippe Lima, por todos os momentos que passamos e iremos passar por toda a vida. Amor de pai e filho é inexplicável, algo eterno, independentemente de qualquer situação. Um eu te amo é pouco diante do universo de sentimentos que despertamos durante a vida.

AGRADECIMENTOS

Ninguém vence só, a trajetória deste trabalho de conclusão reafirmou o apoio de várias pessoas que sempre estiveram ao meu lado, vibrando pelo meu sucesso. Agradeço:

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo desta jornada de cinco anos de estudo. Houve medos, dúvidas, incertezas, mas com as suas bênçãos Dele foram superadas.

Aos meus pais Antônio Virgínio Lima e Efigênia Maria dos Anjos, ao meu filho Felipe Lima, minha irmã Esicleide Lima, sobrinhas: Dr.^a Bruna Larissa e Letícia Lima. Pessoas fundamentais na minha vida, a quem devo todo o respeito e admiração. Estiveram, e estão, sempre ao meu lado, em todos os momentos.

Ao Centro Universitário AGES, pela oportunidade de trazer o curso dos meus sonhos para minha cidade, com grandes mestres.

Ao orientador, Prof. Me. Elso de Freitas Mozinho Filho, pessoa singular, humana, compreensiva, profissional incrível de grande competência. Parceiro desde o primeiro encontro da graduação, sempre nos conduziu e instigou a evolução, enquanto futuros profissionais de arquitetura.

Aos coordenadores durante toda graduação: Prof. Me. Elso de Freitas Mozinho Filho, Prof^a Andrea Reis e Prof. Bruno Almeida, pela dedicação e parceria.

Aos professores, Flávio Novais, Renata Dantas, Manasses, Daniel Anvar, Daniel Vieira, Mayara Silva, Elaine Lima, profissionais se dedicaram e estiveram ao meu lado com grandes ensinamentos profissionais e até pessoal (sim! Grande parte se tornaram amigos para vida).

Aos colegas de curso, Ana Paula, Wolney Wagner, Reinaldo Santos e Raul Celestino, com quem tive o privilégio de compartilhar momentos de alegria, de dores, angustias e companheirismo. Nesse momento oportuno, expresso gratidão a vocês e aos demais colegas de graduação.

À família Lima, pela admiração e respeito que sempre tiveram por mim. E a minha família de coração: José de Jesus, Luciana Virgínia, Itana Virgínia, Sônia Lima, Aisi Lima, Ana Lúcia, Ana Carmem, Marluce Santos, sem o incentivo e vibrações positivas de vocês eu não teria chegado até aqui.

Aos colegas/amigos de trabalho: Anajara, Poliana, Elenilda, Idaiane, Cristiana, Geilza, Alisson, Edjalmo e Geocasta. Meu sentimento é de gratidão por ter vocês no meu dia a dia. Obrigado pelo apoio de sempre.

O projeto ideal não existe, a cada projeto existe a oportunidade de realizar uma aproximação.

Paulo Mendes da Rocha

RESUMO

As edificações sofrem deterioração pela ação do tempo, vandalismo, ou até mesmo por questões de manutenção nos equipamentos urbanos. No caso dos Mercados Municipais, acrescenta-se a ineficiência das políticas públicas, por isso a presente pesquisa busca apresentar uma proposta de anteprojeto arquitetônico para promover a reestruturação do Mercado Municipal de Paripiranga-BA, tendo em vista as adequações às normas vigentes de acessibilidade – a NBR 9050/2020 – e às normativas propostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Essa proposta busca atribuir maior dinamismo e um uso mais frequente do mercado proposto, que ofertará espaços que contemplem não apenas as funções básicas, mas também eventos culturais, gastronômicos, feiras itinerantes e lazer; em suma, um espaço multifuncional, seguro e acessível a todos. Para tanto, foi necessário conhecer o funcionamento dinâmico do mercado em questão, adequar as edificações existentes às normas atuais, tendo em vista as questões orçamentárias que atendam às necessidades dos munícipes locais e torná-las viáveis aos ideais econômicos com a proposta de gerar empregabilidade. Sendo assim, foram realizados os seguintes procedimentos: uma pesquisa qualitativa, de caráter observatório, com a finalidade de analisar a qualidade arquitetônica e funcional do referido Mercado; revisão na legislação da Anvisa e demais normas cabíveis e necessárias; observação do ambiente para diagnosticar as problemáticas na infraestrutura, no funcionamento e no entorno da construção; a pesquisa de amostragem, realizada com pessoas, residentes na cidade de Paripiranga e cidades circunvizinhas; e, por fim, questionário com o responsável pelo setor da Prefeitura Municipal de Paripiranga, com um teor mais técnico. Desse modo, o objetivo deste estudo é desenvolver um programa de necessidades com adequações que supram às necessidades do equipamento urbano tendo em vista os aspectos sustentáveis, de acessibilidade e que futuramente seja aprovado pelos órgãos competentes, na manipulação e armazenamentos adequado para os alimentos comercializados. Assim, trará pontos de melhoria para a população local atendendo a três pilares que embasaram o projeto: espaços de vendas estruturados que fomentem emprego e renda, oferta de alimentos saudáveis e sociabilidade urbana, que envolverá a sociedade para troca de experiências e cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado Municipal. Reestruturação. Acessibilidade. Renda. Cultura. Lazer.

ABSTRACT

Buildings deteriorate due to the course of time, vandalism, or even maintenance issues in urban equipment. Regarding Municipal Markets, the inefficiency of public policies is added, so this research seeks to present the proposal of an architectural draft to promote the restructuring of the Municipal Market of Paripiranga-BA, bearing in mind the adaptations to the current accessibility standards - NBR 9050/2020 – and the regulations proposed by the National Health Surveillance Agency (ANVISA). This proposition aims to provide greater dynamism and more frequent use of the proposed market, which will offer spaces that contemplate not only basic functions, but also cultural, gastronomic events, traveling fairs and leisure; in short, a multifunctional space, safe and accessible to everyone. Therefore, it was necessary to know the dynamic functioning of the aforementioned market, adapt existing buildings to current standards, considering the budgetary issues that meet the local citizens' needs and make them viable to economic ideals with the proposal of generating employability. Consequently, the following procedures were carried out: a qualitative, observatory survey, with the purpose of analyzing the architectural and functional quality of the referred market; review of Anvisa's legislation and other applicable and necessary standards; observation of the environment in order to diagnose infrastructure problems, functioning and surroundings of the construction; the sampling research, carried out with inhabitants of the city of Paripiranga and surrounding cities; and, finally, a questionnaire with the person responsible for the sector of the City Hall of Paripiranga, this with a more technical content. Thus, the objective of this study is to develop a program of needs with adjustments that meet the requirements of urban equipment regarding the sustainable aspects, accessibility and that in the future will be approved by the proper authorities, in the handling and storage appropriate for commercialized foods. Thus, it will bring improvement features for the local population, meeting the three pillars that supported the project: structured sales spaces that encourage employment and income, offer healthy food and urban sociability, which will involve society to exchange experiences and culture.

KEYWORDS: Municipal Market. Restructuring. Accessibility. Income. Culture. Leisure.

LISTAS

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - MERCADO DE SÃO JOSÉ, NO RECIFE - PE..... | 25 |
| FIGURA 2 - MERCADO PÚBLICO DE GRENELLE, EM PARIS | 26 |
| FIGURA 3 - MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO. SÃO PAULO - SP..... | 27 |
| FIGURA 4 - VISÃO A PARTIR DA VÁRZEA DO CARMO (ATUAL PARQUE DOM PEDRO II)..... | 28 |
| FIGURA 5 - REFORMA URBANA SANITÁRIA, RIO DE JANEIRO, SEC. XX | 29 |
| FIGURA 6 - PLANTA DO RIO DE JANEIRO COM DESTAQUE PARA AS NOVAS AVENIDAS PROPOSTAS À ÉPOCA | 30 |
| FIGURA 7 - MERCADO CENTRAL DA CANDELÁRIA. RIO DE JANEIRO - RJ | 31 |
| FIGURA 8 - HALLES DE PARIS LE 28 FÉVRIER 1969..... | 31 |
| FIGURA 9 - PRIMEIRA ARQUITETURA DO MERCADO MODELO, ENTRE 1912 E 1915. SALVADOR – BA..... | 32 |
| FIGURA 10 - MERCADO MODELO – 1960 | 33 |
| FIGURA 11- MERCADO MODELO. SALVADOR – BA..... | 34 |
| FIGURA 12 - PLANTA DA ÁGORA DE PRIENE | 35 |
| FIGURA 13 - PLANTA DO MERCADO DE SEGUNDO TIPO | 37 |
| FIGURA 14 MERCADO PÚBLICO NO IMPÉRIO ROMANO | 38 |
| FIGURA 15 - HALLES CENTRALES, 1853. | 39 |
| FIGURA 16 - ARMAZENAMENTO IDEAL | 47 |
| FIGURA 17 - PEIXARIAS DO MERCADO PÚBLICO-FLORIANÓPOLIS | 49 |
| FIGURA 18 - CROQUIS DO MERCADO DE SÃO PEDRO - NITERÓI – RJ..... | 54 |
| FIGURA 19- FLUXOGRAMA DA METODOLOGIA DE PROJETO ARQUITETÔNICO APLICADA A MERCADOS PÚBLICOS..... | 55 |
| FIGURA 20 - CÂMARA FRIA..... | 56 |
| FIGURA 21 - TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE | 58 |
| FIGURA 22 - MERCADO MUNICIPAL DE SANTA CATERINA..... | 60 |
| FIGURA 23 - PLANTA BAIXA COM INDICAÇÃO DE ACESSOS E FLUXOS | 61 |
| FIGURA 24 - CORTE LONGITUDINAL DO MERCADO DE SANTA CATERINA..... | 62 |

| | |
|---|-----|
| FIGURA 25 - MERCADO MUNICIPAL DE SANTA CATERINA..... | 62 |
| FIGURA 26 - DETALHE DA COBERTURA DO MERCADO MUNICIPAL DE SANTA CATERINA | 63 |
| FIGURA 27 - FACHADA DO MERCADO CENTRAL | 64 |
| FIGURA 28 - MERCADO CENTRAL DE FORTALEZA | 65 |
| FIGURA 29 - CASA CONSTRUÍDA EM PAU-A-PIQUE NA CHAPADA DIAMANTINA NO ESTADO DA BAHIA. | 66 |
| FIGURA 30 - CASA DE TAIPA TAPIOCARIA..... | 67 |
| FIGURA 31- FACHADA DA CASA DE TAIPA TAPIOCARIA..... | 68 |
| FIGURA 32 - MAPA DA BAHIA | 70 |
| FIGURA 33 - FEIRA LIVRE DE PARIPIRANGA NA DÉCADA DE 50..... | 72 |
| FIGURA 34 - MERCADO MUNICIPAL DE PARIPIRANGA – BA | 73 |
| FIGURA 35 - AÇOUGUE MUNICIPAL DE PARIPIRANGA – BA | 73 |
| FIGURA 36 - PLACA DA CONSTRUÇÃO DA RUA JOSÉ CARVALHO SANTA ROSA, EM 1987..... | 74 |
| FIGURA 37 - ATUAL MERCADO MUNICIPAL DE PARIPIRANGA | 75 |
| FIGURA 38 - VISTA AÉREA DO AVALIANDO E DA REGIÃO DE ENTORNO..... | 76 |
| FIGURA 39 - IMAGENS DO OBJETO DE ESTUDO | 79 |
| FIGURA 40 - MERCADO DE CEREAIS..... | 84 |
| FIGURA 41- ANÁLISE DO ENTORNO | 90 |
| FIGURA 42 - CLASSIFICAÇÃO VIÁRIA DE PARIPIRANGA-BA | 91 |
| FIGURA 43 - ANÁLISE DAS CONDICIONANTES NATURAIS | 92 |
| FIGURA 44 - ANÁLISE DOS VENTOS..... | 93 |
| FIGURA 45 - ANÁLISE DE INSOLAÇÃO | 94 |
| FIGURA 46 - ANÁLISE DA TEMPERATURA | 95 |
| FIGURA 47 - PLANTA TOPOGRÁFICA..... | 97 |
| FIGURA 48 - DIAGRAMA DE EVOLUÇÃO VOLUMÉTRICA | 99 |
| FIGURA 49 - PILARES DO PROJETO | 101 |
| FIGURA 50 - ESQUEMATIZAÇÃO DE SETORIZAÇÃO | 106 |
| FIGURA 51 - CORTE ESQUEMÁTICO | 107 |
| FIGURA 52 - PREVISÃO DO SISTEMA ESTRUTURAL..... | 109 |
| FIGURA 53 - ESQUEMA DE FLUXO DO PRIMEIRO MERCADO | 111 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 - QUANTITATIVO DE AMBULANTES..... | 103 |
|--|-----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 - TIPOS DE AÇOUGUE | 43 |
| QUADRO 2 - QUANTITATIVO POPULACIONAL | 71 |
| QUADRO 3 - PANORAMA ECONÔMICO | 71 |
| QUADRO 4 - MERCADO DE TRABALHO..... | 71 |
| QUADRO 5 - ÍNDICES URBANÍSTICO | 89 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| ADAB | Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| APO | Avaliação Pós Ocupação |
| APP | Áreas de proteção permanente |
| BA | Bahia |
| C.A | Coefficiente de Aproveitamento |
| CBIC | Câmara Brasileira da Indústria da Construção |
| CO ² | Gás carbônico |
| DIVISA | Diretoria de Vigilância Sanitária e Higiene Ambiental |
| GAB | Gabarito de Altura Máximo |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IMS | Instituto Moreira Salles |
| Kg | Quilograma |
| TEM | Ministério da Economia |
| RAIS | Relação Anual de Informações Sociais |

| | |
|--------|--|
| CAGED | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados |
| NBR | Norma Brasileira |
| °C | Graus Celsius |
| PcD | Pessoa com deficiência |
| PE | Pernambuco |
| PVC | Polyvinyl chloride (Policloreto de polivinila) |
| RDC | Resolução da Diretoria Colegiada |
| RJ | Rio de Janeiro |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEI | Sistema Eletrônico de Informações |
| SESAB | Secretaria da Saúde do Estado da Bahia |
| SP | São Paulo |
| SUVISA | Superintendência de Vigilância em Saúde |
| SVS | Subsecretaria de Vigilância à Saúde |
| TJPE | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO |
| TO | Taxa de Ocupação |
| TP | Taxa de Permeabilidade |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 17 |
| 2. O MERCADO | 22 |
| 2.1. Breve histórico dos mercados | 22 |
| 2.2. Definição e classificação dos mercados | 35 |
| 2.3. Mercado: espaço público ou privado | 39 |
| 2.4. O mercado como expressão cultural | 40 |
| 2.5. O mercado, suas normas e legislações | 42 |
| 2.5.1. ANVISA | 44 |
| 2.5.2. Legislação Municipal..... | 49 |
| 2.6. Diretrizes e recomendações | 53 |
| 2.6.1. Fluxo | 53 |
| 2.6.2. Câmara fria | 56 |
| 2.6.3. Princípios de sustentabilidade | 57 |
| 3. REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS..... | 59 |
| 3.1. Mercado Municipal de Santa Caterina | 59 |
| 3.2. Mercado Central de Fortaleza (Ceará) | 63 |
| 3.3. Inspiração regional..... | 65 |
| 4. MERCADO MUNICIPAL DE PARIRIPIRANGA-BA | 69 |
| 4.1. Localização e características | 69 |
| 4.2. Indicadores | 70 |
| 4.3. O mercado municipal..... | 72 |
| 4.4. Diagnóstico – Análise Técnica..... | 75 |
| 4.4.1. Caracterização da região | 75 |
| 4.4.2. Informações Tributárias..... | 77 |
| 4.4.3. Documentação | 77 |
| 4.4.4. Descrição das características do imóvel | 79 |
| 4.4.5. Princípios e ressalvas | 80 |
| 4.4.6. Quanto aos riscos | 81 |

| | |
|--|------------|
| 4.4.7. Quanto ao nível da inspeção..... | 81 |
| 4.4.8. Normas associadas..... | 82 |
| 4.4.9. Algumas Considerações | 82 |
| 4.4.10. Análise do usuário | 85 |
| 4.4.11. Resultados parciais | 86 |
| 5. PROPOSTA PROJETUAL | 88 |
| 5.1. Índices urbanísticos | 88 |
| 5.2. Entorno e as condicionantes naturais..... | 89 |
| 5.3. Levantamento topográfico | 96 |
| 5.4. O terreno de implantação | 98 |
| 5.5. Volumetria | 98 |
| 6. MEMORIAL DESCRITIVO | 99 |
| 6.1. Conceito e partido..... | 100 |
| 6.2. Programa de necessidades | 102 |
| 6.3. Setorização..... | 105 |
| 6.4. Sistema Estrutural | 108 |
| 6.5. Fluxos | 110 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| REFERÊNCIAS..... | 115 |
| APÊNDICE..... | 119 |
| ANEXOS..... | 130 |

1. INTRODUÇÃO

Como marco inicial das primeiras manifestações mercantis, a troca de mercadorias foi consequência da insuficiência no abastecimento das populações, em especial, de áreas urbanas. Com a evolução dessa prática e da vida social, a troca transformou-se em comércio e, conseqüentemente, em mercados – localizados em praças públicas.

É perceptível, por exemplo, a existência das ágoras na Grécia antiga que serviam de espaços para impulsionar o comércio varejista, resultando na evolução gradativa dos mercados que se formavam próximo das acrópoles. Com a expansão que ultrapassou muralhas, as acrópoles passaram a ter apenas funções religiosas e as atividades econômicas assumiram, conseqüentemente, os locais de mercado (VARGAS, 2018).

No decorrer da história, esses locais passaram por momentos de glórias e enfraquecimento, advindos de fatores como: surgimento de novos centros urbanos; abandono pelas entidades mantenedoras; desenvolvimento de novas tecnologias de armazenamento; entre outros. A respeito disso, Vargas (2015) relata que a deterioração e a degradação dos mercados, nos centros urbanos, estão atreladas à perda de função, à deficiência na manutenção das estruturas e/ou a questões de gastos econômicos. Como consequência dessa degradação, os danos do espaço físico impactam fortemente na sociedade.

Dada a relevância desta tipologia para a dinâmica da cidade e considerando este um dos espaços democráticos mais significativos, o trabalho propõe uma nova visão acerca das problemáticas recorrentes em mercados municipais, pois além das funções básicas, como espaço de urbanidade e integração social, exerce função responsiva de propulsor da economia, promotor do desenvolvimento das cidades e da qualidade de vida.

Nessa perspectiva, faz-se necessário um olhar mais atento sobre o ambiente em questão e as possibilidades de reestruturação do mesmo, para que se adeque às necessidades da população, às exigências da legislação vigente e dos órgãos responsáveis, a exemplo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A partir desse aspecto e da observação criteriosa da cidade de Paripiranga - BA, surgiram inquietações que motivaram a pesquisa, a saber: como a carência de infraestrutura do mercado municipal impacta no desenvolvimento socioeconômico de Paripiranga; como propor soluções projetuais adequadas às questões bioclimáticas da região alinhadas ao menor impacto financeiro; como promover permanência deste equipamento na malha urbana.

Para construir uma proposta que atendesse aos quesitos mencionados, foram explorados aspectos a respeito desse equipamento de uso coletivo que se destaca na economia urbana, através de análises e reflexões sobre a sua existência, evolução e função, abordado no segundo capítulo. Além disso, fez-se necessário o desenvolvimento de propostas arquitetônicas com vistas a uma reestruturação arquitetônica, em nível de anteprojeto, para os Mercados Municipais de Paripiranga (BA), equipamentos urbanos fomentadores de economia, empregabilidade e renda que passa por momentos de degradação e deterioração, mas que por sua vez essa proposta não tenha um investimento alto à realidade do município.

A realização de qualquer processo de reestruturação de um mercado e seu entorno não deve limitar-se apenas à execução direta do projeto arquitetônico, sendo muito importante ter uma noção do fator histórico, da visão de mercado para formação da sociedade capitalista, seus aspectos sociais, sua importância arquitetônica para o desenvolvimento urbano, seu funcionamento e dinâmica. Outras questões a serem consideradas são as exigências legislativas, orçamentária e estratégias com menor impacto ambiental, explorado no segundo capítulo.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar uma proposta de anteprojeto arquitetônico para promover a reestruturação dos Mercados Municipais da cidade de Paripiranga – BA, com adequações às normas vigentes de acessibilidade, a NBR 9050/2020; além das normativas propostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); na intenção de atribuir maior dinamismo e um uso mais frequente, o mercado proposto, ofertará espaços que contemple não apenas as funções básicas, mas também eventos culturais, gastronômicos, feiras itinerantes e lazer; em suma, um espaço multifuncional, seguro e acessível a todos a fim de garantir uma sustentabilidade econômica e evitar a ociosidade da edificação durante os períodos em que a feira não venha a ocorrer.

Os objetivos específicos propõem conhecer o funcionamento dinâmico do mercado municipal; adequar às edificações existentes às normas atuais, tendo em

vista as questões orçamentárias que atendam às necessidades dos munícipes locais, tornando-as viáveis aos ideais econômicos com a proposta de gerar empregabilidade. São algumas das estratégias que serão contempladas e utilizadas como respostas.

O projeto de reestruturação dos Mercados Municipais na cidade Paripiranga – BA vem para suprir a carência de infraestrutura básica, que perdura por décadas. Sendo estes espaços o único equipamento urbano destinado à comercialização de hortifrutigranjeiro que a cidade possui, é de extrema importância pensar em sua estrutura.

Partindo desse pressuposto, reforça-se a necessidade de um prédio contemporâneo, que atenda às normas sanitárias, de acessibilidade e conforto ambiental; além das premissas de sustentabilidade. Isso porque o mercado, além de resgatar a cultura popular e gastronômica, o artesanato, a música e as danças, proporcionará aos paripiranguenses uma rica estrutura para alavancar a economia, a renda e a empregabilidade. Para isso, se faz necessário conhecer um pouco do contexto histórico, da fecundação a nível nacional até a inserção dos mercados em Paripiranga e a sua importância como catalisador do meio socioeconômico.

É cabível ressaltar que, se nas grandes cidades os mercados municipais são considerados como meio tradicionais de compras e vendas, em sua maioria abandonado pelo poder público e pelo esvaziamento (consequência advinda da concorrência com os meios mais modernos, a exemplo dos shoppings, galerias, supermercados de grande porte, etc. o que contribui diretamente para o sucateamento dos mercados e ocupações indesejadas. Nas cidades interioranas eles são fundamentais.

A problemática encontrada nos Mercados de Paripiranga não está vinculada à competição com outros centros de comércio, mas à ausência de compromisso público com manutenção e adequações às normas atuais. Além disso, as feiras livres, que são reconhecidas pela sua historicidade e resistência às tradições, são utilizadas por toda a população para compras e vendas, pois a cidade oferta poucas opções nesse segmento, abordado no capítulo quatro.

Em vista disso, por se tratar de um bem público, a qualidade e manutenção desses equipamentos urbanos devem ser resguardadas à administração pública, sendo estes os responsáveis pela construção e zelo.

Para realização do presente projeto de pesquisa, foi utilizado método de pesquisa qualitativa, de caráter observatório, com a finalidade de analisar a qualidade

arquitetônica e funcional do Mercado Municipal da cidade de Paripiranga, situada no estado da Bahia; revisão na legislação da Anvisa, em especial a Resolução 216 (2004); no Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação; na NBR 9050/2020; e parâmetros de sustentabilidade.

O método observatório se fez necessário para ter ciência das problemáticas na infraestrutura, no funcionamento e no entorno da construção. Isso possibilitou a realização de um esboço na fase de pré-projeto e uma melhor definição na etapa de anteprojeto que atenda às necessidades dos usuários de acordo com as normas vigentes.

Outro método aplicado foi a pesquisa de amostragem. Essa, realizada com pessoas da cidade de Paripiranga, residentes na zona urbana, zona rural e também de outras cidades. O processo de seleção das pessoas se deu de forma aleatória, após receber as respostas foi confeccionado gráficos de pizza para analisar a porcentagem dos resultados.

Um questionário mais específico foi realizado com o responsável pelo setor da Prefeitura Municipal de Paripiranga, com um teor mais técnico. As questões levantadas foram baseadas em um *checklist* de avaliação executado pela ANVISA e convertido em perguntas. O objetivo deste é desenvolver um programa de necessidades com adequações que supram às necessidades do equipamento urbano e na hipótese de ser colocado em prática, obter uma aprovação pelo órgão anterior citado, para manipulação e armazenamento dos alimentos.

Foram utilizados, para confirmação e complementação ao estudo realizado em campo, livros e artigos, em idioma português – embasadas em Vargas (2018), Max Weber (2004), Soja (1993), Lefebvre (1968), Romero (2003), Cambiaghi (2017), Fernandes et al. (2005), Jourda (2013), Corbella e Yannas (2003); bem como nas diretrizes da NBR 9050 (2020), NBR 13532, RDC nº 331, NBR 5674 (1999) – foram constados os seguintes aspectos: origem, formação, práticas comerciais, funcionalidade, desenvolvimento projetual, aspectos de acessibilidade, requisitos básicos arquitetônicos para espaços que manipulem alimentos e a importância deste equipamento para a formação da sociedade capitalista e para o desenvolvimento urbano.

Foram feitos levantamentos das áreas e topografia da dimensão territorial abrangente na proposta, além de estudos de insolação, ventilação e acústica, possibilitando a setorização dos ambientes, conhecer as potencialidades do

local e estudos de implantação. Para tais análises, foram utilizadas ferramentas tecnológicas: Revit 2019, Google Earth Pro, Cadmapper, Lumion 10 e SolAr. Os parâmetros encontrados serão aplicados como melhoria e desenvolvimento do projeto arquitetônico dos Mercados Municipais de Paripiranga-BA, imóvel localizado na região urbana, sendo seu acesso pela via José Carvalho Santa Rosa e José V. de Cerqueira. As vias são pavimentadas e contempladas no seu entorno por casas e comércios.

Para melhor compreensão do conteúdo, o estudo dividir-se-á em sete capítulos denominados em: introdução, o mercado, referências arquitetônicas, mercado municipal de Paripiranga-BA, proposta projetual, memorial descritivo e considerações finais. Na introdução é apresentado o tema de forma abrangente, problema, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, metodologia e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo é apresentado um breve histórico acerca de mercado e como ele sus contribuições no meio urbano, tais como: definições e classificações, uma ênfase na questão, público ou privado; qual o seu papel como expressão cultural; suas normas, legislações, diretrizes e recomendações. No terceiro capítulo referência arquitetônica, apresenta de forma objetiva dois mercados, o de Santa Caterina, em Barcelona, o Mercado Central de Fortaleza e uma inspiração regional, estes embasaram o desenvolvimento do projeto arquitetônico pelas suas formas e soluções projetual.

No quarto capítulo aborda o contexto histórico do Mercado Municipal de Paripiranga, um panorama das características do prédio existente e seu entorno, de forma técnica, apresenta um diagnóstico visual do estado de conservação e patologias. No quinto capítulo, foi trabalhado a proposta projetual com índices urbanísticos, entorno, levantamento topográfico, condicionantes e desenvolvimento volumétrico.

O sexto capítulo trata-se da proposta de intervenção de forma mais detalhada, inicialmente aborda o conceito e partido, programa de necessidades, setorização, fluxos e o projeto arquitetônico, conforme apresentado em apêndice. Por último a conclusão de toda temática abordada no presente trabalho, isso não significa que foi esgotado todo o assunto, mas serve de base para outros projetos de pesquisas com diferentes abordagens relacionadas ao tema, Mercado Municipal, como por exemplo a Avaliação Pós Ocupação (APO), ênfase no desenvolvimento urbano, entre outros.

2. O MERCADO

2.1. Breve histórico dos mercados

O Mercado Público é um equipamento urbano que perdura da antiguidade até os dias atuais, sendo muitos desses espaços destinados a comportar as feiras livres e assim, atribuir uma melhor infraestrutura a esta manifestação social. Segundo Vargas (2018), os mercados são espaços urbanos que possibilitam interação entre usuários e espaços de modo livre, pois toda população (independentemente da posição social) tem acesso. Sendo assim, são locais de convívio e sociabilidade, além de ser responsáveis pelo intercâmbio de produtos advindos do meio rural e escoados nos centros urbanos, e formadores de riquezas culturais por intermédio das relações comerciais.

Max Weber (2004) destaca que o mercado é um local para comercialização ou trocas de bens – de forma regular – e funciona como suporte para suprir as necessidades essenciais dos moradores com os chamados produtos de primeira necessidade, mantido por mercadorias produzidas pela população local e cidades vizinhas. Contudo, o mercado por si só não abastece uma cidade, existe a formação de feiras itinerantes compostas por comerciantes vindos de outras localidades, agregadas a esses locais ou em outros.

A origem do mercado está, portanto, no ponto de encontro de fluxos de indivíduos que traziam seus excedentes de produção para a troca, normalmente localizados em pontos equidistantes dos diversos centros de produção ou em locais estratégicos do ponto de vista da navegação ou da existência de água. (VARGAS, 2012, p.74)

Esse bem público teve seu momento de estrelato e, no decorrer da história, sofreu degradação e desvalorização por questões diversas, entre elas: o abandono pelos órgãos mantenedores, os Municípios. Mas nem todos tiveram o mesmo destino, algumas cidades demoliram, outras reformaram. Segundo Soja (1993), a reestruturação urbana é um advento que promove alterações nas estruturas urbanas,

redefinindo a relação tempo-espaço e a implantação de novos equipamentos. Sendo que não é um processo automático e não tem resultados predeterminados.

Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma complexa e irresoluta de continuidade e mudança. (SOJA, 1993, p. 194).

As transformações pelas quais as cidades vêm sofrendo são reveladas através da necessidade de reestruturação, por meio de inovações, para redefinir a trama cidadina. Segundo Lefebvre (1968), esse é um fator determinante para as estruturas e desestruturas, continuidades e discontinuidades, evoluções e revoluções no tempo, a exemplo de eventos virtuais como o e-commerce que teve suas ações amplificadas nos últimos tempos.

No Brasil, em 10 de julho de 2001, foi aprovada a Lei nº 10257 que cumpre a função de regulamentar a cidade. O artigo 2 da citada Lei estabelece que as políticas urbanas devem ordenar o progresso abrangente dos encargos sociais e do domínio urbano através dos regimes gerais, quais sejam: I - garantia de direitos urbanos sustentáveis, entendidos como o pleno direito ao desenvolvimento do solo urbano, habitação digna, saneamento básico, infraestrutura urbana, serviços e transporte públicos, trabalho e diversão para as gerações atuais e vindouras.

Nesse sentido, a reestruturação da malha urbana é um direito assistido por lei e deve ser exercida pelo poder público. Devendo considerar o objeto e outros correlacionados, como afirma Romero (2003):

O homem deixou de ser nômade, fixou-se em determinadas regiões, e essa mudança alterou a dinâmica da vivência em sociedade. No que diz respeito às atividades mercantis, com os excedentes advindos dos produtores rurais, surgiu a necessidade de troca e, com a popularização dessa prática, iniciaram-se as feiras livres. Essas feiras abrigavam (e abrigam) diversos tipos de trabalhadores em um mesmo local, sendo de grande importância para o abastecimento das comunidades carentes, em virtude do baixo custo, além de abrigar os pequenos comerciantes locais e ser acessível ao público em geral.

Partindo desse pressuposto, surgiu a necessidade de organizar as atividades mercantis em um ambiente que pudesse abrigar uma quantidade maior de produtos e pessoas, surge o então mercado.

O mercado foi, a princípio, lugar exclusivo de mercadores/comerciantes, mas, à medida que o modo de produção feudal se desenvolve, aquele passou a ser indispensável, também, para os senhores feudais, seus vassallos, seus trabalhadores livres, para os servos daqueles, bem como para os artesãos e comerciantes que surgiam nas cidades vivendo dos ganhos realizados nas trocas, quando essa população trazia do campo para as cidades seus produtos. (FREIRE, 2010, p.11).

Isso reforça a percepção de Weber (2004) acerca de mercado municipal. Para ele, o espaço em questão é um local de comercialização regular ou troca de mercadorias que atende às chamadas “necessidades básicas” dos moradores. Mas essa função básica de espaço de urbanidade promove também a integração social.

As grandes cidades, na faixa litorânea brasileira e no interior, desenvolveram, a partir do século XVII, as suas praças do comércio, não apenas como entrepostos de sua atividade mercantil com a Metrópole, mas também como dispositivos de abastecimento, e, ainda, como importantes centros de sua vida social. (FREITAS, 2016, p.37).

Desse modo, os espaços urbanos sediaram, no decorrer da história, encontros e conexões entre localidades e a prática comercial livre, por toda parte do mundo. Segundo Melo (2011), a cidade tem uma relação direta e real com o mercado, isto é, as cidades dependem vitalmente destes centros fundadores que têm a troca como identidade e que, ao chegar no século XIX, ganha novas funções, um mecanismo regulador e higienizador do comércio alimentício.

Os edifícios que cumprem a função de troca fazem parte dos edifícios especializados surgidos nos anos oitocentos para ordenar um processo antigo, mas que não possuía regras. Os exemplares de mercados construídos no século XIX, na Europa, urbanos e organizados, forma seus exemplos mais significativos, apesar de todo e qualquer edifício comercial possa ser enquadrado dentro do mesmo tipo. (MELO, 2011, p.14)

Segundo Vargas (2018), ainda no século XIX, os espaços que abrigam o comércio tiveram sua inserção acrescida de políticas de abastecimento e desenvolvimento do controle sanitário Europeu e, no Brasil, ocorria uma reprodução semelhante dessa arquitetura.

Historicamente, a cidade de Recife foi contemplada com o primeiro mercado construído em solo brasileiro e teve como materiais construtivos predominantes: o ferro e o vidro. O Mercado de São José (Figura 1) foi inaugurado em 1875, pelo governador Tomaz José de, mandado construir pela Câmara do Recife, em 1872.



Figura 1 - Mercado de São José, no Recife - PE
Foto: Sol Pulquério/PCR , 2010.

Inicialmente o projeto foi do engenheiro francês J. L. Victor Leuthier, depois modificado, em Paris, pelo seu compatriota Luis Leger Vauthier. Localizado onde antes era conhecido como Ribeira de Peixes. Sua inspiração arquitetônica vem do mercado público de Grenelle, em Paris, (Figura 2).

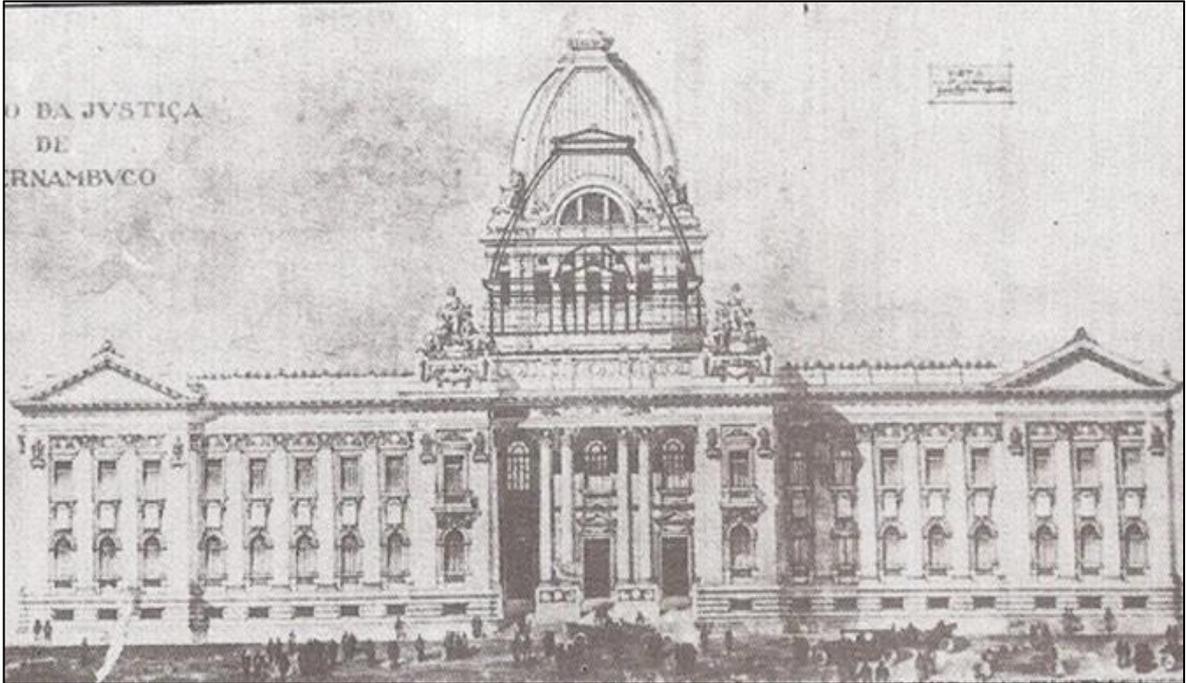


Figura 2 - Mercado público de Grenelle, em Paris
Fonte: Revista do TJPE

Segundo Farias et al (2010), a proposta do governo para a construção um novo mercado teve por objetivo tornar Recife uma cidade moderna e solucionar questões higienistas.

Como solução para atender aos requisitos básicos de ambientes salubres, utilizou-se de grandes claraboias e venezianas, proporcionando aos usuários iluminação e ventilação natural no interior da edificação. Assim também foram implantadas torneiras, uso de piso e sistema de esgotos, para facilitar a limpeza do seu interior.

Já na cidade de São Paulo, o crescimento alterou significativamente sua rotina, o mercado de trabalho foi composto por imigrantes que organizaram grupos sindicais para requerer direitos de moradias e alimentação (MANZONI, 2019). Com isso, o crescimento do comércio ambulante tornou-se incontrolável, surgia um novo modo de viver e trabalhar na capital Paulistana, no final do século XIX, com o funcionamento do Mercado Municipal (Figura 3), localizado no maior foco de comércio clandestino, a rua da Cantareira.



Figura 3 - Mercado Municipal Paulistano. São Paulo - SP
Foto: Getty Images, 2019.

Projetado em 1933 pelo engenheiro Felisberto Ranzini, o Mercado Municipal de São Paulo, conhecido por Mercadão, constitui um misto de cores, sabores e histórias. Com um estilo eclético, sua arquitetura monumental é conservada até nos dias de hoje, e marcou uma requalificação urbana no Centro da capital Paulistana substituindo os mercados Anhangabaú, de Peixes e o Mercado 25 de Março.

Compreender o funcionamento do comércio de alimentos realizado em São Paulo nesse período implica reconhecer, primeiramente, que essa atividade já fazia parte da sociedade paulistana desde o período da escravidão: no século XVIII, negros forros, escravos e brancos pobres faziam quitandas e feiras de produtos caseiros, vendendo frutas, pequenos animais, peixes, lenha, ervas medicinais e outras mercadorias necessárias à sobrevivência da população. Alguns tentavam melhorar as condições de sua própria subsistência, enquanto outros procuravam constituir pecúlio para comprar a desejada liberdade. (MANZONI, 2019, p.64)

Na virada para o século XX, Manzoni (2019) explica o interesse de fazendeiros, comerciantes e banqueiros por São Paulo, resultando na especulação imobiliária que começou a importar modelos de civilizações europeias. O poder público e as legislações eram “armas” da elite para ter o domínio e apropriação dos espaços públicos e locais ocupados pela classe pobre. A forma adotada para a tomada dos locais indesejados foi o Serviço Sanitário do município, assim seria um órgão fiscalizador do saneamento público, (Figura 4).



Figura 4 - Visão a partir da Várzea do Carmo (atual Parque Dom Pedro II).
Fonte: Vincenzo Pastore / Acervo IMS.

Na cidade do Rio de Janeiro, as primeiras décadas republicanas foram destacadas pela grandiosa reforma urbana (Figura 5). No início do século XX, um novo surto epidêmico ameaçava a burguesia e a precariedade de infraestrutura era evidente, com ruas estreitas, calçadas irregulares, esgotamento sanitário e água deficiente ou inexistente (SOUZA, 2017).



Figura 5 - Reforma urbana sanitária, Rio de Janeiro, Sec. XX

Fonte: <https://www.archdaily.com.br>

Para Souza (2017), o Rio de Janeiro mantinha sua estrutura colonial, em grande parte, já não atendia os anseios do desenvolvimento, sendo necessário um amplo projeto de remodelação urbana (Figura 6). Para isso possuía duas frentes de atuação: uma pelo Governo Federal e outra pela Prefeitura, com uma grande sintonia entre si.



Figura 6 - Planta do Rio de Janeiro com destaque para as novas avenidas propostas à época
Fonte: Acervo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

A Candelária, principal praça de Mercado, era a principal afetada pelas condições de insalubridade e a população passava por grandes riscos. Mas os olhares do poder público para o ponto de encontro da urbe com o rural despertaram a necessidade de modernizar a região, com a construção de um novo mercado que trouxesse melhores condições aos novos usuários.

Sob a perspectiva civilizadora das ações reformistas, a construção de uma praça de mercado é, então, a grande oportunidade da administração municipal demonstrar a aplicação de costumes que passariam a ser considerados como socialmente aceitos pela burguesia carioca. Ou seja, a reforma nos costumes foi uma das estratégias para a realização do apagamento das memórias e normas das classes populares também naquele espaço da cidade. (SOUZA, 2017, p.75).

Para Souza (2017), o Mercado Municipal do Rio de Janeiro (Figura 7) teve como modelo o Halles, de Paris (Figura 8). A sua construção iniciou-se em 1903 e estava prevista para inaugurar em 1906, porém houve atrasos por parte da Companhia Mercado Municipal. Mesmo com acordos, a nova data foi descumprida e acordada para entregar no final de 1907, mas o público só teve acesso efetivamente em fevereiro de 1908, com a conclusão das obras.



Figura 7 - Mercado Central da Candelária. Rio de Janeiro - RJ
Foto: Felipe Lucena, 2018.

Diante de sua grandiosidade arquitetônica, no Brasil, era a maior construção em ferro fundido já realizada. Segundo Gomes (1987), o mercado tinha 32.500 metros quadrados, subdividido em vinte e quatro pavilhões, sendo um central. Uma área coberta 12,500 metros quadrados, equivalente à metade do Halles Centrales de Paris, com dimensão de 30.000 metros quadrados.



Figura 8 - Halles de Paris le 28 février 1869
Fonte: Véronique Laroche-Signorile, 2019

Depois de meados do século XX, muitas cidades deram novas funções às praças e mercados, outras mantiveram as funções originais ou demoliram. No ano de 1958, o Rio de Janeiro decidiu demolir o prédio do Mercado, em meio a polêmicas e discursões, foi utilizada como justificativa: a modernização e o progresso. No entendimento das autoridades estavam afastando os vistos como indesejáveis e começando a evolução urbana.

Na cidade de Salvador, Bahia, a construção do primeiro Mercado Modelo teve início em 1911 e foi inaugurado em 9 de dezembro de 1912 (Figura 9), localizava-se em terrenos pertencentes à Marinha, próximo à Praça Cayru. A construção que ocupa uma área de aproximadamente 2.400 metros quadrados, possui estrutura metálica e cobertura de zinco, e tornou-se o principal centro de abastecimento da cidade, principalmente para a comercialização de alimentos (IBGE, 2020)¹.



Figura 9 - Primeira arquitetura do Mercado Modelo, entre 1912 e 1915. Salvador – BA

Fonte: <http://www.salvador-antiga.com/comercio/mercado-modelo/antigo.htm>

A arquitetura de estilo industrial do primeiro prédio do Mercado Modelo não foi reconhecida por todos os baianos. Então, em agosto de 1915, a prefeitura lançou

¹ <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=432158&view=detalhes>

concorrência para sua reforma e ampliação, a única lançada foi dos engenheiros Filinto Santoro e Fila Passos. Com o tempo, o Mercado Modelo tornou-se uma referência cultural para a cidade e inspiração para escritores, pintores e outros artistas locais.

Em 1917, o mercado sofreu seu primeiro incêndio e foi parcialmente danificado. Em 1922, o segundo incêndio destruiu grande parte de sua estrutura. No terceiro incêndio, em 1943, foi parcialmente danificado. Em 1º de agosto de 1969, o último incêndio destruiu completamente o antigo Mercado Modelo, (Figura 10).



Figura 10 - Mercado Modelo – 1960

Fonte: <http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com/2009/>. Adaptado pelo autor.

Em 2 de fevereiro de 1971, foi inaugurado o novo Mercado Modelo no antigo prédio da alfândega, (Figura 11). No entanto, seu comércio passou a ser principalmente o artesanato e as lembranças turísticas baianas.



Figura 11: Mercado Modelo. Salvador – BA
Foto: Adilson Fonseca, 2020.

Considerado um expressivo ponto turístico da cultura popular de Salvador, seus mercados e feiras, mostram-se resistentes, marcado por uma trajetória de incêndios e reconstruções, ainda em tempos atuais o prédio passa por necessidades de adequações no sentido acessibilidade, como afirmam as autoras: Fonseca e Moreira (2006), esse equipamento urbano tem sua atividade principal voltada para o turismo, mas não tem significativos requisitos de cidadania e inclusão social, pois no atendimento às pessoas com deficiência física e idosos. Para utilizar o pavimento superior e subsolo, seus acessos é realizado por escadas. Há anos, os comerciantes de poiso superior reivindicam da Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura Urbana, melhorias e adequações.

2.2. Definição e classificação dos mercados

No entendimento de Varga (2018), pode-se definir mercado como um espaço de troca, em sua maioria espaços públicos, classificados em externos e internos. A troca é uma atividade que já nasceu com o homem, mas para isso acontecer era necessário haver o encontro. Partindo desse pressuposto, Mumford (1965), afirma que o lugar do mercado nasceu da necessidade do encontro. Na Mesopotâmia, os sumerianos simbolizavam a palavra mercado com uma letra do alfabeto, o Y, este representaria bem o significado de encontro de rotas ou duas linhas.

Com isso Varga (2018) afirma que, a origem do mercado está atrelada ao resultado do encontro de fluxos das pessoas que traziam sus produtos excedentes para a troca, por outra mercadoria ou moeda, em sua maioria em locais distantes dos centros de produção.

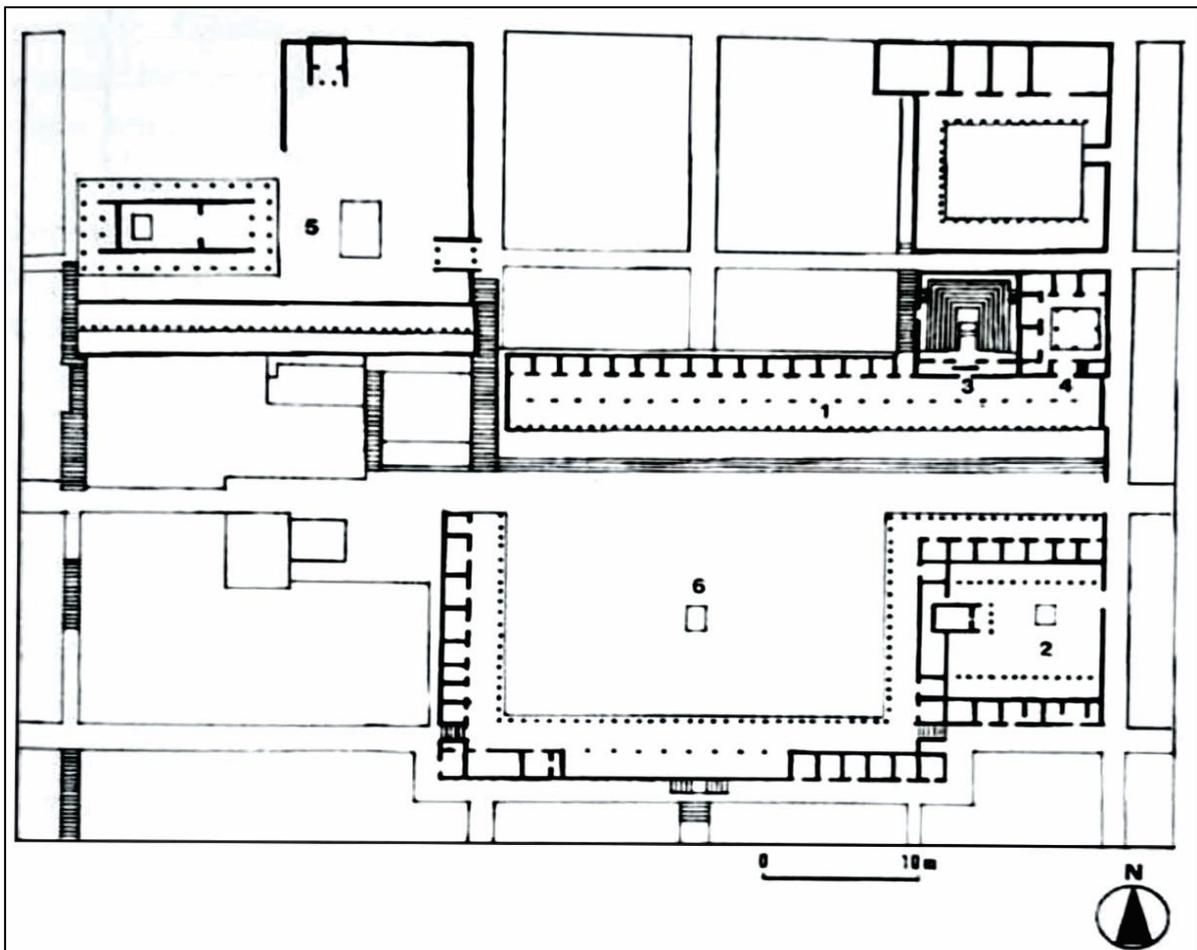


Figura 12 - Planta da Ágora de Priene
Fonte: Vargas, 2008.

A ágora grega (Figura 12), espaço fechado por edifícios, inicialmente, teve como função as relações comerciais e encontros públicos. Segundo Kato (1993) quanto maior a monumentalidade dos edifícios, mais isolava o espaço aberto do entorno urbano. A ágora tinha um formato em U e rodeada de colunatas em três lados fazendo integração com o entorno urbano por um dos lados, fazia parte do conceito grego de cidades. Posterior, esse conceito foi perdido com a influência romana.

Segundo Durand apud Tavares Filho (2005), a definição de tipo está relacionada com o todo, em suma, é a combinação dos elementos construtivos com um grau de semelhança, tais como varandas, ornamentos, pilares, holls, escadas, colunas, dentre outros.

Para melhor definição quanto ao tipo, Argan apud Tavares Filho (2005), agrupa em três categorias: o primeiro tipo, baseado nas configurações gerais das edificações, quando o edifício for implantado no centro ou longitudinalmente; o segundo tipo, quando observados os elementos construtivos, coberturas planas ou em cúpula; o terceiro tipo, identificado pelos elementos ornamentais, conferido às colunas e elementos decorativos. Essa forma de simplificar quanto a classificação, não pode ser reduzida além do tipo.

Nesse contexto, na (Figura 13) trata-se de um dos tipos construtivos para mercados fechado com pátio interno aberto, o segundo tipo, suas características são: planta retangular simétrica, com pátio interno aberto composto por arcadas, esta abriga os boxes/lojas e uma cobertura por todo o perímetro interno, reservando o espaço para passagem de carros. São prédios construídos na metade do século XIX, lembrando um átrio romano.

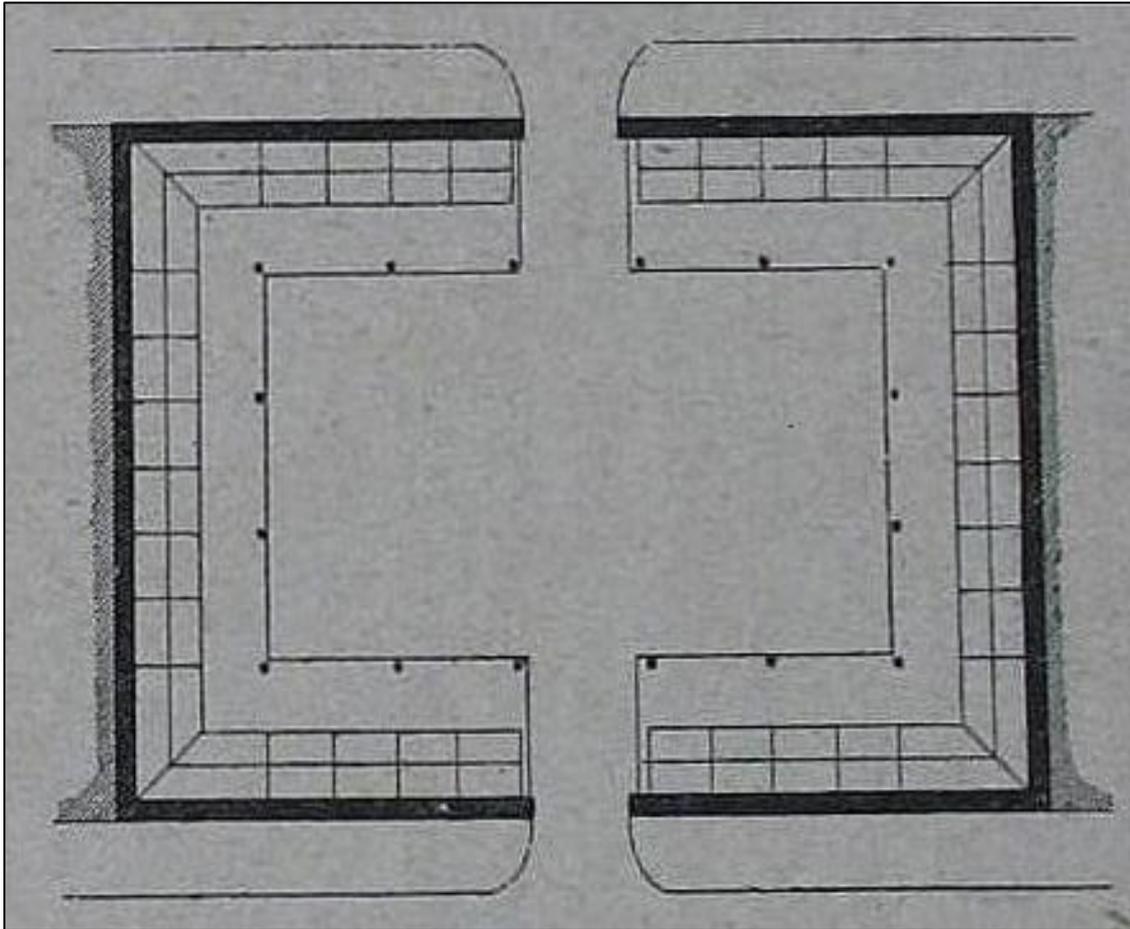


Figura 13 - Planta do Mercado de segundo tipo

Fonte: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>

Durante a civilização romana, a exploração agrícola tinha uma relação direta com outras atividades, o rio Tibre era o intermediador do comércio internacional, às margens localizavam-se vários mercados, também denominados de fóruns, estes seriam os centros sociais, políticos e culturais na sociedade romana.

Os mercados eram considerados o espaço principal da cidade. Na (Figura 14) mostra o funcionamento de um mercado do tipo aberto, no centro havia uma fonte de água pública e no entorno da mesma os camponeses e mercadores armavam suas tendas para comercializar seus produtos.

Com o declínio do Império Romano e a subsequente Idade Média, as relações comerciais internacionais europeias enfraqueceram. Devido à fragilidade do setor varejista, os empresários criaram associações para organizar suas atividades profissionais e fortalecer a indústria, padronizar preços, incentivar métodos e outras formas de melhorar a qualidade dos produtos, mas essas associações foram perdendo gradativamente seus objetivos originais. No final das contas, ele abre

espaço para as elites da produção, dificultando o livre comércio. (VARGAS, 2001 p. 134)

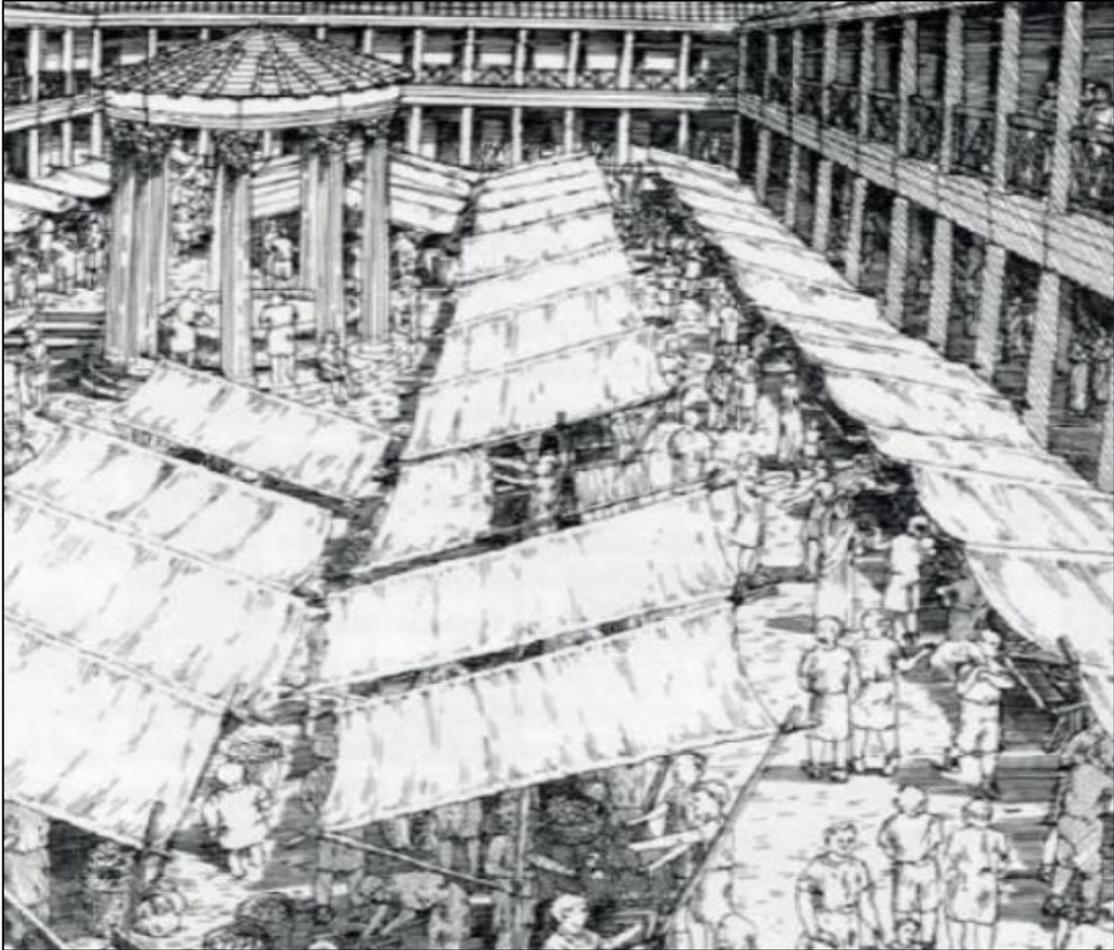


Figura 14 - mercado Público no Império Romano
Fonte: Vargas, 2001

Na metade do século XIX surgem os mercados cobertos em estrutura de ferro dotado de lanternim na Europa. Exemplos desse tipo de mercado é o Les Halles, em Paris (Figura 15). Em 1858, houve um movimento para institucionalizar os mercados antigos e amenizar as desvantagens dos mercados abertos, criando espaços cobertos com barracas permanentes, serviços para coleta de lixo e controle sanitário. A visão acerca do mercado coberto, era que, o espaço pudesse abrigar um número significativo de lojas e público diversificado (VARGAS, 2008).

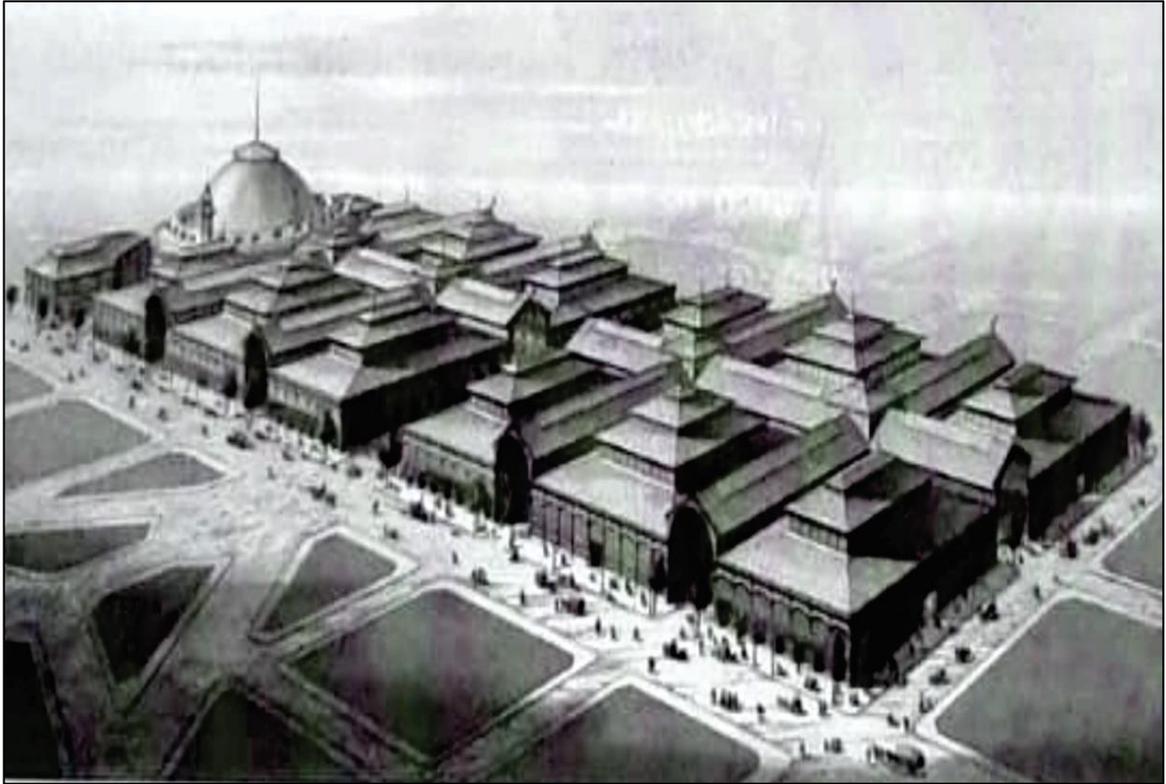


Figura 15 - Halles Centrales, 1853.

Fonte: Vargas, 2008.

2.3. Mercado: espaço público ou privado

Para compreender o espaço, como público ou privado, faz-se necessário entender suas definições. No entendimento de Gastelaars (1993), o espaço público deve ser entendido como o lugar onde o usuário esteja sozinho, mas não se sinta solitário. Um espaço para ser considerado público, no caso de centro urbano, deve ser acessível a toda população e visitantes, ao tempo em que, os mesmos possam interagir livremente, sem restrição, independentemente de sua condição social. Para De Boer (1993, traduzido por Vargas 2018, p. 74),

Nem todos os edifícios considerados públicos, porém são de fato interiores públicos. Muitas vezes não oferecem a possibilidade do anonimato e do não compromisso. Outros, embora com acesso livre, não são para todos, pois códigos de comportamento são esperados, mesmo que não explicitamente solicitados. Um bom exemplo da existência de códigos de condutas são os *shopping centers*, mas mesmo os jardins públicos, no passado, como o próprio Jardim da Luz, em São Paulo, exigiam regras de conduta no interior do parque.

O privado se apresenta quando os espaços seguem regras impostas e é de responsabilidade e manutenção de um único dono, ou sociedade. Neste sentido Vargas (2018) exemplifica o *shopping center* como um advento totalmente planejado. Esse centro de compras se instala em um único edifício, ou em grupo de edifícios planejados, composto por lojas varejistas, segurança, estacionamento, manutenção etc.

A autora ainda relata que, as observações feitas aos centros de comércio não planejados, o mercado, ou planejados, como exemplo, os *shoppings centers*, que ambas as práticas de comércio são inerentes da cidade. O mercado se classifica como uma arquitetura de transição, mas a rua, é o ponto crucial do desenvolvimento do comércio livre e sempre lembrado como meio tradicional de compra.

Esses espaços são construídos com uma função e acabam atraindo outros públicos descompromissados, e é isso que pode tornar um edifício tão atraente. Ou seja, uma função principal para o edifício existir é necessária, mas é precisamente a combinação de no mínimo duas funções que cria o ambiente do lugar (DE BOER, 1993, p.10 apud VARGAS).

Nas contribuições de Castro (2002), o espaço público é tido como um produto de uso social, política-jurídica, mas existem espaços inacessíveis ou proibidos, não são considerados públicos, mas é utilizado coletivamente. A combinação de diversos fatores resulta na construção social e política dos espaços, exprimindo sua qualidade. Tais fatores como: tipos de usos; por quais grupos sociais são utilizados; da qualidade de acessibilidade; da proximidade e ou distância física-social; e do seu reconhecimento. Tais práticas de etiqueta e restrições de comportamento acabam por inibir as expressões culturais de rua, um evento rico em expressividade cultural e legítimo.

2.4.O mercado como expressão cultural

Ao analisar mercado municipal tendo a cultura como um dos paradigmas, entende-se que eles fazem parte da vida da população local de forma mais complexa do que uma relação de compra e venda. Assim, compreende que as movimentações econômicas estão correlacionadas com os fatores socioculturais. A respeito disso

Vargas (2018) comenta da importância dos locais de troca, seu papel não estava expresso apenas na economia, mas na vida social. Tal fato é intensificado quando se considera o abastecimento da população como serviço social.

A feira, advento que trilha lado a lado com mercado, está tomada de um valor cultural para seus frequentadores, sejam eles consumidores ou comerciantes. Tal fato está associado ao ambiente como ponto de encontro onde os usuários fortalecem e mantêm a proximidade e sociabilidade na base da confiança.

O costume de ir ao mercado vira norma, deixa de ser estilo de vida para se tornar gênero de vida. O espaço do mercado se “flexibiliza”, ou seja, este espaço está sendo invadido por um novo momento da história, mais precisamente aquele em que a sociedade está totalmente submetida ao econômico e requer uma maior velocidade das vendas. Primeiros símbolos de uma natureza dominada, os mercados se nos afiguram hoje como elementos que nos aproximam dela por intermédio da cultura, através da qual, hoje, se viabiliza a rentabilidade imediata do capital. Aqueles mercados públicos que deixam de ser funcionais, que não são incorporados a este momento da reprodução do capital, desaparecem da paisagem. (Pintaudi 2006)

Os mercados municipais expressam a cultura e tradição de cada região, segundo Libório e Gândara (2015), tal equipamento urbano tem grande importância para população e o classifica como o mais importante shopping da cidade. Neste sentido a autora confirma os resultados da intervenção ocorrida em Aracaju, no ano de 2001, como positivos, quando a população Aracajuana pôde reviver antigas memórias e houve um aumento da sociabilidade entre jovens, adultos e idosos, que voltaram a frequentar os mercados e redescobriram o que antes estava camuflado pela desorganização e deterioração.

Existem nas cidades determinados espaços privilegiados, carregados de simbolismo e de centralidade no que diz respeito à organização e à representação da vida pública. Estes espaços não são permanentes: acompanham a vida e a evolução da cidade, sua dinâmica social e sua organização espacial – diríamos até que acompanham sua própria identidade (GOMES, 2001, p. 98).

Portanto, no entendimento de Pintaudi 2006, o mercado público central está tentando estabelecer uma imagem tradicional. O ato de comprar e vender produtos da terra faz com que as pessoas tenham a sensação de proximidade condizentes com este local. Ao mesmo tempo, numa sociedade onde tudo é atribuído à economia, essa tradição é reforçada e continua a ser explorada através da cultura.

2.5.O mercado, suas normas e legislações

Um dos primeiros passos a se pensar ao elaborar um projeto arquitetônico são as normas que os regem. O plano diretor Municipal como base para a política de desenvolvimento e expansão urbana está em primeira linha em consonância com a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade. Em suma, os instrumentos anteriores citados direcionam o desenvolvimento Municipal nos aspectos físico, econômico e social.

O presente trabalho reporta a um equipamento urbano específico, o Mercado Municipal, assim faz-se necessário conhecer suas normas mais direcionadas para compor ao conjunto de normativas arquitetônica para um planejamento adequado e racional.

Segundo o SEBRAE², as normas regulamentadoras para mercado são abrangentes, pois depende de cada especificidade do local. Em se tratando do estado da Bahia, local do objeto de estudo, a Vigilância Sanitária é o órgão fiscalizador do armazenamento das carnes e da higiene do espaço; a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), é responsável pela inspeção da qualidade dos produtos às embalagens, equipamentos de aço inoxidável, frigoríficos e uniformes de funcionários.

De acordo com a portaria 264/2016 do Estado de Santa Catarina no (Quadro 1) demonstra diretrizes que definem quanto ao tipo de açougue, A e B e entrepostos. A portaria deixa claro a proibição de vendas de carnes temperadas em ambos os tipos.

O objeto de estudo será trabalhado como tipo B, ou seja, estabelecimento que realizam as atividades de armazenamento, distribuição e venda de carnes e produtos que foram inspecionados na origem, e só podem distribuir de acordo com as necessidades do consumidor final e / ou ser expostos para venda em um balcão refrigerado com controle de temperatura, observar os requisitos das boas práticas de fabricação e manter as condições de preservação, segurança e rastreabilidade dos produtos processados.

² Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é uma entidade privada brasileira de serviço social, sem fins lucrativos, criada em 1972.

| Açougues tipo A | Açougues tipo B | Entrepasto em supermercado ou similares |
|--|--|---|
| Local específico: Climatizado | Sem local específico | Local específico conforme normativas de Órgãos da Agricultura |
| Armazenar, beneficiar, fracionar, fatiar, moer, embalar e rotular; | Fracionar, fatiar e moer na presença do consumidor e/ou balcões expositores com produtos identificados; | Fracionar, fatiar, moer, curar, salgar, temperar , embutir, embalar e rotular; |
| Com responsável técnico – como um médico veterinário ou nutricionista, etc. | Sem responsável técnico | Com responsável técnico, fiscalizados pelo Serviço de Inspeção. |
| Vender somente no próprio estabelecimento. | Impossibilitado de gerar embalagem pré estabelecida para venda, só poderão fracionar e fatiar os alimentos a partir do pedido do consumidor. | Pode vender para outros estabelecimentos |
| Proibida a abertura das embalagens originais de miúdos de todas as espécies e das embalagens de carne de aves. | Proibida a abertura das embalagens originais de miúdos de todas as espécies e das embalagens de carne de aves. | Permitida a abertura das embalagens originais de miúdos de todas as espécies e das embalagens de carne de aves. |

Quadro 1 - Tipos de açougue

Fonte: <https://foodsafetybrazil.org/artigos>

No que diz respeito ao segmento direcionado à comercialização de carnes e afins, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)³, através da resolução -

³ Resolução que dispõe sobre os padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação. No uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 17 de dezembro de 2019, que o Diretor-Presidente Substituto determinou a sua publicação.

RDC nº 331, de 23 de dezembro de 2019, garante a saúde da população com segurança na qualidade alimentar. Esse órgão público fiscalizador encarrega-se de fazer o controle sanitário de uma variedade de produtos, inclusive os destinados ao consumo alimentar, podendo aplicar multas, punições ou suspensão dos estabelecimentos comerciais que descumprirem suas recomendações. Sendo que a aplicação de tais punições afeta a imagem e a credibilidade da instituição. Pode-se destacar, ainda, entre as competências da Anvisa: o controle e fiscalização de produtos que possam vir a colocar a população em risco; e o registro de produtos que garantam sua procedência, proíba a fabricação e comercialização dos que possam conferir danos à saúde.

Além de outras normas inseridas em projetos arquitetônicos, citadas no decorrer da pesquisa, a RDC 216 e RDC 218 foram analisadas como normas correlacionadas ao tema, com a finalidade de respeitar e inserir os preceitos sinalizados nos regulamentos. A mesma está subdividida nas seguintes especificações: nas edificações, equipamentos, instalações, utensílios e móveis; no controle de vetores urbanos e pragas; no fornecimento de água; manipulação dos resíduos; responsabilidade e documentação. Na referida RDC existe outras especificações, porém as mais indicada para projeto arquitetônico, foram as mencionadas anteriormente.

2.5.1. ANVISA

Com a finalidade de desenvolver uma proposta arquitetônica para o Mercado Municipal de Paripiranga, se faz necessário buscar conhecimentos técnicos embasados em normativas que regulamentam o setor de venda e manipulação da carne bovina, peixes e outros, especificamente: RDC 216 – ANVISA e o Decreto Nº 9.013.

Conforme o decreto 9.013/17, em uma estrutura hierárquica a Agência Nacional da Vigilância Sanitária está acima como órgão geral, no nível central a Diretoria de Vigilância Sanitária e Higiene Ambiental-DIVISA, nos Núcleos Regionais de Saúde – NRSs e pelos Núcleos de Vigilância-NV, já constituídos nos Municípios. É de competência da DIVISA: planejar, assessorar, supervisionar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações das regionais.

Já nas ações das NRSs, são as mesmas, porém, limitada aos municípios. Ao nível municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, as atividades de controle de riscos à saúde com base epidemiológica.

Na Bahia, o sistema de vigilância sanitária é coordenado pela DIVISA (Diretoria de Vigilância Sanitária e Higiene Ambiental), órgão fiscalizador de vigilância e proteção à saúde SUVISA da Secretaria Nacional de Saúde SESAB.

A DIVISA, sinaliza que entre os pré-requisitos essenciais para o funcionamento de um açougue estão: balcão refrigerado, pisos e paredes revestidos com material liso impermeável (podem ser ladrilhos cerâmicos ou tinta lavável), uniformes claros, chapéus, máscaras, ganchos de aço inoxidável e a área frigorífica com temperatura inferior a 16°.

O Decreto nº 9.013/17 que regulamenta a lei 1.283/50 e 7.889/89 trata de inspeções industriais e sanitárias de produtos de origem animal. De acordo com o Art. 41, está proibido o funcionamento de estabelecimentos sem as devidas instalações e equipamentos para realizar as atividades pré-definidas conforme o projeto aprovado pelo órgão fiscalizador, como: dimensões mínimas, equipamentos diversos e utensílios de acordo com a função de cada estabelecimento.

O estabelecimento que comercializa produtos de origem animal deve ter as seguintes condições básicas e respeitar as normas técnicas aplicáveis, e não deve afetar outras normas estabelecidas nas especificações complementares:

- O empreendimento deve ser localizado afastado de fontes de odor e poluentes;
- O terreno conter uma área suficiente para circulação de veículos;
- Conter dependências para armazenagem de produtos químicos e substâncias utilizadas no controle de roedores e pragas;
- Desenvolver um fluxo organizado, sem interferências e prevenir ações contaminantes cruzadas;
- Paredes de vedação com revestimentos ou impermeabilizadas para facilitar a higienização;
- Pé-direito com altura adequada que comportem os equipamentos necessários à atividade;
- As dependências dos ambientes de recepção, manuseio deve conter forro;
- Piso com inclinação adequada para facilitar a drenagem e higienização com ralos sifonados;

- Criar barreiras sanitárias com equipamentos de pias para higienização nos acessos as áreas de produção;
- Nas janelas e abertura conter dispositivos para o controle de vetores e pragas;
- Usar luz e ventilação natural ou artificial em todas as dependências;
- O material dos utensílios resistentes a corrosão, atóxico que não permitam sujeiras indesejadas;
- Dependência para higienização dos utensílios de transporte do alimento, quando não for alimento, ser identificado na cor vermelha;
- Instalações para armazenamento de água potável suficiente para demanda;
- Os reservatórios devem ser higienizados regularmente e protegidos;
- As câmaras frigoríficas, antecâmaras deve, ser higienizados regularmente.

Ainda tratando de infraestrutura física a Resolução nº 216/04 dispõe sobre regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Dentre vários artigos e incisos será de muita importância usar como base para o projeto em desenvolvimento os seguintes:

- Quanto as questões de esgotamento, as caixas de gordura e de esgoto devem ser dimensionadas de acordo com o volume de resíduos produzidos, localizados fora do ambiente de armazenamento;
- A iluminação da área de preparo deve ser otimizada para que as atividades sejam realizadas sem afetar a higiene alimentar e as características sensoriais. As lâmpadas localizadas acima da área de preparação de alimentos devem ser adequadas e protegidas da evitar explosões e quedas acidentais;
- As instalações de banheiros e vestiários não devem ter uma comunicação direta com as áreas de preparação e armazenamento de alimentos ou refeitório. A porta deve conter um dispositivo de fechamento automático;
- As instalações elétricas ser planejadas para embutir ou em eletroduto, desde que não impeça a higienização do ambiente;
- Quanto a ventilação, o fluxo de ar não devem incidir diretamente nos alimentos, mas deve garantir a renovação do ar, tornando o ambiente livre de gases, fungos, pós, entre outros;
- Nas áreas de manipulação devem existir lavatórios exclusivos para higienização das mãos, posicionados estrategicamente em relação ao fluxo de preparo;

- As superfícies das bancadas, móveis e utensílios utilizados no preparo, transporte, armazenamento e expositores de vendas, devem ser lisas, impermeável, laváveis e livres de fontes contaminadoras;
- Quanto ao manejo de resíduos, o estabelecimento deve estar munido de recipientes próprios, identificados e que sejam de fácil higienização. Sua capacidade deve conter os resíduos;
- Todos os coletores de resíduos devem conter tampas com dispositivo de pé para evitar o contato manual;
- Pós coletar os resíduos deve ser estocado em local fechado e isolado da área de preparo.

Um ambiente ideal para manuseio, estocagem e vendas de carne deve seguir tais normativas acima comentadas para assegurar um bom estado de conservação dos alimentos, em foco neste trabalho a carne vendida em retalho (Figura 16).



Figura 16 - Armazenamento ideal

Fonte: <https://www.imparcial.com>. Acesso: maio 2021

Além dos requisitos acima citados orientado para a concepção de açougue, no projeto contempla uma parte destinada a venda de peixes, hoje vendido a em bancas de instalações precárias e sem os devidos cuidados de higiene e armazenamento.

Para isso a Normativa DIVISA/SVS Nº 4 de 15/12/2014 orienta parâmetros a ser adotado em peixarias, tais como:

- Paredes, tetos e pisos construídos com materiais de acabamento resistente, liso impermeável e lavável, livres de agentes contaminantes;
- Iluminação suficiente a desenvolver as atividades propostas e luminárias com proteção contra queda e explosão;
- No que diz respeito as instalações elétricas, devem ser embutidas ou em tubulações adequadas que permita a higienização do espaço;
- Ventilação suficiente para a renovação do ar com as aberturas protegidas com dispositivos de telas milimétricas de modo que proteja os alimentos dos raios solares;
- As superfícies das portas devem ser lisas, cores claras, ajustadas aos batentes, de fácil higienização, e com dispositivo de fechamento automático;
- A temperatura de conservação máxima deve ser de +2°C, para peixes ou conforme indicado pelo fabricante. As geladeiras e freezers sem acúmulo de gelo e com bom estado de conservação;
- Os freezers manter uma regulagem para manter os alimentos congelados a 18°C;
- O ambiente de manipulação conter pias de higienização pessoal em favor ao fluxo de trabalho e materiais de higiene pessoal;
- Não manipular o peixe por mais de 30 min em temperatura ambiente;
- Ter um fluxo adequado, linear a não haver cruzamento na atividade;
- O material dos equipamentos deve ser de revestimento sanitário atóxico.

Da Norma anterior citada foi extraído recomendações técnicas no que diz respeito aos padrões arquitetônicos exigidos pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária-ANVISA (Figura 17), sendo que ela é mais abrangente, pois além dos itens acima detalhados, especifica os parâmetros de higiene dos manipuladores dos alimentos e as condições do local.



Figura 17 - Peixarias do Mercado Público-Florianópolis
Fonte: Marco Santiago/ND

2.5.2. Legislação Municipal

A cidade de Paripiranga dispõe do plano diretor, aprovado para o período compreendido entre 2007 à 2012, no entanto, as leis complementares não se encontra em posse dos órgão competentes. Isso implica diretamente no desenvolvimento urbano e construção, pois falta parâmetros e diretrizes para nortear os planejamentos no que diz respeito ao uso e ocupação do solo.

Os parâmetros como: Coeficiente de Aproveitamento (C.A.), a Taxa de Ocupação (T.O.), a Taxa de Permeabilidade (T.P.), o Gabarito de Altura Máximo (GAB) os Recuos (Frontal, Lateral e Fundos), entre outros, não estão presentes na lei anterior citada. Por se tratar de uma intervenção em área já edificada, recorreu-se às diretrizes estaduais, federais e às normas que regulamentam cada atividade desenvolvida no local, atentando-se para o melhoramento e explorando as condicionantes naturais do local.

Outro ponto que merece destaque, em relação à reestruturação de ambientes de ordem pública, é a acessibilidade. Segundo Cambiaghi (2017), em inúmeros casos, pessoas com deficiência têm sido discriminadas por negligência ou inadequação de

projetos arquitetônicos, ou ainda por ausência desses. O que resulta na exclusão de pessoas com necessidades especiais, a exemplo dos cadeirantes que encontram dificuldades nas barreiras ambientais que foram criadas durante a fase de projeto, tais como: os banheiros públicos com portas de 0,60m; plataformas de estação de trem sem elevadores; entradas de bancos e empresas com portas giratórias e ausência de calçadas rebaixadas na maioria das ruas. Compreensivelmente, não se trata apenas de uma questão estrutural, mas também de uma questão cultural que, em alguns casos, são criadas pelos próprios profissionais que executaram o projeto.

Na elaboração de projetos arquitetônicos o profissional deve pensar no todo, o equipamento em questão e seu entorno, pois qualquer que seja sua intervenção deve levar em consideração o meio já existente para criar uma correlação entre ambos. Desta forma, um olhar atento às normas que norteiam os projetos arquitetônicos se faz necessário.

O desenho urbano deve considerar não só seu objeto em si, mas suas correlações com outros objetos, sabendo-se que as formas de seus edifícios influenciarão nas formas dos edifícios adjacentes. Não se pode negligenciar esse princípio dado ao risco de falência. Ao contrário, é preciso ligar beleza, utilidade e durabilidade para o sucesso de projetos de grandes aglomerações urbanas. Nesse sentido, o princípio da ordem na cidade está relacionado com os meios que o povo percebe, lê ou compreende seu ambiente, identificando um padrão coerente, donde a necessidade de se projetar uma imagem forte da cidade, como também de seu papel social. Portanto, a imagem e a percepção podem ser obtidas a partir de elementos como caminhos, margens (limites), distritos, nós e marcos urbanos. (Romero 2003 p.91).

A respeito disso, para elaboração de projetos arquitetônicos, a NBR 13532⁴ da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) apresenta diretrizes, tais como: representação, instalações da edificação, especificação de materiais de construção, coordenação e detalhes técnicos construtivos. Dentro da referida Norma destaca-se as informações necessárias para execução de projetos preliminar, por exemplo: programa de necessidade arquitetônica; levantamento topográfico e cadastral; levantamento de dados para arquitetura e estudo de viabilidade.

Dentre várias, as diretrizes acima citadas, o programa de necessidades tem uma função muito importante na concepção de projeto, pois é a fase de coleta dos dados sistematizados das necessidades para um determinado uso e função na

⁴ NBR 13532 - Architecture - Elaboration of buildings projects - Procedure Descriptors: Building. Architecture Esta Norma cancela e substitui a NBR 5679/1977, válida a partir de 29.12.1995.

construção, são adquiridos através de reuniões entre profissional de arquitetura e cliente. Já o estudo de viabilidade é realizado para tomadas de decisões, é nessa fase que se encontram afirmativas técnico-financeiras e define-se a viabilidade de execução do projeto.

Além disso, o levantamento de práticas sustentáveis e o levantamento topográfico cadastral são fundamentais para que a escolha do terreno seja conhecida em todos os seus dados relevantes, a exemplo das características planimétrica que proporcionam o entendimento da necessidade de movimentação de terra. Isso implica no desenvolvimento do projeto e, conseqüentemente, nos custos.

Portanto, a fase de levantamento de dados é vital, pois define quais as condições existentes no terreno, dentre elas as barreiras físicas e/ou legais. Quando esse estudo não é realizado com precisão, deve ser revisto, pois compromete todo o projeto.

Além das especificações acima citadas, deve-se incorporar as informações técnicas para a caracterização geral da concepção adotada, como: funções, relação de usos, formas, dimensões, localizações dos ambientes da edificação e desempenho. Além disso, são exigidos nessa etapa documentos técnicos de concepção do projeto, a saber: planta geral de implantação; plantas dos pavimentos; planta da cobertura; cortes (longitudinais e transversais); elevações (fachadas); detalhes construtivos (quando necessário); memorial justificativo (opcional); perspectivas (opcionais) interiores ou exteriores, parciais ou gerais; maquetes (opcionais) interior, exterior; fotografias, dispositivos, microfilmes e montagens (opcionais); e recursos audiovisuais (opcionais).

Alternativas possíveis para o mencionado problema é o desenho universal, que proporciona segurança a todas as pessoas. Segundo Fernandes et al. (2005) uma das formas de conceituar Desenho Universal é entender como Desenho Livre de Barreiras, pela eliminação das mesmas nas edificações, nos equipamentos e nos espaços urbanos. Com a evolução do conceito, passou-se a concepção de Desenho Universal que não considera apenas o projeto, mas principalmente a diversidade humana, com respeito às diferenças entre as condicionalidades das pessoas e promova a acessibilidade em todos os ambientes.

Assim, baseada nessa concepção de Desenho Universal, a NBR 9050/2020 regulamenta, nas novas construções públicas ou adequações das existentes, mais qualidade de vida e inclusão a grande parte da sociedade que tem mobilidade

reduzida⁵ ou deficientes. Sua criação se deu para orientar como proceder adequações de acessibilidade nas construções, mas seu enfoque está nas edificações urbanas e públicas. Algumas diretrizes regidas por essa Norma são: sinalizações; dimensão de banheiros; circulações adequadas; pisos apropriados; sinalizações em braile; vagas de estacionamentos acessíveis e rampas com inclinações adequadas. A aplicação desses requisitos em projetos arquitetônicos é de extrema importância para incluir pessoas, independentemente de sua condição física, e garantir o direito de ir e vir com a eliminação de barreira arquitetônicas.

Outro aspecto bastante considerado na arquitetura, atualmente, é a sustentabilidade, já que o ser humano vive em meio a destruição ambiental que cresce substancialmente a cada ano. Assim, olhar a redução do impacto ambiental faz com que a edificação seja vista como um produto melhor elaborado, não só o uso das condicionantes naturais, como ventilação e iluminação, mas o uso de matérias que empreguem menos consumo energético, por exemplo.

Segundo Jourda (2013), ao conceber um projeto deve-se pensar, já na fase dos primeiros estudos, nas melhores soluções de volumetria, orientação solar e a melhor maneira de implantação no terreno, assim o edifício terá capacidade para redução na pegada ecológica. Em contrapartida, não se preocupar com essas diretrizes implicaram na insuficiência do balanço energético da edificação.

A modificação da topografia de um terreno deve ser avaliada cuidadosamente, pois pode alterar o equilíbrio hídrico da área. A criação de platôs⁶ ou de subsolos gera grande quantidade de entulho, cujo transporte para longe (outros terrenos, aterros sanitários) deve ser evitado devido ao custo energético decorrente do transporte, à poluição ou aos desconfortos ambientais gerados (CO², ruídos, poeira). (JOURDA, 2017 p.26)

As premissas de sustentabilidade consideram o bem-estar dos usuários, do ciclo de vida (tanto da edificação quanto dos materiais), da qualidade e da durabilidade. Além das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores envolvidos na execução da obra.

Segundo Corbella e Yannas (2003), a arquitetura sustentável tem em sua essência a continuidade mais aproximada da Bioclimática que integra meio ambiente à edificação como um todo uniformemente. Sua principal premissa é criar prédios que

⁵ Entre as pessoas com mobilidade reduzida estão os idosos, obesos e gestantes.

⁶ Terreno elevado e plano com pequenas elevações; planalto.

proporcionem mais qualidade de vida ao ser humano, integrado à natureza e ao clima, com redução do consumo energético, deixando o legado de um mundo menos poluído para as futuras gerações.

Nesse direcionamento, a arquitetura bioclimática tem como premissa o conforto físico no ambiente construído e que o mesmo seja saudável, agradável e adaptado ao clima da região, que use menos energia convencional com a menor potência possível, o que resulta em uma diminuição na produção de poluição (CORBELLA; YANNAS, 2003). Para tal deve-se controlar os ganhos de calor, dissipar energia térmica gerada no interior da edificação, permitir a circulação do ar e a passagem de luz natural, e controlar as fontes de ruídos.

2.6. Diretrizes e recomendações

Além das normas já apresentado com mais detalhes anteriormente, as leis a seguir são específicas do setor, apontadas como leis complementares:

- Lei Federal nº 1283, de 18 de dezembro de 1950: dispõe sobre inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.
- Lei Federal nº 7889, de 23 de novembro de 1989: altera dispositivos da Lei Federal nº 1.283/50.
- Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969: institui normas básicas sobre alimentos.
- Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977: configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 9.005/1995, Lei nº 9.695/1998 e Medida Provisória nº 2.190-34-2001.

2.6.1. Fluxo

Dentro de um planejamento e estratégias sistematizado, a elaboração de gráficos do fluxo de atividades se faz necessário, isso inside no resultado final. Para Oliveira (2006) o mercado é composto pelas áreas de comercio, os boxes e apoio,

setor administrativo, depósitos, sanitários, circulações, frigoríficos, plataforma de carga e descargacasa de lix, etc.

Além dos espaços que abrigam as principais atividades do mercado, outros elementos arquitetônicos merecem especiais cuidados quanto a sua definição. As circulações, por exemplo, devem ser dimensionadas de modo a permitir acessibilidade a todas as dependências do edifício, evitando, sempre que possível o cruzamento dos acessos de comércio com os de serviços (carga e descarga, coleta de lixo, etc.) (Idem)

Como demonstrado na (figura 18), a circulação reservada ao clientes não tem uma relação direta com o setor de serviço, além dos cuidados para não contaminar os alimentos, não interfere no desenvolvimnto do trabalho.

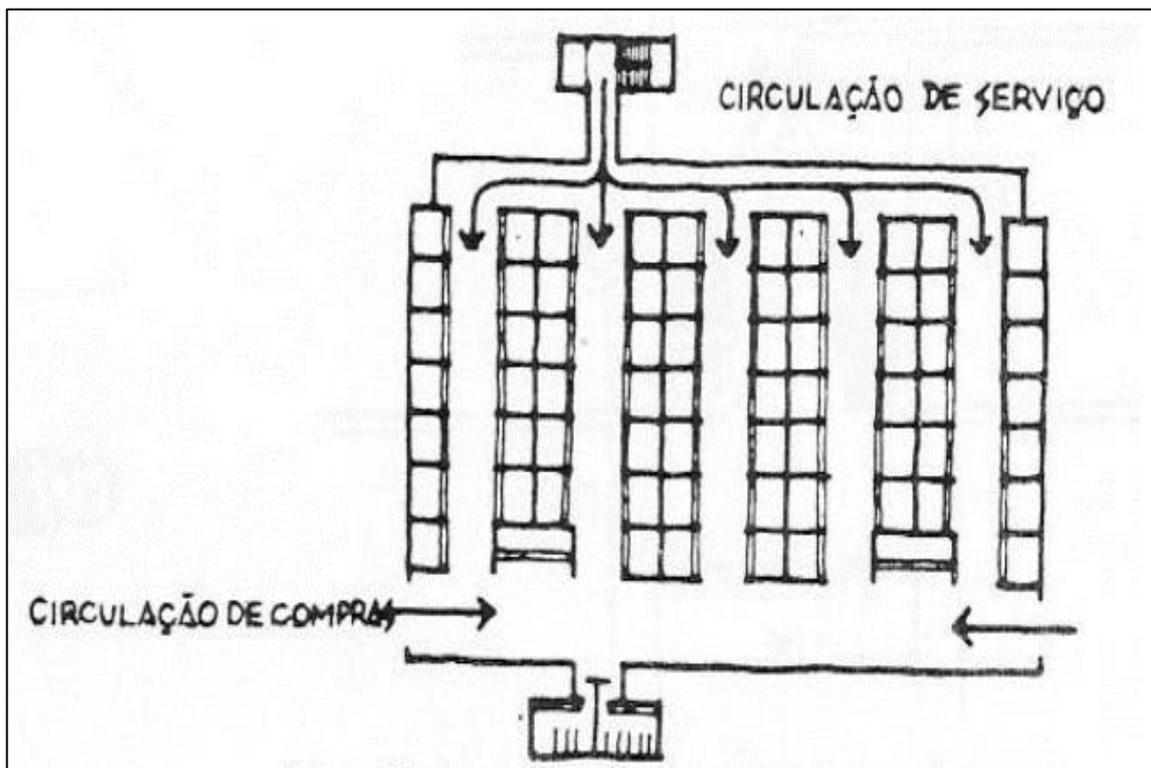


Figura 18 - Croquis do Mercado de São Pedro - Niterói - RJ
Fonte: SAREM (1982)

O fluxograma visto na (Figura 19) é uma ferramenta apresentado pelo autor, anterior citado. Essa é uma maneira de visualizar todo o projeto de forma mais detalhada identificando as etapas de trabalho e uma subdivisão das mesmas. Tal instrumento contribui para uma organização sistemática do processo de elaboração de um projeto arquitetônico aplicado a mercado público.

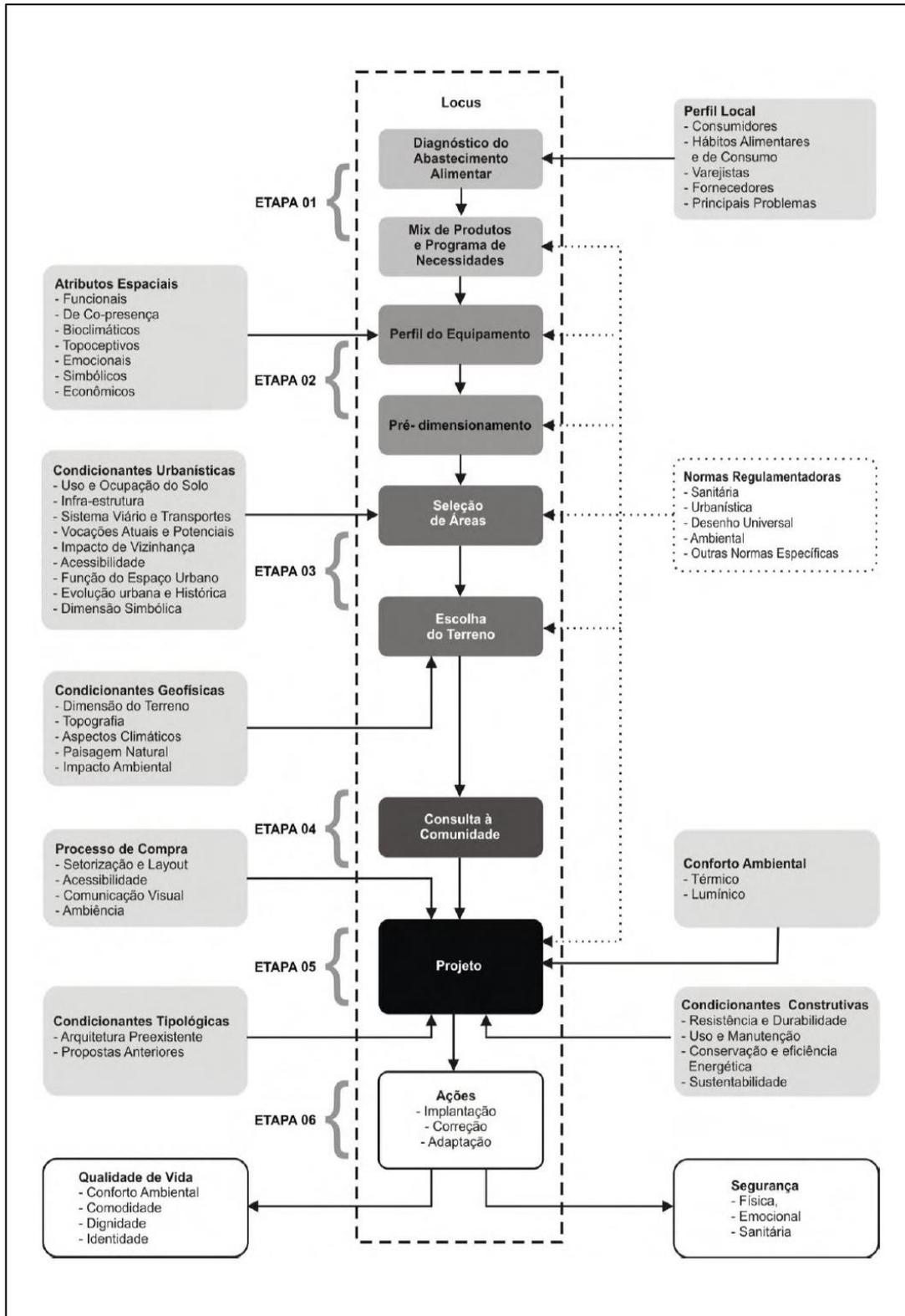


Figura 19- Fluxograma da metodologia de projeto arquitetônico aplicada a mercados públicos.
Fonte: adaptado de Silva (2005) e Souza (2002).

2.6.2. Câmara fria

A título de entendimento, para prever o espaço da câmara fria foi consultado o Manual Técnico de Entrepasto de Carne do estado de São Paulo (2017). De acordo com o manual, esse espaço de resfriamento (Figura 20), deve se localizar de modo a facilitar o fluxo de recebimento, sala de desossa e expedição. O piso deve ter uma declividade de 2% na direção da porta, ser de fácil higienização e não se aplica ralos na parte interna deste ambiente.

As paredes e forros com cor clara, laváveis e impermeáveis, podendo usar PVC no forro. Para o dimensionamento do espaço a ser instalado a câmara fria foi seguido as Instruções do Manual de normas técnicas – Categoria Entrepasto de carnes e derivados, elaborado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. A considerar: 350kg/m³ para carne com osso, 500kg/m³ para carne desossada e 800kg/m³ para miúdos, este será desconsiderado da estimativa pelo fato de ser comercializado em menor quantidade. Esse cálculo não está considerando a circulação entre as estantes e paredes.



Figura 20 - Câmara fria

Fonte: <https://bichosdecampo.com/la-aduana-flexibilizo-los-valores-de-referencia-para-evitar-subfaccion-en-las-exportaciones-de-carne-vacuna/>

Para previsão de capacidade da câmara fria do Mercado de Paripiranga foi utilizado o seguinte cálculo: 1 boi de 17 arrobas=255kg, totalizando de 7.650kg do

alimento, segundo o agente da secretaria de agricultura, Paripiranga tem uma demanda/vendas em média 30 bois nos dias de sextas-feiras. Com esses dados levantados e seguindo a normativa anterior citada, obtém-se a necessidade de uma câmara fria com área de 42m³, ocupação total de 14.700kg, isso sem contar o distanciamento necessário e circulação entre as estantes.

2.6.3. Princípios de sustentabilidade

Para Gonçalves (2006), tendo em conta o recorte do desempenho ambiental do edifício relacionado com o conforto e a eficiência energética no conceito de sustentabilidade, a partir da fase de concepção e definição do partido arquitetônico, o projeto da edificação deve contemplar as seguintes diretrizes:

- (a) orientação solar e aos ventos;
- (b) forma arquitetônica, arranjos espaciais, zoneamento dos usos internos do edifício e geometria dos espaços internos;
- (c) características, condicionantes ambientais (vegetação, corpos d'água, ruído, etc.) e tratamento do entorno imediato;
- (d) materiais da estrutura, das vedações internas e externas, considerando desempenho térmico e cores;
- (e) tratamento das fachadas e coberturas, de acordo com a necessidade de proteção solar;
- (f) áreas envidraçadas e de abertura, considerando a proporção quanto à área de envoltória, o posicionamento na fachada e o tipo do fechamento, seja ele vazado, transparente ou translúcido;
- (g) detalhamento das proteções solares considerando tipo e dimensionamento; e
- (h) detalhamento das esquadrias.

Conforme estabelecido na Conferência Rio/92 e no documento Agenda 21, a sustentabilidade deve embasar-se em três pilares, visto na (Figura 21), ambientalmente equilibrado, economicamente viável e justo perante a sociedade. O *Triple Bottom Line*, criado por Eikington (1997) ilustra esses três pontos que se interrelacionam.



Figura 21 - Tripé da sustentabilidade

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/sustentabilidade/>

Para Saeta (2012), os três diferentes aspectos da sociedade humana está representada na figura anterior citada, a ideia e representar um equilíbrio e formar o conceito de sustentabilidade. No tocante, o pilar ambiental, está relacionado com os impactos urbanos sobre o meio ambiente, com avaliações nas mudanças climáticas, gases de efeito estufa, biodiversidade, poluição, preservação do solo e suas melhorias.

No pilar Social, a autora sinaliza da responsabilidade do desenvolvimento do planeta, sendo a lógica da vida urbana o principal fator. O crescimento populacional é uma questão complexa, mas o desenvolvimento sustentável preza por uma sociedade justa, igualitária, não privilegiando partes da população.

Quanto a economia, a mesma aponta o equilíbrio como base sustentável, ou seja, é aquela que tem a capacidade de produzir e distribuir riquezas de maneira equilibrada. A maneira com que essa organização acontece, influência diretamente na sociedade.

A arquitetura de baixo impacto ambiental não pressupõe um estilo ou um movimento arquitetônico, podendo ser encontrada tanto na arquitetura vernacular das mais variadas culturas como em muitos exemplos do

modernismo e, ainda, na arquitetura mais recente, rotulada como high-tech ou eco-tech. Independentemente da vertente tecnológica, as soluções de projeto para o conforto ambiental e a eficiência energética relacionam os mesmos conhecimentos da física aplicada (transferência de calor, mecânica dos fluidos, física ondulatória e ótica) com os recursos locais e com a tecnologia apropriada. (GONÇALVES 2006)

Assim entende-se que para atender os três pilares da sustentabilidade, deve haver um equilíbrio sob uma ótica consciente de cada um. Com a afirmativa de Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável está em concordância com às necessidades da geração presente, sem comprometer às necessidades das gerações futuras. Para isso pretende-se seguir as diretrizes de projetos, para além dos já citados: o gerenciamento de resíduo, captação de água da chuva, permeabilidade de superfície, eficiência energética, compostagem e preferência para materiais de baixo impacto.

3. REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

Para embasamento e elaboração da proposta arquitetônica foi feita uma seleção de alguns projetos existentes. Através da análise dos detalhes, foi extraído alguns pontos positivos que nortearam o futuro projeto, obedecendo as condicionantes do local. Para o desenvolvimento da proposta, foram utilizados:

- Mercado Municipal de Santa Caterina;
- Mercado Central de Fortaleza (Ceará);
- A casa de taipa, como elemento de inspiração regional.

3.1. Mercado Municipal de Santa Caterina

Em Barcelona, está o Mercado Municipal de Santa Caterina (Figura 22), inaugurado em 1845, passou por uma reforma, em 2015, projetado por Enric Miralles e Benedetta Tagliabue, resultado de um concurso. As diretrizes norteadoras foram a redistribuição do espaço público propulsor do espaço coletivo. O maior destaque está na cobertura: algo bem expressivo, marcado pela geometria e por cores.

A edificação dispõe de 70 boxes de vendas e diversificados espaços de serviços. Partes das ruínas do antigo convento (restaurado) pode ser vista tanto no interior quanto no exterior da edificação, principalmente na fachada.



Figura 22: Mercado Municipal de Santa Caterina
Foto: reprodução site Ajuntament Barcelona Turisme, 2016

O mercado é composto por lojas, boxes destinados a comércio e serviços. Os acessos estão distribuídos em suas quatro fachadas, a organização espacial dos boxes está de forma irregular, no entanto, o fluxo não é interrompido, permitindo os visitantes circularem livremente, como demonstrado na (figura 23).

A circulação principal, demarcada de vermelho, faz a ligação das entradas e conexão com as vias externas, ao observar a figura já citada, observa-se a circulação ininterrupta que cruz a edificação. Em face a circulação principal, demarcado na cor azul, encontra-se a circulação secundária, esta facilita o fluxo para os demais boxes não contemplados com o fluxo principal.

A circulação vertical está disposta de maneira dinâmica que prioriza toda a edificação, pois sua distribuição ocorre em três pontos estratégicos, próximo dos acessos principais. Isso facilita o trajeto feito pelo usuário, caso queira utilizar o pavimento superior pela proximidade dos locais de entrada.



Figura 23 - Planta baixa com indicação de acessos e fluxos
Fonte: Architizer – adaptado pelo autor

Na (Figura 24) foram sinalizados a conexão entre a circulação vertical e o estacionamento no subsolo. O maior destaque na referida imagem é o uso consciente da topografia e o melhor aproveitamento do terreno.

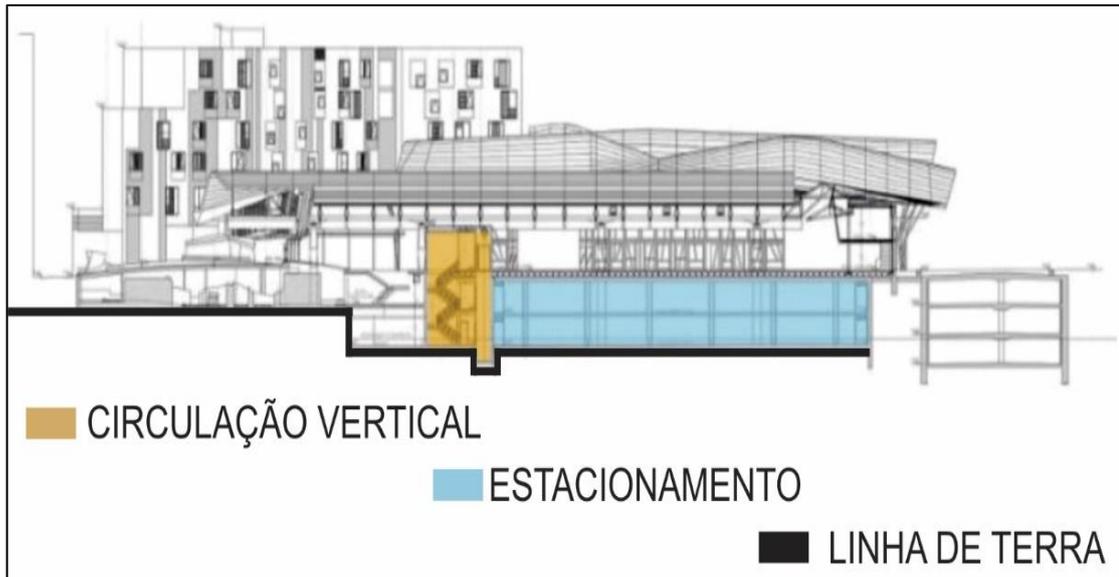


Figura 24 - Corte longitudinal do Mercado de Santa Caterina

Fonte: Architizer – adaptado pelo autor

Tal referência inspira projetos de arquitetura desta natureza pela sua ousadia na amplitude e ao mesmo tempo remete uma leveza nos traços pelo movimento dado a cobertura, lembra um tecido ao vento. Outro fato que chama a atenção do observador é o impacto visual, diferença nítida do antigo e do novo, formando um diferencial para a região. Conforme ilustrado na (Figura 25):



Figura 25: Mercado Municipal de Santa Caterina

Foto: reprodução site Ajuntament Barcelona Turisme, 2016

Como visto na (Figura 26), a cobertura em metal faz parte da intervenção feita no Mercado de Santa Caterina, os autores do projeto fizeram uma composição de materiais, os painéis de madeira utilizados para vedação da parte superior trouxeram uma identidade visual e ao mesmo tempo uma função, o mascaramento da incidência solar dentro da edificação e a estrutura metálica de suporte em toda cobertura.



Figura 26: Detalhe da cobertura do Mercado Municipal de Santa Caterina
Foto: reprodução site Ajuntament Barcelona Turisme, 2016

Outra sinalização da imagem acima citada, é a inserção do equipamento urbano em meio aos prédios do entorno, mesmo com uma configuração arrojada que causa um contraste em outro ângulo de visualização, percebe-se a conexão do conjunto através das cores, o amarelo utilizado na parte inferior da cobertura com as bordas das janelas dos prédios.

3.2. Mercado Central de Fortaleza (Ceará)

O Mercado Central teve suas atividades iniciadas em 1809, vendendo carnes, frutas e legumes. Em 1931, devido à proibição desse comércio, surgiu a comercialização de artesanato.

Na década de 90, foi criado um novo mercado (Figura 27), o que ampliou as oportunidades de emprego para artesãos e empresários. Hoje, o mercado central de Fortaleza é o berço da arte e da cultura em todo o estado do Ceará. A edificação conta com quatro restaurantes e duas lanchonetes que servem comidas típicas nordestinas.



Figura 27 - Fachada do Mercado Central
Fonte: Tripadvisor Brasil (2018).

Com um estilo eclético, foi inaugurado em 1998, assinado pelo arquiteto Luiz Fiúza, com uma ampliação para 559 boxes, distribuídos em quatro pavimentos. O estacionamento fica no quinto pavimento. Com essa configuração recebeu o título do mercado da região Nordeste. Os acessos incorporam escadas, rampas e elevadores, assim todos têm acesso ao equipamento urbano.

Ao observar a (Figura 28), percebe-se as aberturas para entrada de luz natural no ambiente construído, sem a incidência direta da luz solar. Esse é um dos parâmetros utilizado no projeto em desenvolvimento. Desse modo, espera-se uma iluminação de qualidade, sustentável, isso incide diretamente na economia, reduzindo os gastos com a conta de luz elétrica fornecida pela concessionária.



Figura 28: Mercado Central de Fortaleza
Fonte: Mercado Central de Fortaleza (2018).

Outras estratégias adotadas é o uso de mezaninos, essa estratégia permite um ambiente dinâmico, tira a ideia visual de enclausuramento. No projeto em desenvolvimento, existe uma diferença de nível e a cobertura irá alcanças os dois, com tudo, aproveitando a topografia do terreno, formará um mezanino que locará o hortifruti. Sendo assim, essa integração remete as soluções adotadas na referência em questão.

3.3. Inspiração regional

A arquitetura vernacular utiliza materiais extraídos da própria região e mão de obra local visto na (Figura 29). A inspiração desta arquitetura, no projeto em desenvolvimento, será meramente ornamental, mas que, por sua vez, remete a um ambiente rústico e aconchegante. Será inserido no interior do restaurante que se localiza no mercado central.



Figura 29 - Casa construída em pau-a-pique na Chapada Diamantina no Estado da Bahia.
Fonte: Silvia Kimo Costa (2017).

A ideia é trazer memórias para os que viveram no campo de forma simples e contar um pouco da história nordestina para as futuras gerações através da identidade visual proporcionada pela arquitetura. Como expressa ZANI:

Aproveitando os recursos materiais locais, de modo a obter rapidez e facilidade construtiva, conseguiram criar, com a produção desta arquitetura, uma linguagem própria, capaz de expressar uma cultura arquitetônica local, dominando a técnica de trabalhar a madeira e criando um repertório arquitetônico rico e singular (ZANI, 2003, p.8).

A respeito disso TAKAMATSU (2014) sinaliza a arquitetura vernacular como parte de um contexto que envolve os estudos da cultura material, no que diz respeito ao ambiente físico que reflete os preceitos culturais.

Esse método construtivo é definido por arquitetura vernacular, ou popular brasileira. Em se tratando de região, o Nordeste tem suas peculiaridades, trata-se de: edifícios compactos, próximos uns dos outros, sem uma preocupação com a legislação; espaços internos reduzidos; ausência de alguns espaços ideais para as atividades (algumas precisam ser realizadas fora de casa); pisos de cimento ou terra

batida; aberturas pequenas; paredes fora do padrão usual, em sua maioria muito finas; algumas casas usam argila batida e uma estrutura de madeira fina e irregular; árvores perto da casa para protegê-las da luz solar; em alguns caso há banheiros e pias fora da casa.



Figura 30: Casa de taipa tapiocaria
Fonte: revista deguste, 2020



Figura 31: Fachada da casa de taipa tapiocaria
Fonte: revista deguste, 2020

Nesse sentido, o uso de materiais regional traz a identidade de um povo. Na (Figura 30), o uso de cestos de cipó, como elemento decorativo no teto, e os brises de madeiras (Figura 31), compondo a fachada, remetem a uma arquitetura sustentável. Isso serve de estímulo, pois utiliza-se de materiais da própria região, além de incentivar economicamente, reduz custos construtivo e uso do combustível para o transporte.

Desde meados do século XX que arquitetos, antropólogos e historiadores de arte se mostram cada vez mais interessados na arquitetura vernácula, tanto nos ambientes urbanos como nos rurais. Muitos edifícios, tipos de construções e urbanizações, nunca antes estudados a sério, têm sido documentados através de fotografias e descrições escritas. Esta tendência recebeu forte apoio como a exposição “Arquitetura sem Arquitetos”, organizada por Bernard Rudofsky no Museu de Arte de Moderna, em Nova Iorque, em 1963, 5 bem como nos seus dois livros subsequentes. (PAPANEK, 1995, Pág. 127)

Diante das análises das referências arquitetônicas apresentadas, reforça-se a importância do Mercado Público inserido no contexto urbano, em sua maioria em áreas centrais, com acessos bem definidos conectados à malha viária. Os acessos dos pedestres e veículos são itens primordial. Um respeito harmônico entre o equipamento, estética, função e o entorno são relações que proporcionam um

engrandecimento nas áreas de intervenção. Por último, a observação dos fluxos internos com os acessos é primordial para gerar um fluxo secundário de serviços e clientes, assim reforça a funcionalidade do mercado.

4. MERCADO MUNICIPAL DE PARIRIPIRANGA-BA

4.1. Localização e características

No presente caso, analisa-se o Mercado Municipal de Paripiranga (Figura 32), o qual está situado na praça da feira, centro de Paripiranga (BA) com uma distância de aproximadamente 364 km da capital, Salvador, 110km da capital sergipana, Aracaju. Em uma divisa intermunicipal, a cidade de Paripiranga limita-se com os municípios de Pinhão, Poço Verde, e Simão Dias, no estado de Sergipe, e no estado da Bahia, com Fátima e Agustina.

O prédio atual é o terceiro já construído, os dois primeiros foram desativados e ocupados por outros setores do município, localizando-se nas proximidades da BA-220, que liga o estado de Sergipe às demais cidades do estado da Bahia, na região Nordeste.



Figura 32 - Mapa da Bahia

Fonte: Modificado de www.infoescola.com (2020).

4.2. Indicadores

Os indicadores demonstrados nos (Quadros 1, 2 e 3), mostram um panorama da população Paripiranguense em relação ao quantitativo e população economicamente ativa. Esses dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa - IBGE são baseados no Censo de 2010, hoje o cenário já possui uma diferença significativa.

De acordo com o mesmo Instituto, anterior mencionado, o município de Paripiranga tem a agricultura como atividade principal, exporta a produção para São Paulo, Recife e Fortaleza. A produção de milho e feijão é um dos mais evidentes no município.

| Censo Demográfico | | Estimativa | Projeção | | |
|---|--------------|------------------|----------|--------|--------|
| 2000 | 2010 | 2019 | 2020 | 2025 | 2030 |
| 26.591 | 27.778 | 28.989 | 29.204 | 29.708 | 30.017 |
| População censitária por situação de moradia - 2010 | | | | | |
| Urbana | Rural | Urbanização | Total | | |
| 9.533 | 18.245 | 34,3% | 27.778 | | |
| População censitária por faixa etária - 2010 | | | | | |
| 0 a 14 anos | 15 a 64 anos | Acima de 64 anos | Total | | |
| 7.221 | 17.857 | 2.700 | 27.778 | | |
| População censitária por gênero - 2010 | | | | | |
| Masculino | Feminino | Razão de sexo | Total | | |
| 13.670 | 14.108 | 96,9 | 27.778 | | |

Quadro 2 - Quantitativo populacional
Fonte: IBGE (2018); SEI (2018)

| Produto Interno Bruto (PIB) | | | | |
|--|--------------|-------------|---------------------|-------------|
| PIB | Ano | | | |
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| PIB (R\$ milhões) | 230,0 | 248,8 | 317,3 | 283,6 |
| PIB per capita | R\$7.755,98 | R\$8.358,47 | R\$10.620,80 | R\$9.461,18 |
| Ranking no PIB Bahia | 102º | 109º | 90º | 111º |
| Participação dos setores na atividade econômica - 2016 | Agropecuária | Indústria | Comércio e Serviços | Total |
| | 16,6% | 5,7% | 77,7% | 100% |

Quadro 3 - Panorama econômico
Fonte: IBGE (2018); SEI (2018)

| População em Idade Ativa (2010) | População Economicamente Ativa- PEA (2010) | | | Taxa de desocupação (2010) | | |
|---|--|---------------------------|-----------------------------------|----------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| 23.405 | 10.544 | | | 4,1% | | |
| Mercado de Trabalho Formal (RAIS) | | | | | | |
| Setor de atividade | 2014 | | | 2017 | | |
| | Estabelecimentos | Estoque de emprego formal | Renda média do trabalhador formal | Estabelecimentos | Estoque de emprego formal | Renda média do trabalhador formal |
| Extrativa Mineral | 0 | 0 | - | 0 | 0 | - |
| Indústria de Transformação | 6 | 18 | R\$5.514,43 | 6 | 8 | R\$1.133,02 |
| Serviços Industriais de Utilidade Pública | 0 | 0 | - | 0 | 0 | - |
| Construção Civil | 11 | 143 | R\$1.200,17 | 3 | 17 | R\$1.504,58 |
| Comércio | 106 | 399 | R\$964,66 | 96 | 368 | R\$1.273,00 |
| Serviços | 20 | 578 | R\$2.384,53 | 29 | 656 | R\$2.225,89 |
| Administração Pública | 2 | 879 | R\$1.460,79 | 2 | 886 | R\$2.004,87 |
| Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca | 12 | 15 | R\$868,53 | 12 | 10 | R\$1.024,03 |
| Total | 157 | 2.032 | R\$1.638,64 | 144 | 1.945 | R\$1.927,95 |
| Saldo do Mercado de Trabalho Formal (admissões – demissões) - Caged | | | | | | |
| Ano | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Saldo | 131 | 29 | 72 | -121 | -20 | -17 |

Quadro 4 - Mercado de trabalho
Fonte: MTE-Caged/MTE-RAIS (2018)

4.3. O mercado municipal

Segundo Ferreira (2017), a feira livre tem como registro uma das primeiras atividades comerciais desenvolvidas no município, (Figura 33). Segundo relatos coletados pelo autor, um pé de coité⁷, planta tipicamente nordestina, serviu de marco inicial do espaço de comercialização. De forma tradicional comercializavam animais vivos, feijão, milho e frutas, produtos advindos da zona rural.



Figura 33 - Feira livre de Paripiranga na década de 50

Fonte: Acervo Digital do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES

O Mercado Municipal da cidade de Paripiranga, no estado da Bahia, encontra-se na sua terceira construção (FERREIRA, 2017). O primeiro Mercado Municipal foi construído na década de 70 (Figura 34), hoje, ocupado pelo Fórum Des. Rui Trindade, localizado na Praça da Bandeira (atual Praça Pedro Rabelo de Matos). Vendia cereais

⁷ Fruto de uma árvore perene que atinge até 16 metros de altura. Apresenta tronco e galhos tortuosos e uma coloração acinzentada na casca.

a granel, frutas e verduras eram vendidas em barracas de madeira na frente da edificação.



Figura 34: Mercado Municipal de Paripiranga – BA
Foto: IBGE, [1978?].

Como forma de expansão, organização e questões higienistas, foi construído um açougue municipal na Rua Josafá Carregosa (Figura 35), com a função de vendas de carnes e a comercialização de cereais que permaneceu por muito tempo no antigo mercado, anterior citado. Peixes, vísceras e frutos do mar eram vendidos em barracas de madeira montadas no entorno do açougue.



Figura 35: Açougue Municipal de Paripiranga – BA
Foto: IBGE, [1980?].

Para Ferreira (2017), com o crescimento da cidade, o sistema existente de comercialização hortifrutigranjeiros já não atendia mais à demanda de produção rural e de mercadores vindos de outras regiões. No governo do prefeito José Menezes de Carvalho, em 1987, autorizou-se a construção do novo Mercado Municipal (Figura 36), este dividido em três prédios que comportariam todos os seguimentos de vendas praticados na feira de Paripiranga. As vendas de carnes e peixes no primeiro prédio (Figura 27); no segundo, vendas de roupas e produtos diversos; e o terceiro destinado a vendas de cereais. Sendo que a comercialização de frutas e verduras ficaram na área externa, em barracas itinerantes.



Figura 36 - Placa da construção da rua José Carvalho Santa Rosa, em 1987.

Fonte: Acervo Digital do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES

Segundo Carvalho (2018), o Sr. José Menezes, ex-prefeito de Paripiranga, afirmou que o decreto de mudança do local da feira se deu pela ideia de crescimento da cidade, o entendimento foi que a feira se torna o centro das atenções nas cidades, em especial no interior. Paripiranga já não crescia e as áreas mais distantes eram vistas como periferia. Por esta razão foi pensado em retirar a feira do centro e construir um mercado (Figura 37) que concentrasse diversos seguimentos de vendas na mesma área, o resultado foi um crescimento de 30% na cidade, pois a área era de pastagem e, hoje, totalmente ocupada por novas ruas.



Figura 37: Atual Mercado Municipal de Paripiranga
Fonte: Acervo próprio, 2020.

Por outro lado, a feira de Paripiranga tem grande potencial econômico, às terças e sextas-feiras, dias em que acontece, há um aumento significativo de vendedores e compradores, alterando o movimento do comércio local, tais como supermercados, bancos, bares, entre outros. Por isso há uma urgência na reestruturação desse espaço que é essencial para a economia da cidade e de regiões circunvizinhas.

4.4. Diagnóstico – Análise Técnica

A análise das condições físicas sem a aplicação de ensaios destrutivos, trata-se de uma vistoria avaliativa, para a partir das informações levantadas elaborar um prognóstico da situação tendo em vista a segurança, conforto, funcionalidade e durabilidade, principalmente por se tratar de um patrimônio público de interesse social. A Finalidade Principal é avaliar qual será as soluções aplicadas na edificação, afim de melhorar a integralidade e uso do mesmo.

4.4.1. Caracterização da região

O imóvel está localizado na região urbana de Paripiranga/BA (Figura 38), nas coordenadas geográficas de latitude $-10^{\circ}68'21.2''$ e longitude $-37^{\circ}86'05.4''$, sendo seu acesso pela via José Carvalho Santa Rosa e José V. de Cerqueira. As vias são contempladas no seu entorno por casas e comércios. O padrão Econômico dos imóveis é de Médio padrão, já a densidade de ocupação é considerada baixa. O terreno possui um formato irregular, topografia inclinada, isso dispensa a possibilidade de alagamentos.



Figura 38: Vista aérea do avaliando e da região de entorno
Fonte: Google Earth – out/2020

A localidade possui infraestrutura e é servido pelos seguintes melhoramentos públicos:

1. Energia elétrica;
2. Água;
3. Iluminação pública;
4. Redes de Telefone fixa e móvel;
5. Coleta de lixo;
6. Rede de Abastecimento de água potável;
7. Vias pavimentadas;
8. Guias/sarjeta.

4.4.2. Informações Tributárias

Em pesquisa com o agente de tributos do Município de Paripiranga, foi coletado dados de cadastramento dos ambulantes e sua subdivisão, tais como (tabela 1):

| | |
|----------------------------------|-----|
| Confecções | 108 |
| Verdura | 113 |
| Alimentação em geral | 67 |
| Calçados | 12 |
| Box mercados dos cereais | 82 |
| Box mercado de variedades | 53 |
| Box mercado da carne | 83 |
| Total de ambulantes cadastrados: | 518 |

Tabela 1 - Quantitativo de ambulantes
Fonte: Elaborado pelo autor – mai/2021

Foi declarado pelo agente que é cobrado uma taxa de R\$ 15,76/mês, essa taxa varia de acordo com a área ocupada. A Prefeitura arrecada um total de R\$ 8.166,00 mensal (esses dados são referentes a janeiro de 2020). Informações referentes ao custo de manutenção e funcionários para o funcionamento do mercado e feira livre, não é repassado ao setor.

4.4.3. Documentação

Os elementos necessários para elaboração deste trabalho, partem dos projetos iniciais aprovados pela Prefeitura Municipal, pois são considerados como documentos fies ao executado, porem em contato com o agente público, fora informado que não possuíam dados técnicos sobre a construção do mesmo, dessa maneira ficaria inviabilizado a aferição técnica entre o projeto e o executado. Para efeitos da avaliação, o imóvel passou apenas por uma vistoria visual, observando-se os possíveis riscos à segurança e higiene, a edificação foi construída em 1987.

Com base em vistoria realizada pelo autor, em 20 de outubro de 2020, verificou-se que se trata de um imóvel público urbano que, levando em consideração o primeiro e o último mercado, possui uma área de intervenção de aproximadamente 5.839,00 m², conforme medição por satélite, considerando as áreas edificadas e as áreas de livre circulação entre um e outro mercado. A área total do terreno é de aproximadamente 14.919,77m².

A arquitetura dos mercados é simples, sem padrões estéticos definidos, dispensa obrigatoriedade de conservação na sua forma. Sua estrutura é mista de concreto e metal, e suas paredes de vedação em tijolo aparente. No prédio central possui um pátio aberto, banheiros e box destinados a lojas diversas.

Os mercados de Paripiranga passam por um estágio crítico de degradação, pois não atendem às normas da Anvisa, da NBR 9050/2020 e as premissas de sustentabilidade, como conforto térmico e acústico. Além disso, não atrai novos investidores, o que resulta no acúmulo de barracas no seu entorno e ocupações indesejadas, na maioria das vezes, servindo como depósito ou abandono. A saber, visto na (Figura 39):

- Manifestação de pequenas fissuras, aparentemente por dilatação da argamassa e manchas de umidade e desgaste, por inexistência de manutenção;
- Manchas de umidade e de corrosão;
- Pontos de infiltrações e ausência de rebocos;
- Desgaste dos rejuntas no piso interno, pelo uso e tempo e alguns pontos de infiltrações;
- O piso externo em paralelepípedo em condições precárias com irregularidades, abaulamentos, falhas;
- Corrosão das treliças, sinais de oxidação nas telhas, alguns furos, amassamentos;
- Fiação elétrica exposta e instalada de forma inadequada acarretando risco de curto e incêndio;
- Entre outros aspectos.



Figura 39: Imagens do objeto de estudo
Fonte: Acervo próprio – out/2020

4.4.4. Descrição das características do imóvel

Com base em vistoria realizada em 20/10/2020, verificou-se que se trata de um imóvel público urbano, composto por três galpões onde funcionam os mercados municipais, sendo que existe duas Ruas que os separam, levando em consideração o primeiro e o último mercado temos uma área de intervenção de aproximadamente 5.839,00 m², conforme medição por satélite, considerando as áreas edificadas e as áreas de livre circulação entre um e outro mercado.

Trata-se de uma edificação de alvenaria de tijolos cerâmicos, contendo elementos estruturais como fundações, pilares, vigas baldrame e vigas pré moldadas

para suportar uma estrutura de galpão, rebocada interna e externamente apenas em algumas partes, uma fossa e um sumidouro, pavimentação em piso em concreto, algumas partes com revestimento cerâmico no piso e parede nas áreas molhadas, com esquadrias de madeira, ferro e cobertura do primeiro mercado (açougue) feita de estrutura de aço (treliça) e telha metálica, calhas em aço galvanizado, instalações elétricas, hidros sanitárias e de combate a incêndio (inexistente), instalação de louças e metais.

No segundo e terceiro módulo segue o mesmo padrão arquitetônico e as avarias não são diferentes, apenas o telhado que muda seu material, o mesmo é constituído de madeira e telha fibrocimento (grande parte em boas condições).

No imóvel avaliado, não foi considerado quaisquer restrições no que tange a passivos ambientais ou áreas de proteção permanente (APP) e não faz parte do escopo do trabalho e nem foram fornecidos elementos para verificação quanto a possíveis contaminações do solo.

O terreno possui um formato irregular, topografia inclinada, com presença de escadas, e nenhuma acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, de acordo com levantamento cadastral feito a edificação apresenta baixo estado de conservação, o imóvel é constituído por boxes para vendas de carnes, hortaliças, frutas e de grãos.

No entanto, avarias foram identificadas rachaduras, mofo, infiltrações, reboco fofo nos pés da parede, problema no encanamento, armaduras dos elementos estruturais expostos, alto grau de corrosão, ausência de reboco em boa parte da edificação, instalações hidro sanitárias e elétricas com problemas, afundamento de parte da pavimentação circunvizinha, ocasionando irregularidades na superfície, treliças da cobertura e telhas com sinais de corrosão avançados, presença de eflorescência no concreto, problemas nas lajes, nos reservatórios, banheiros, a acessibilidade totalmente inadequada, escadas e barras de corrimão danificadas e em grande parte inexistente.

4.4.5. Princípios e ressalvas

Segundo a ABNT NBR 5674, normativo voltado à Manutenção de Edificações, a inspeção de edifícios é uma ferramenta que fornece uma avaliação sistemática de

edifícios. Elaborado por profissionais qualificados e devidamente preparados, classifica os itens não conformes encontrados na edificação de acordo com sua origem e grau de risco e aponta os critérios técnicos necessários para melhorar a manutenção do sistema e dos elementos construtivos.

4.4.6. Quanto aos riscos

Um relatório de inspeção de construção detalhado trará uma série de parâmetros de avaliação relacionados ao grau de risco e / ou ao nível de inspeção. Tendo em conta os riscos para os utilizadores, meio ambiente e bens no âmbito da fiscalização predial, são verificadas as normas de classificação de anomalias e avarias em edificações durante a fiscalização imobiliária. Anormalidades e falhas são divididas nos seguintes tipos de riscos:

CRÍTICO- Risco de provocar danos contra a saúde e segurança das pessoas e do meio ambiente; perda excessiva de desempenho e funcionalidade causando possíveis paralisações; aumento excessivo de custo de manutenção e recuperação; comprometimento sensível de vida útil.

MÉDIO - Risco de provocar a perda parcial de desempenho e funcionalidade da edificação sem prejuízo à operação direta de sistemas, e deterioração precoce.

MÍNIMO - Risco de causar pequenos prejuízos à estética ou atividade programável e planejada, sem incidência ou sem a probabilidade de ocorrência dos riscos críticos e regulares, além de baixo ou nenhum comprometimento do valor imobiliário.

4.4.7. Quanto ao nível da inspeção

As fiscalizações prediais são classificadas de acordo com a sua complexidade e elaboração do relatório, tendo em consideração as características técnicas dos edifícios existentes, a sua manutenção e operação e a necessidade de constituir uma equipe multidisciplinar para a execução das obras. O nível de inspeção de construção pode ser dividido em nível 1, nível 2 e nível 3.

NÍVEL 1-Inspeção Predial realizada em edificações com baixa complexidade técnica, de manutenção e de operação de seus elementos e sistemas construtivos. Normalmente empregada em edificações com planos de manutenção muito simples ou inexistentes.

NÍVEL 2-Inspeção Predial realizada em edificações com média complexidade técnica, de manutenção e de operação de seus elementos e sistemas construtivos, de padrões construtivos médios e com sistemas convencionais. Normalmente empregada em edificações com vários pavimentos, com ou sem plano de manutenção, mas com empresas terceirizadas contratadas para execução de atividades específicas como: manutenção de bombas, portões, reservatórios de água, dentre outros.

NÍVEL 3-Inspeção Predial realizada em edificações com alta complexidade técnica, de manutenção e operação de seus elementos e sistemas construtivos, de padrões construtivos superiores e com sistemas mais sofisticados. Normalmente empregada em edificações com vários pavimentos ou com sistemas construtivos com automação. Nesse nível de inspeção predial, obrigatoriamente, é executado na edificação um Manutenção com base na ABNT NBR 5674.

Tendo em vista as informações acerca do procedimento de elaboração dos laudos técnicos podemos classificar essa edificação em estudo como grau de **Risco Crítico e Classificação Nível 2**.

Com o critério de aferição definido, caberá aos técnicos responsáveis a melhor forma de proceder com a avaliação.

4.4.8. Normas associadas

NBR 14037:1998 – Manual de Operação, Uso e Manutenção das Edificações – Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação;

NBR 9050:2020 – Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;

Guia Orientativo para elaboração do manual de uso operação e manutenção de edificações - Orientações para Construtoras e Incorporadoras de outubro de 2013, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);

Norma de Inspeção Predial do IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – Entidade Nacional) de outubro de 2012.

4.4.9. Algumas Considerações

Toda obra é composta de materiais que tem uma vida útil predeterminada, alguns com maior tempo de vida, outros reduzido, isso varia de acordo com as

condições do tempo e sua exposição. Envelhecem e se deterioram, para manter e prolongar a durabilidade e boas condições de funcionamento deve-se restaurar a fim de conservar o seu desempenho nos parâmetros requeridos pelas normas de segurança.

As inspeções periódicas para as atividades de manutenção certamente terão melhores estratégias de ação para evitar que os impactos de diversos problemas que ocorrem na estrutura prejudiquem as condições de trabalho e durabilidade.

Antes de tudo, é necessário verificar a estrutura e encontrar problemas que possam afetar seu desempenho. Posteriormente, é necessário avaliar o impacto dessas questões no desempenho estrutural. A terceira etapa envolve escolher a melhor intervenção para resolver o problema e determinar a prioridade das intervenções quando necessário.

Devido ao diagnóstico da patologia e irregularidades baseada em observações in loco, e diante do histórico e problemas encontrado na edificação, necessita de medidas urgentes de reparação do património público de interesse social.

Diante do exposto, após a realização de visitas de campo, pesquisa bibliográfica, legislação e demais ações necessárias, tais como:

Considerando que a vistoria se deu em caráter preliminar, em caráter de levantamento dos problemas;

Compreendendo que este trabalho técnico não se destina a analisar e explicar as manifestações patológicas encontradas.

Resguardando que o profissional tem o direito de expressar opiniões após análise criteriosa dos problemas encontrados, incluindo questões relacionadas à de responsabilidade;

Recomenda-se a elaboração do Laudo Técnico de Inspeção Predial para todas as áreas públicas e, caso seja do interesse da prefeitura competente, deve-se contratar profissionais específicos para a elaboração do laudo acima citado.

Este é o instrumento que permitirá a análise e interpretação das reais condições de segurança e salubridade das edificações e definirá quanto à contratação de consultores técnicos profissionais e especialistas técnicos na solução de problemas.

Portanto, com base na pesquisa realizada e outras fotos anexadas a este documento, onde mostra os demais problemas que as edificações se encontram, sugere-se também que devido à idade da edificação, a falta de manutenção periódica de toda a estrutura da edificação, o grau de degradação encontra-se em um nível

crítico, e que a edificação oferta um risco de sinistro a toda população que faz uso da mesma, por conta disso, orienta-se que, proceda-se a demolição integral do módulo 01 (açougue) conservando apenas os pilares externos que apoiam o telhado (os mesmos necessitam de manutenção para prolongar sua vida útil), o telhado encontra-se comprometido com oxidação nas treliças e telhas, as bancas utilizadas para vendas de carnes estão muito degradadas e fora dos padrões sanitários.

Em relação as manifestações patológicas encontradas na edificação do módulo 02 (o prédio central), destaca-se os banheiros, estes devem ser demolidos, pois a presença de infiltração, degradação estão bem nítidas e adequações a acessibilidade em todo o módulo.

No módulo 03 (Figura 40) deve ser refeito a parte interna, pois ainda se utiliza de bancas de madeiras, todas as paredes de vedação estão sem reboco, o que diminui a vida útil do bloco e compromete toda edificação.



Figura 40 - Mercado de cereais
Fonte: Acervo próprio, 2020.

Diante do exposto, aconselha-se, que se proceda uma reestruturação dos prédios visando a demolição de boa parte dele, conservando apenas as partes menos degradada, e para atualização de um novo modelo, ou seja, uma nova roupagem que

instigue a população a consumir mais e manter viva no tocante cultural, leve em consideração o crescimento demográfico e propulsor da econômico, o mercado tem em sua essência a urbanidade que vem desde o desenvolvimento das cidades no Brasil e no Mundo. Para mais detalhes observa-se o (10.1 Anexo fotográfico) do presente trabalho.

4.4.10. Análise do usuário

Para melhor conhecer o perfil do usuário e o que ele pensa a respeito do objeto de estudo, o Mercado Municipal de Paripiranga, foi aplicado um questionário, um dos métodos de pesquisa realizado no presente trabalho, este por questões de segurança em função da pandemia, feito de forma online, utilizando métodos digitais, como o Google forms para o questionário e o WhatsApp como veículo de comunicação. Antes de aplicar de forma macro foi realizado com cinco pessoas, de forma experimental, com o intuito de entender a funcionalidade do questionário e o nível de dificuldade ao responder as perguntas.

Os gráficos mostrados a seguir apresentam resultados de um questionário aplicado, de forma macro, em uma amostragem de 100 pessoas, após o feedback dos primeiros entrevistados obtendo 74 respondidos e 26 não tiveram interesse no assunto.

Os objetivos das perguntas era pra definir o perfil do consumidor, seu local de residência, qual o conhecimento acerca do objeto estudado, sua frequência no espaço. Assim também, como as questões referente ao estacionamento, adaptações para crianças e pessoas com deficiência, PcD, armazenamento da carne, higiene, conforto termoacústico, luminotécnico, acessos e quais sugestões dariam para melhoria do mesmo.

No questionário foram levantadas 30 questões: da 01 a 08, define o perfil do entrevistado; da 09 a 28, uma avaliação da infraestrutura existente do mercado municipal e 29 e 30, um espaço individual para levantar outras questões que não foram abordadas, mas com grande significado para a elaboração do projeto de intervenção. Contudo para simplificar o resultado será mostrado quatro gráficos a seguir como demonstrativos e algumas repostas da questão vinte e nove:

4.4.11. Resultados parciais

No gráfico 1, pode-se observar que 82,4% dos entrevistados residem em Paripiranga, mas uma parcela de 14,9% reside em outras cidades. Contudo os consumidores não se limitam a certas regiões, mas até em zona rural e urbana.

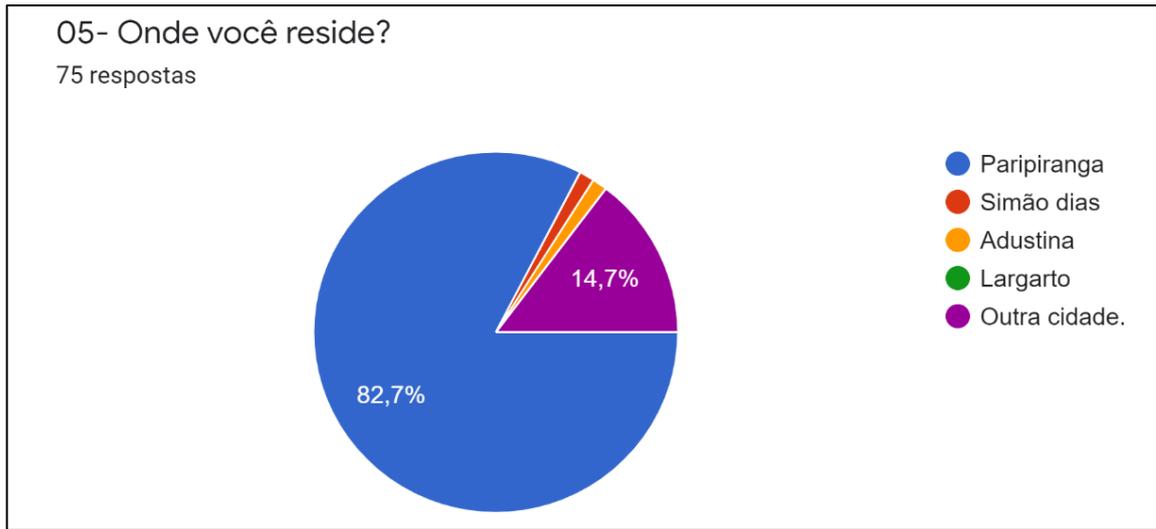


Gráfico 1

Fonte: Produção do autor

Quando foi perguntado, há quanto tempo conhece o mercado, no gráfico 2 mostra que a metade dos entrevistados afirmaram conhecê-lo há mais de 20 anos. Isso reforça a importância da existência e manutenção do mesmo.

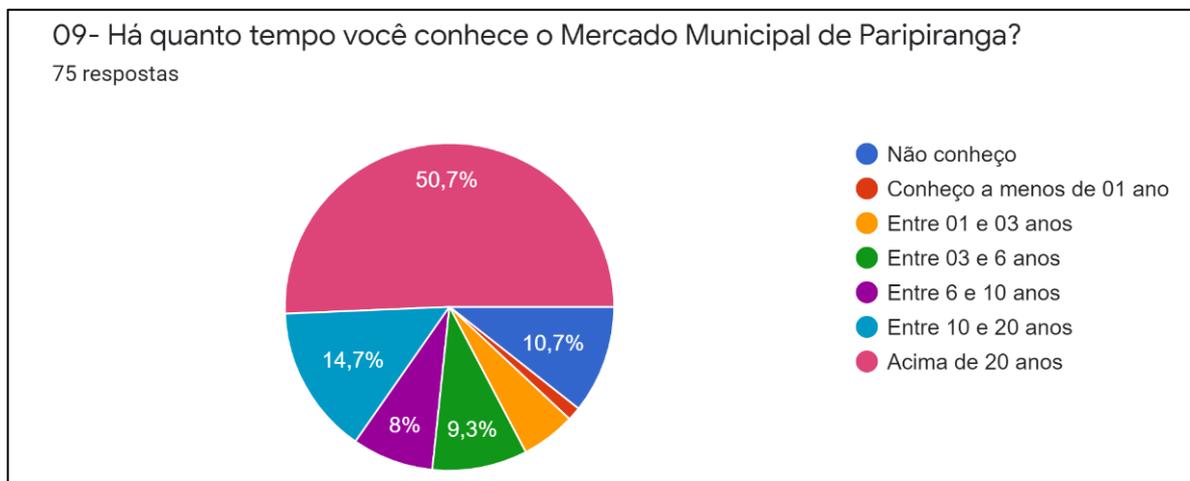


Gráfico 2

Fonte: Produção do autor

Observando o gráfico 3, mostra que 24,3% registra uma frequência de quatro a mais vezes por mês, isso em um período anterior a pandemia, onde seu funcionamento não estava restrito. Os mesmos avaliaram os acessos e quase a metade dos entrevistados classificaram como ruim, um fato a se pensar no entorno que facilite a chegada dos usuários até o mercado.

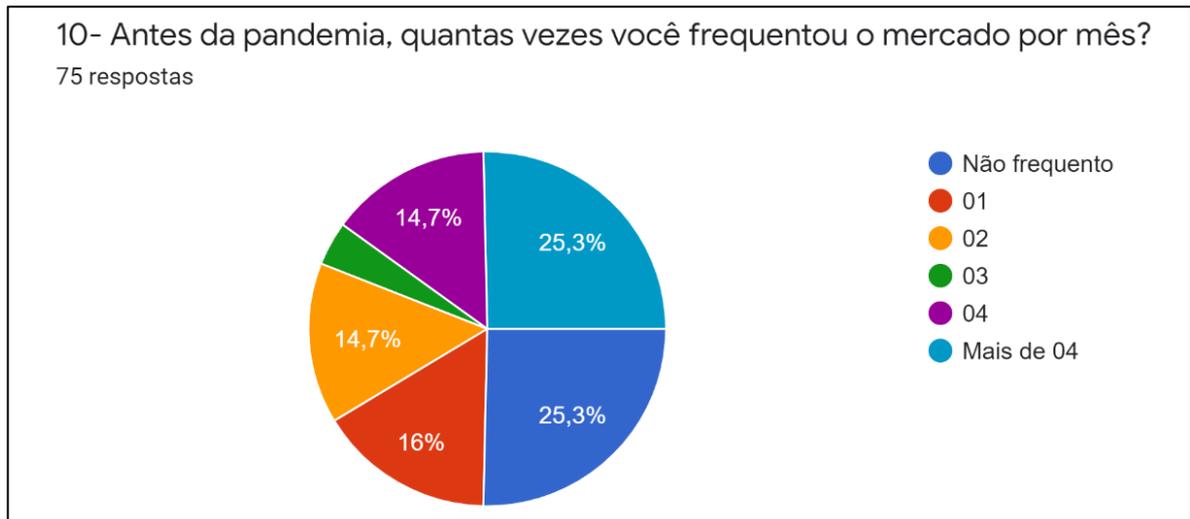


Gráfico 3

Fonte: Produção do autor

Quanto as adaptações para deficientes, 59,5% dos usuários classificaram como péssimo e 20,3% ruim. Resultados conferidos no (gráfico 4).

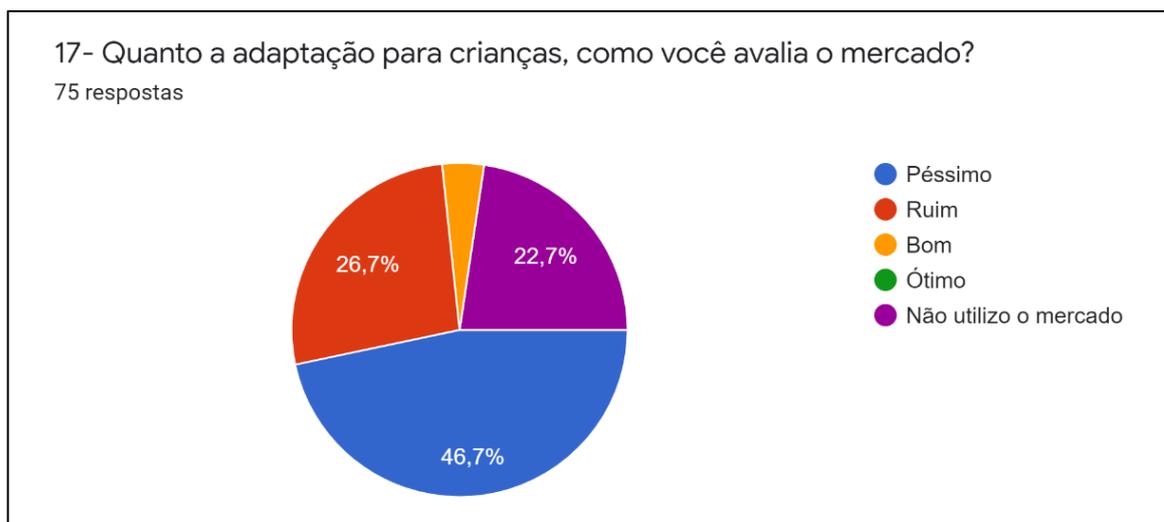


Gráfico 4

Fonte: Produção do autor

Por fim, a questão 29 foi deixado em aberto para opinião individual, o qual foi questionado que ponto (ou tema) não foi abordado e que o entrevistado acredita ser importante para a melhoria do mercado. Alguns resultados como: pavimentação do entorno; reforma do mercado para cumprir as necessidades básicas dos feirantes; vestimenta do pessoal açougue, higienização; acessibilidade; organização dos espaços de venda destinado para os comerciantes; cursos de formação para os trabalhadores no mercado municipal e uma área de alimentação para os trabalhadores e frequentadores do mercado; distribuição das bancadas de forma higiênica e com espaçamento; melhorar a ambientação, deixar um lugar mais confortável para visitar.

Sendo assim, entende-se que em termos técnicos os mercados necessitam de uma reestruturação em todo espaço mercantil para adequações de suas instalações e entorno, isso também foi observado pelos usuários entrevistados, mesmo que de forma pessoal, foram sinalizados pontos de melhoria já identificados em análise técnica realizada pelo autor.

5. PROPOSTA PROJETUAL

5.1. Índices urbanísticos

| QUADRO DE ÁREAS (m²) | | | |
|--|-----------------------------|---------------------------|------------------------|
| ÁREA DO LOTE: | | | |
| OBRA BASE | ÁREA (m²) | ÁREAS CONSEDERADAS | |
| | | TO | IA |
| SUBSOLO | 130,00m ² | ----- | 130,00m ² |
| PAV. TÉRREO | 6.459,00m ² | 6.459,00m ² | 6.459,00m ² |

| | | | |
|----------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| PAV. SUPERIOR | 2.420,00m ² | ----- | 2.420,00m ² |
| TOTAL A CONSTRUIR | 9.009,00m ² | 6.459,00m ² | 9.009,00m ² |
| OBRAS COMPLEMENTARES | | | |
| CASA DE MÁQUINA (NÃO COMPUTÁVEL) | 42,00m ² | ----- | ----- |
| ÁREA PERMEÁVEL | 10% | 1.491,98m ² | ----- |
| TO= 43,29% | CA= 0,603 | | |

Quadro 5 - Índices urbanístico

Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

Em decorrência da ausência das leis complementares e anexos I, II, III do Plano de diretor Participativo do Município de Paripiranga, não tem como fazer um comparativo dos índices urbanísticos encontrado no projeto com os parâmetros exigidos da referida lei, pois informações base como: a qual zona o lote pertence, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, gabarito máximo de altura. Assim também como os recuos: frontal, lateral e do fundo.

5.2. Entorno e as condicionantes naturais

Através de pesquisa em campo, identificou-se que as ruas adjacentes ao mercado são de grande circulação. De acordo com a (Figura 41), a área tem grande potencial urbanístico, pois nas suas proximidades encontram-se diversos equipamentos urbanos que potencializam o comércio local. Entre eles, o mais próximo, é o Terminal Rodoviário de Paripiranga, isso caracteriza uma melhor logística para os frequentadores vindos de outras cidades e os munícipes que residem em áreas rurais. São eles que, nos dias em que acontecem as feiras, intensificam o movimento no comércio de alimentos, bares, restaurantes, bancos, entre outros.



Figura 41: Análise do entorno

Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

Percebe-se que, no entorno da praça da feira, existe uma concentração de comércios de grande, médio e pequeno porte; ou seja, é a parte mais movimentada da cidade. Além dessa área comercial, a praça Pedro Rabelo de Matos concentra outras casas comerciais, herança do tempo em que o mercado municipal funcionava em seu antigo prédio, hoje ocupado pelo Fórum Des. Rui Trindade.

Para melhor entendimento, foi feita uma análise, in loco, do sistema viário de Paripiranga (como visto na Figura 42). Percebe-se, em destaque, as principais vias e a proximidade favorável do objeto em questão com a BA 220, esta liga a cidade de Simão Dias a Paripiranga (ao sul) e no seguimento norte, a cidade de Adustina. Sendo assim, abre diversas possibilidades de fluxo, tanto para os frequentadores como para os fornecedores, uma vez que essa BA é a principal via que cruza o município.

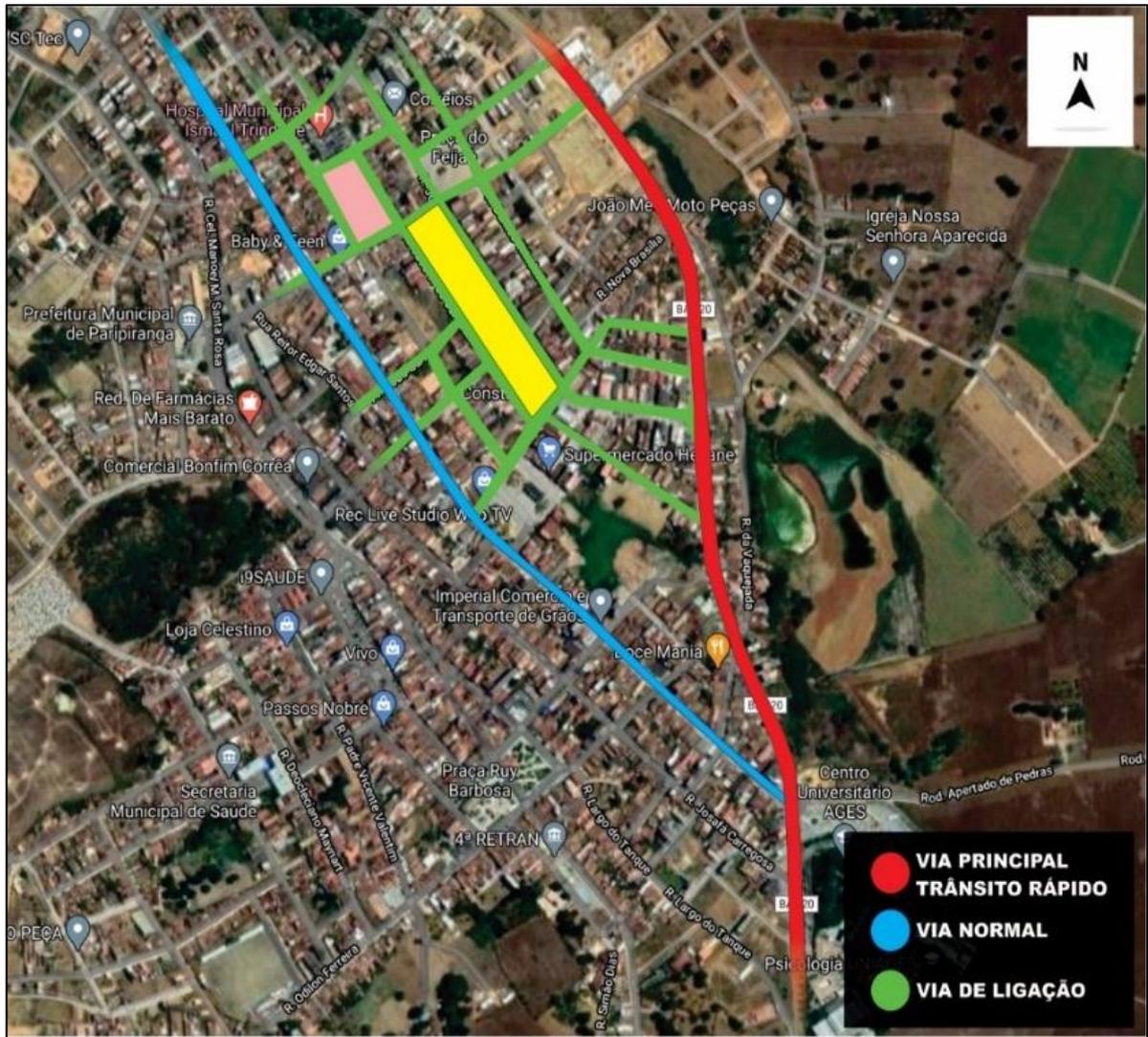


Figura 42: Classificação viária de Paripiranga-BA
Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

Para garantir ambientes sustentáveis, confortáveis e obter uma redução no consumo energético, foi feito um diagnóstico dos principais ventos e o percurso solar. Tais análises ajudaram na tomada de decisão de aberturas de vãos e mascaramentos. Assim, quando a luz solar é indesejada, isso garante uma renovação do ar nos ambientes, instigando um conforto térmico e tornando-os salubre.

Ainda sobre a análise das condicionantes naturais (Figura 43) serviu de base para o zoneamento, locando os ambientes de maior permanência voltados para as fachadas leste e norte; pois ficam orientadas para o sol da manhã e os ambientes de menor permanência voltados para as fachadas oeste e sul, estas com maior incidência solar.

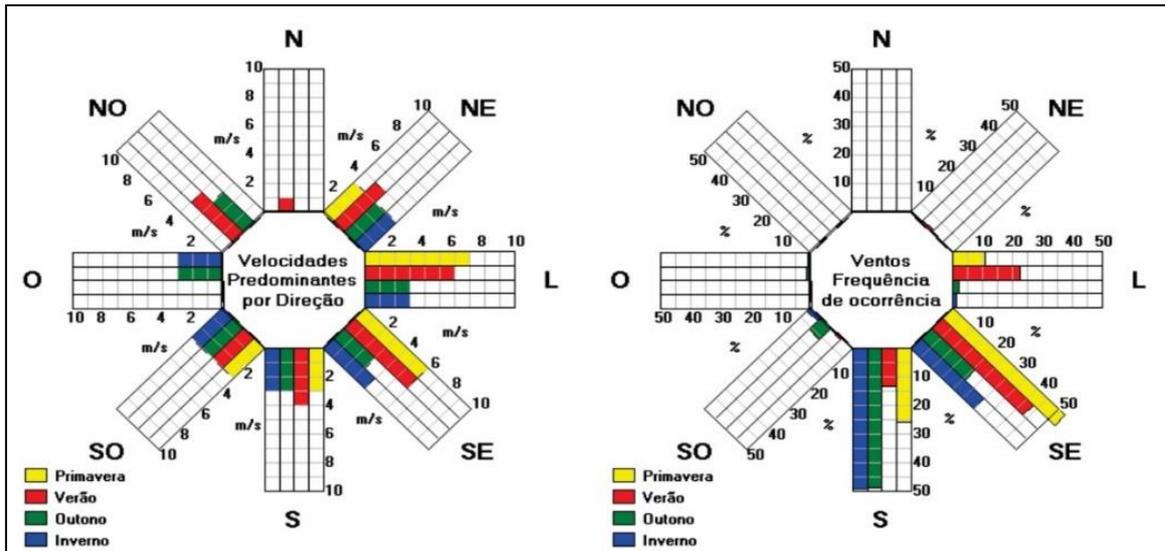


Figura 44: Análise dos ventos
Fonte: software SOLAR– mar/2021

Para uma análise mais técnica, dos benefícios e malefícios, acerca da iluminação natural, foram geradas cartas solares com diagramas estereográficos referente ao grau perpendicular de cada fachada, como visto na (Figura 45): na testada principal, a fachada Sudeste, com 145° , ângulo formado a partir da perpendicular da referida fachada até o Norte, em sentido horário; na Sudoeste- 235° ; na Noroeste- 325° e Nordeste- 55° .

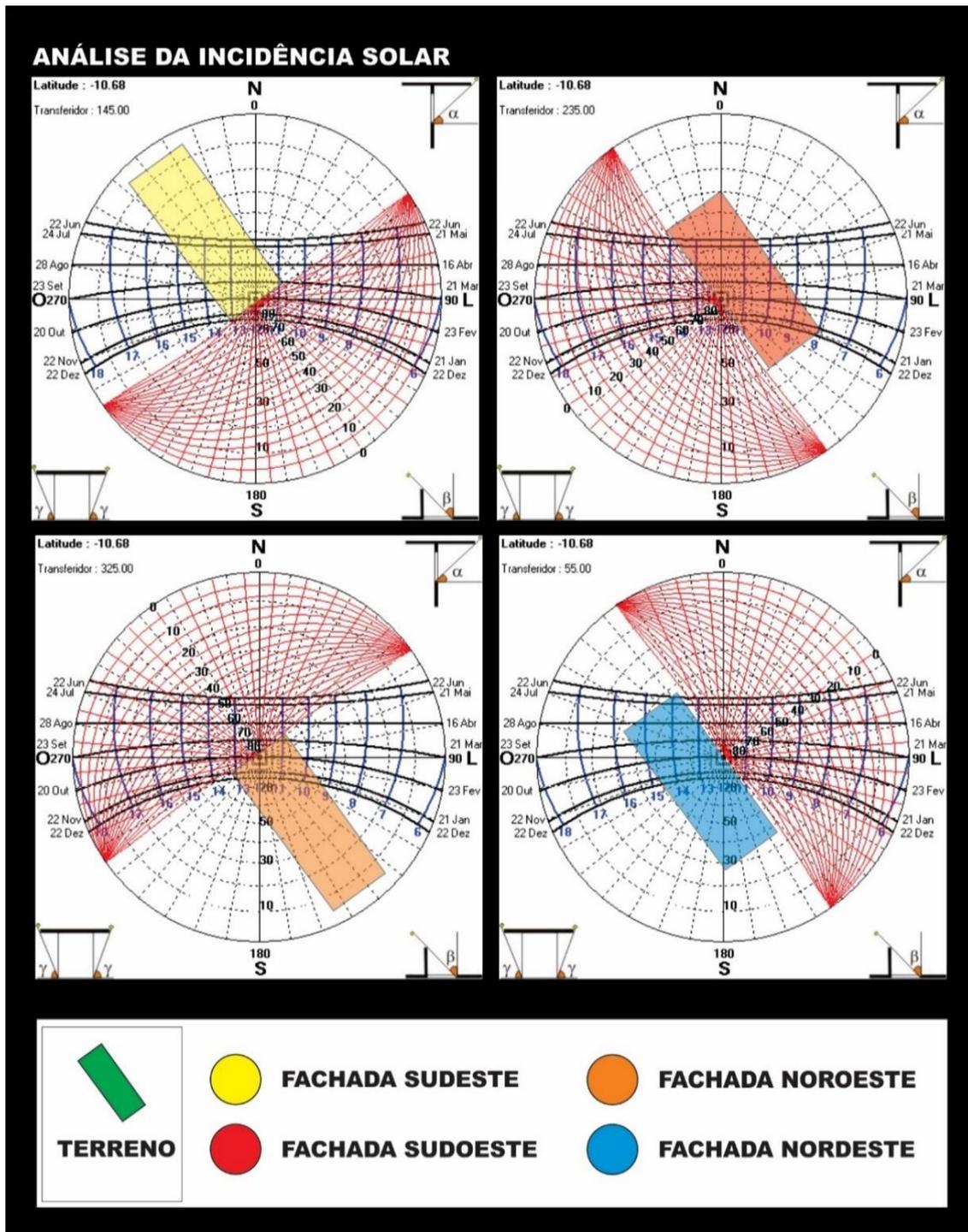


Figura 45 - Análise de insolação
Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

Na (Figura 46) é possível identificar uma média das temperaturas atingidas em cada fachada. Com esses dados definidos, de orientação das fachadas e o trajeto que o sol realiza em determinados dias e horários, é possível ter ciência de seu comportamento e aplicar melhorias no projeto, deixando-os mais agradável para os usuários.

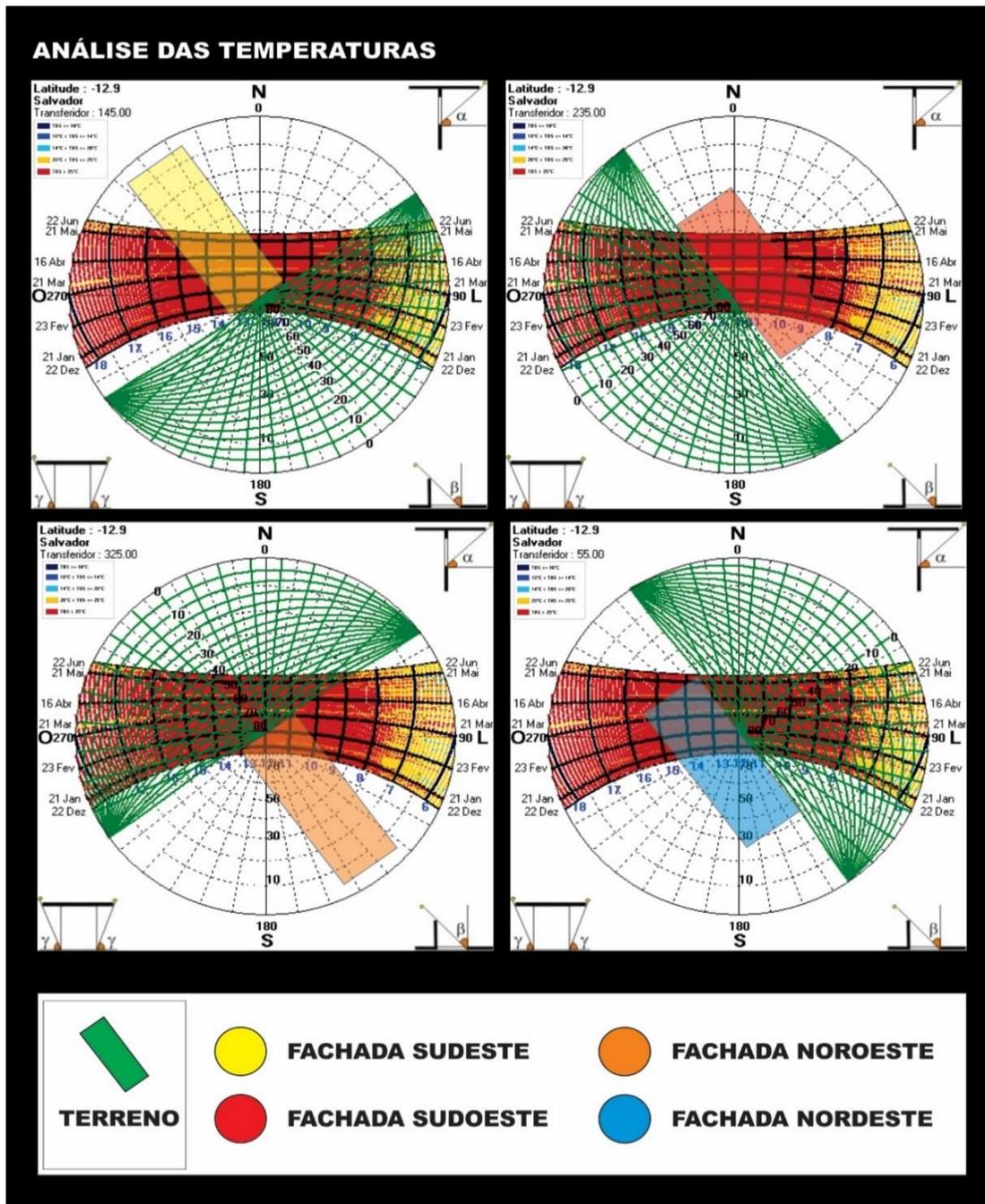


Figura 46 - Análise da temperatura
Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

Assim, percebe-se a necessidade de projetar dispositivos de proteção solar e mascarar nas áreas mais quentes, a entender que no projeto em questão, a fachada Sudoeste e Noroeste recebe mais incidência solar e altas temperaturas (a exemplo do verão em que, das 11h às 18h, essa face de contato recebe raios solares, comparados a outros períodos) a observação dessas altas temperaturas resulta no conforto interno da edificação.

5.3. Levantamento topográfico

O levantamento topográfico, ou seja, um mapeamento das características do terreno: dimensão, forma, curvas de nível, entre outras, foi um dos primeiros passos de presente trabalho. É ele que determina onde a construção se posicionará para obter um melhor aproveitamento, se há necessidade de movimentação de terra ou não.

Esse estudo evita gastos desnecessários com terraplanagem, uma vez que ele mostra todos os níveis em maior detalhe do terreno, para isso não basta apenas conhecer e sim aproveitar melhor no projeto.

Na área de estudo já existe um bom aproveitamento topográfico, apenas sendo necessário um corte no terreno, localizado na rua entre o açougue e o mercado central de 130,00m² para a locação dos banheiros. Essa necessidade surgiu pelo fato de melhor aproveitamento do ambiente construído e onde atualmente existe banheiros não está dentro dos padrões santuários e sua área não é suficiente para ampliação e atender a demanda.

O mapa topográfico serviu de base para todo o trabalho de planejamento e projeto subsequente, sem este não teria conhecimento da área com maior precisão, implicando em possíveis erros resultando em custos adicionais de construção.

Para a realização deste estudo topográfico (conferido na Figura 47) foi utilizado da interface digital, o CADMAPPER, para coleta e mapeamento das curvas de nível através de satélites e posterior transferido para o Revit 2019 para obtenção de cotas e criar em estudo de massas para melhor entender a movimentação de terra necessária, assim também, o volume extraído.

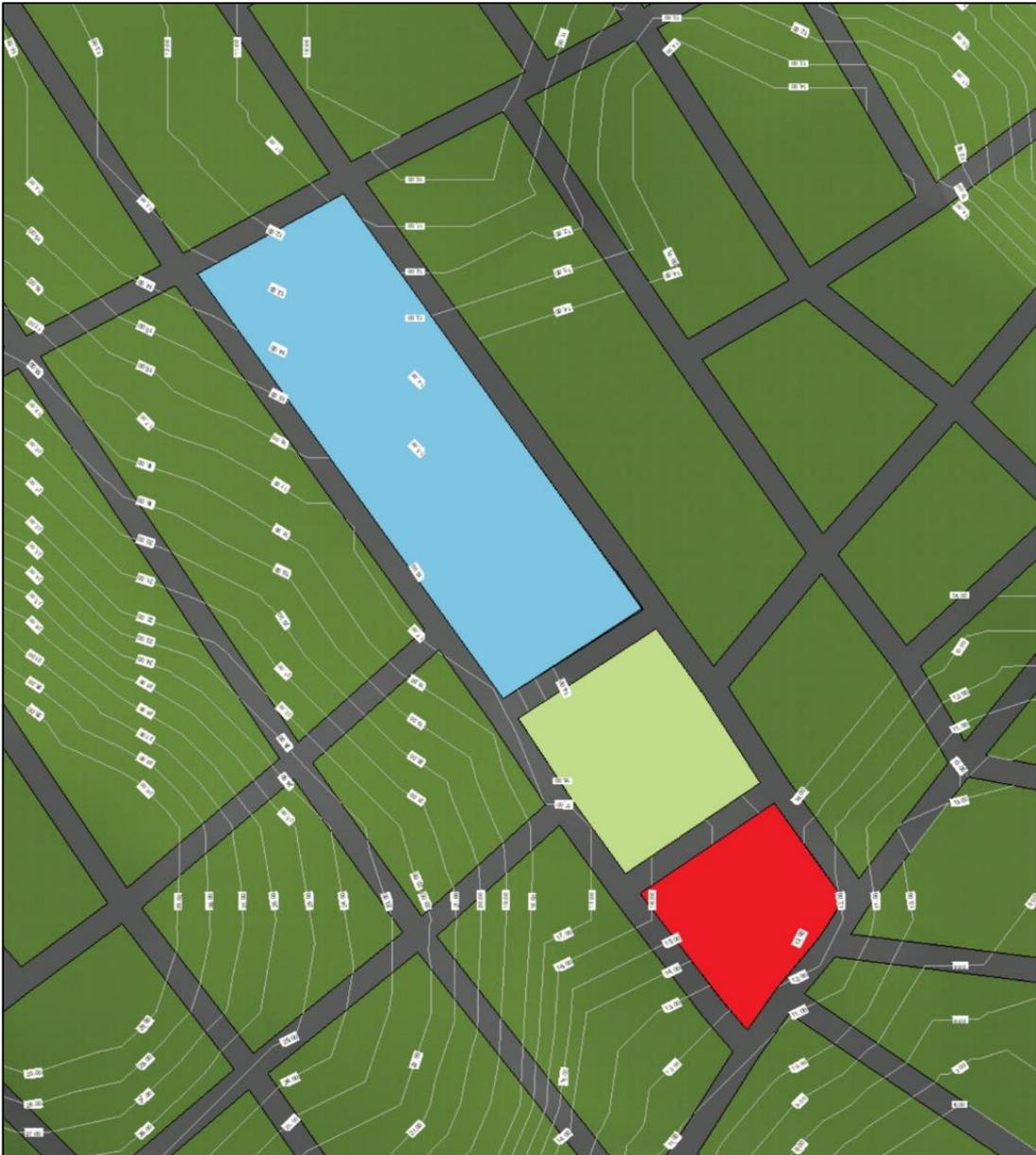


Figura 47 - Planta topográfica

Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

O levantamento topográfico realizado confirma as constatações in loco, a área já se encontra edificada, preservado alguns desníveis mais significativos, como observado na (Figura 45), sinalizado de vermelho, nessa parte já existe um corte de movimentação de terra, o que aloja o primeiro mercado, na parte em azul, mantém-se esse desnível mostrado nas curvas de nível da referida planta. O projeto de intervenção irá conservar todos os desníveis existentes, as alterações que serão sugeridas não ter impacto ambiental significativo.

5.4. O terreno de implantação

A área estudada se encontra com arruamentos, residências e alguns lotes sem ocupação, porém particular. Na aérea pública do Mercado não foi feito um trabalho de áreas permeáveis, ou seja, encontra-se árida, sem nenhum tipo de árvore.

Para essa problemática encontrada foi pensado em repaginar os taludes existentes, com grama, árvores de médio porte e a inserção de canteiros em pontos específicos do sítio, observados no projeto, assim consegue arborizar a área, sem interferência no funcionamento. Tal solução torna um ambiente mais harmonioso e melhora no conforto térmico e visual. Em algumas áreas, a exemplo do estacionamento, foi proposto o uso de concregrama a fim de aumentar a área permeável facilitando o escoamento das águas pluviais.

5.5. Volumetria

A volumetria foi desenvolvida a partir do conceito de integração. Ao observar a (Figura 35), percebe-se que o diagrama de evolução deixa claro a composição volumétrica, o volume de cor vermelha na volumetria atual ganhou o volume de cor verde clara acima, esse abrigará o hortifrutí, ganhará um aumento significativo no gabarito de altura, criando imponência ao prédio, isso abre uma possibilidade de funcionamento semanal, hoje, só tem vendas nas terças e sextas-feiras.

O volume verde escuro receberá uma repaginada nas fachadas camuflando os telhados que serão aproveitados, com isso irá aumentar o gabarito de altura, mas não consideravelmente comparados aos outros mercados, o azul, hoje o mercado de cereais, continuará com a mesma função, porém é acrescido com o volume de cor amarelo, este será o palco.

Por fim, para dar ênfase ao conceito, as faixas de cor laranja, vistas na (figura 48), fazem a integração entre os prédios. Observa-se na referida figura, a parte desenvolvida, uma parcela da volumetria. A ideia se concretizará através de estruturas metálicas, treliças e coberta com telha termoacústica.

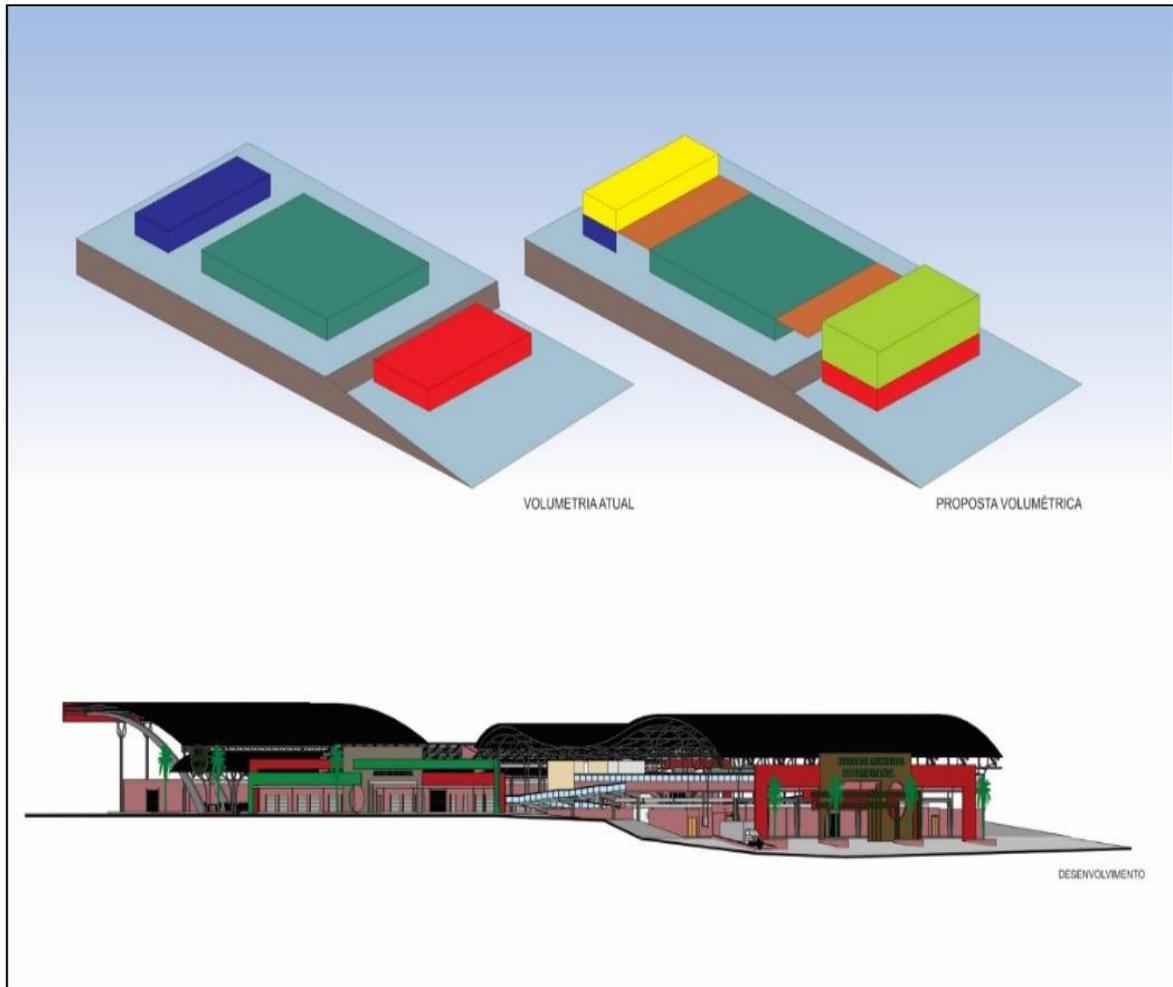


Figura 48: Diagrama de evolução volumétrica
Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

6. MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de reestruturação do Mercado Municipal de Paripiranga – Ba foi pensado com o propósito de oferecer à cidade um equipamento urbano, adequado às normas, capaz de unificar em um só lugar os requisitos básicos para o desenvolvimento sociocultural. Partindo desse pressuposto foi analisado: integração entre os usuários, espaços flexíveis.

- Integração dos espaços: através das circulações criteriosamente dimensionadas para criar espaços de passagem e permanência, adequadas aos parâmetros de acessibilidade;

- Integração entre os usuários: projetar espaços de sociabilidade para a troca de experiências e criar vínculos entre os usuários;
- Relação com o entorno: através das conexões entre os acessos e as vias já existente, isso influencia na segurança e dinâmica do local. A integração das duas vias que separam os mercados e criando espaços sociais, sem perder sua função de circulação, atrair os usuários, visitantes e turistas ao edifício.
- Conforto ambiental: implantar espaços que permitam a entrada de luz e ventilação natural através das aberturas, portas, cobogós e brises. Nos espaços onde há uma incidência solar significativa, proteger (mascarar) com artifícios de brises.
- Espaços flexíveis: o espaço do palco foi pensado em fechamento retrátil, esse permitirá um espaço multiuso quando não estiver em sua função real.

6.1. Conceito e partido

A proposta terá como conceito norteador, **a integração**. Nesse sentido, a ideia central está fundamentada em três premissas: ofertar alimentos cuidadosamente manipulados e armazenados; fomentar a geração de emprego e renda; e proporcionar um espaço multifuncional para sociabilidade dos munícipes (Figura 49).

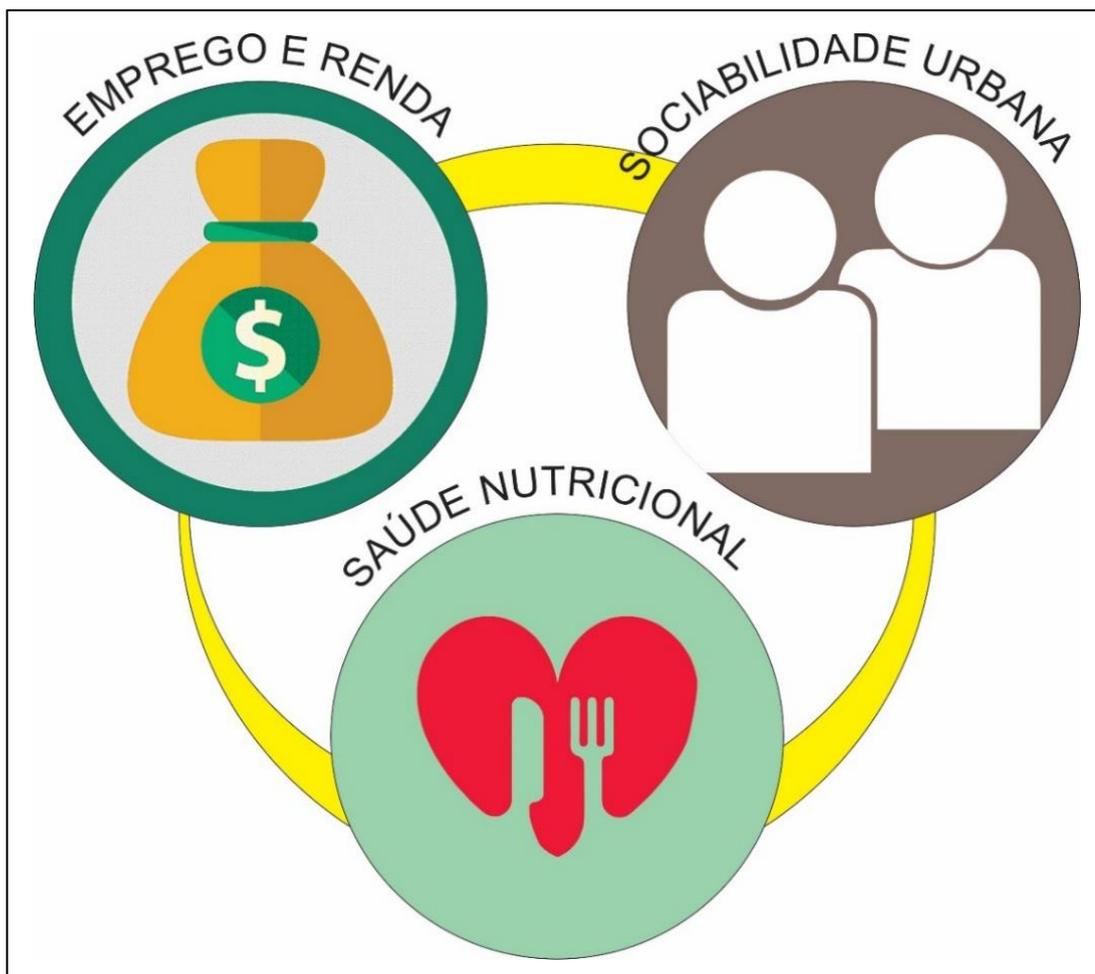


Figura 49: Pilares do projeto

Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

Para que a ideia seja concretizada, é preciso que haja a integração entre os três prédios existentes, atualmente separados por ruas. No projeto de intervenção, essas ruas serão incorporadas, de forma dinâmica, através de coberturas metálicas composta por pilares e treliças; porém não deixará de servir de circulação. O resultado será, então, a unificação dos três prédios, tornando-os único.

A primeira rua (entre o açougue e o segundo mercado) sediará as rampas de acesso ao hortifruti, estas construídas em concreto armado e corrimão de aço galvanizado. Em um nível abaixo, aproveitando a topografia do terreno, estarão os banheiros coletivos (masculino, feminino e para pessoas com deficiência – PcD). Para solução da ventilação destes será utilizado ventilação zenital, por estar abaixo do segundo nível.

A segunda integração (rua que separa o mercado central com o mercado de vendas de cereais) será coberta na mesma configuração de materiais da primeira,

fazendo a junção entre os dois prédios. Para esse ambiente foi pensado o espaço de convivência, com bares, restaurantes, cafés, lanchonetes. Assim, atende a uma das premissas já citadas de proporcionar a relação de sociabilidade urbana em um espaço típico e agradável.

Ainda, no que diz respeito aos espaços de lazer, o teto do mercado de cereais será aproveitado para um palco fixo, edificado em estrutura metálica com telhas termoacústicas e piso em granilite (espaço que comportará os eventos festivos da cidade). O estacionamento, localizado ao lado do referido mercado, passará a ter outra função, uma praça de entretenimento para realização das festas tradicionais do município, a exemplo das festas de São Pedro, Padroeira e a tradicional Festa do Milho.

Todo projeto foi pensado cuidadosamente para cumprir as premissas de manipulação e armazenamento dos alimentos. Por isso serão trabalhados ambientes que atendam às exigências da Anvisa (a exemplo de: uso de refrigeradores, câmara fria, revestimentos, bancadas, entre outros, foram especificados para a correta manipulação e armazenamento da carne), isso garante a saúde nutricional dos alimentos.

No quesito empregabilidade, a proposta de box com equipamentos adequados para venda de carne, lojas e restaurantes, todos estruturados para atrair novos investidores do segmento, tanto local como regional, além do aumento na receita do município através do aluguel e impostos, gera emprego pelo aumento significativo da exploração da área comercial.

6.2. Programa de necessidades

O programa de necessidades, adotado no projeto (Tabela 1), setoriza a composição dos ambientes do Mercado Público. Sendo que a sua divisão se deu em três grandes setores: infraestrutura e serviços; vendas; e estacionamentos. Todos os subsetores foram pensados de acordo com a necessidade da atividade e a disposição espacial a privilegiar o fluxo de trabalho e o setor de vendas.

| | | |
|------------------------------|---------------------|------------------------------|
| INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS | QUANTIDADE | AMBIENTE |
| | | BANHEIRO MASCULINO |
| | | BANHEIRO FEMININO |
| | | BANHEIRO PcD |
| | | DEPÓSITO |
| | | ADMINISTRAÇÃO |
| | | COPA |
| | | DEP. DE MATERIAL DE LIMPEZA |
| | | VESTIÁRIO |
| | | CARGA E DESCARGA |
| | | CASA DE LIXO |
| | | CÂMARA FRIA |
| | | GERADOR |
| | | RESERVATÓRIO SUP. E INFERIOR |
| SETOR DE VENDAS | | BOX PARA CARNE BOVINA |
| | | BOX PARA CARNE SUÍNA |
| | | BOX PARA CARNE DE FRANGO |
| | | BOX PARA PEIXES |
| | | LOJAS DE CONFECÇÕES |
| | | LOJAS DE VARIEDADES |
| | | RESTAURANTE |
| | | LANCHONETE |
| | | BARES |
| | | CAFÉ |
| | | PALCO |
| | | CAMARIM |
| | ESTACIONA -MENTO | |
| | | ESTACIONAMENTO MOTO |
| | | ESTACIONAMENTO ÔNIBUS |
| | | ESTACIONAMENTO BICICLETA |

Tabela 2 - Programa de necessidades

Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

Para melhor desenvolver o referido programa de necessidades, foi aplicado um questionário com responsáveis pelo funcionamento do Mercado Municipal de Paripiranga, no qual as perguntas foram fundamentadas na Portaria 2619/11 – SMS – Publicada em DOC 06/12/2011. Na ocasião, foram questionados alguns pontos necessários, tais como: existência de determinados equipamentos, estado de conservação e funcionamento para a correta manipulação de alimentos.

A pesquisa não se caracterizou em denúncias de irregularidades, mas como embasamento para ofertar de uma proposta de projeto arquitetônico adequada às normas regulamentadoras e que proporcione um programa de necessidades de acordo com a realidade do município; pois o foco do projeto é que este seja passível de ser construído, dentro do que foi observado na realidade local.

De acordo com o resultado do questionário e observações in loco, foi constatada a real necessidade de uma reestruturação no açougue, espaço destinado a comercialização de carnes, para adequações sanitárias. Assim, faz-se necessária a demolição total da parte interna e cobertura, aproveitando os pilares e vigas que estejam em estado de boa conservação.

Em termos de inexistência foram observadas: a ausência de câmara fria e freezers para armazenamento da carne, bancada de manipulação e desossa, estes é um dos principais problemas; e a ausência de pias para higienização da carne e pia para uso do profissional. Isso significa que não dispõe de água nos locais de vendas de carnes. Além disso, os revestimentos são inadequados, ou em estado de deterioração.

Outra urgência a ser reparada é o setor de vendas de peixes, camarões e vísceras, realizada, atualmente, em bancas a céu aberto, sem os devidos cuidados de armazenamento e manipulação. Não existe barreiras que impeçam o acesso dos roedores, insetos ou animais indesejados.

Por fim, os banheiros também estão impróprios para uso, podendo ser demolidos e construídos de forma que atenda a todos, independentemente de sua condicionalidade física, pois será embasado na NBR 9050/2020. Esta define as medias básicas que torne o ambiente acessível por todos. A norma anterior citada não será aplicada apenas nos banheiros, mas em uma quebra de barreiras arquitetônica que por sua vez não permite o uso do ambiente por todos, ou seja, limita.

Nas rampas de pedestres serão adotadas a inclinação recomendado pela NBR 9050/2020 de 8,33%, corrimão e sinalização; nas calçadas terão sinalização tátil,

rebaixo quando necessário e os banheiros serão adotados as medidas dentro dos parâmetros da universalidade.

6.3. Setorização

Com o zoneamento, buscou-se o agrupamento de acordo com a atividade desenvolvida em cada espaço, como observado na (Figura 50). No primeiro estarão alocados: os boxes de venda de carne (bovina, suína, aves, peixes, vísceras), uma loja de temperos, câmara fria, sala de higienização, sala de desossa, sala de lixo orgânico, sala de controle; na parte externa, ficará a doca para carga e descarga de carne, casa de lixo orgânico e inorgânico, rampas de acesso ao hortifruti; em um nível abaixo, estão os banheiros coletivos (masculino, feminino e PcD), administração, copa e DML; e, no pavimento superior, sobre o mercado de carne, fica o hortifruti composto por bancas, gôndolas e banheiros, toda esta parte será coberta por uma grande cobertura metálica que abrange do hortifruti até o segundo mercado fazendo a integração de ambos.

No mercado central haverá boxes de uso misto, vestuário, cama, mesa, banho e variedades. A parte central abrigará um restaurante, Casa de Taipa, que servirá comidas típicas e traz em sua estrutura física materiais regionais e dois conjuntos de banheiros nos extremos (masculino, feminino e PcD). Ao lado do mercado central tem a Vila Coité, uma homenagem ao nome antigo da cidade, esta servirá de aconchego para os visitantes que valorizam a cultura local, pois terá um palco central para apresentações locais e, nesta vila, estarão os bares, botecos, cafés e lanchonetes. A localização da vila, anterior citada, fica na segunda rua, entre o mercado central e o de cereais.

E, por fim, o mercado de cereais, será composto por boxes destinados a venda de cereais com barreira contra roedores e insetos. O diferencial dessa parte da edificação é o uso da cobertura para uma segunda função, será ampliado verticalmente, acrescentando uma laje e em cima dela será um palco fixo, o objetivo do mesmo é promover um espaço já estruturado para os dias de festas de grande porte, isso resulta em economia, pois em eventos promovidos pela prefeitura atualmente são locadas estruturas móveis para tal.

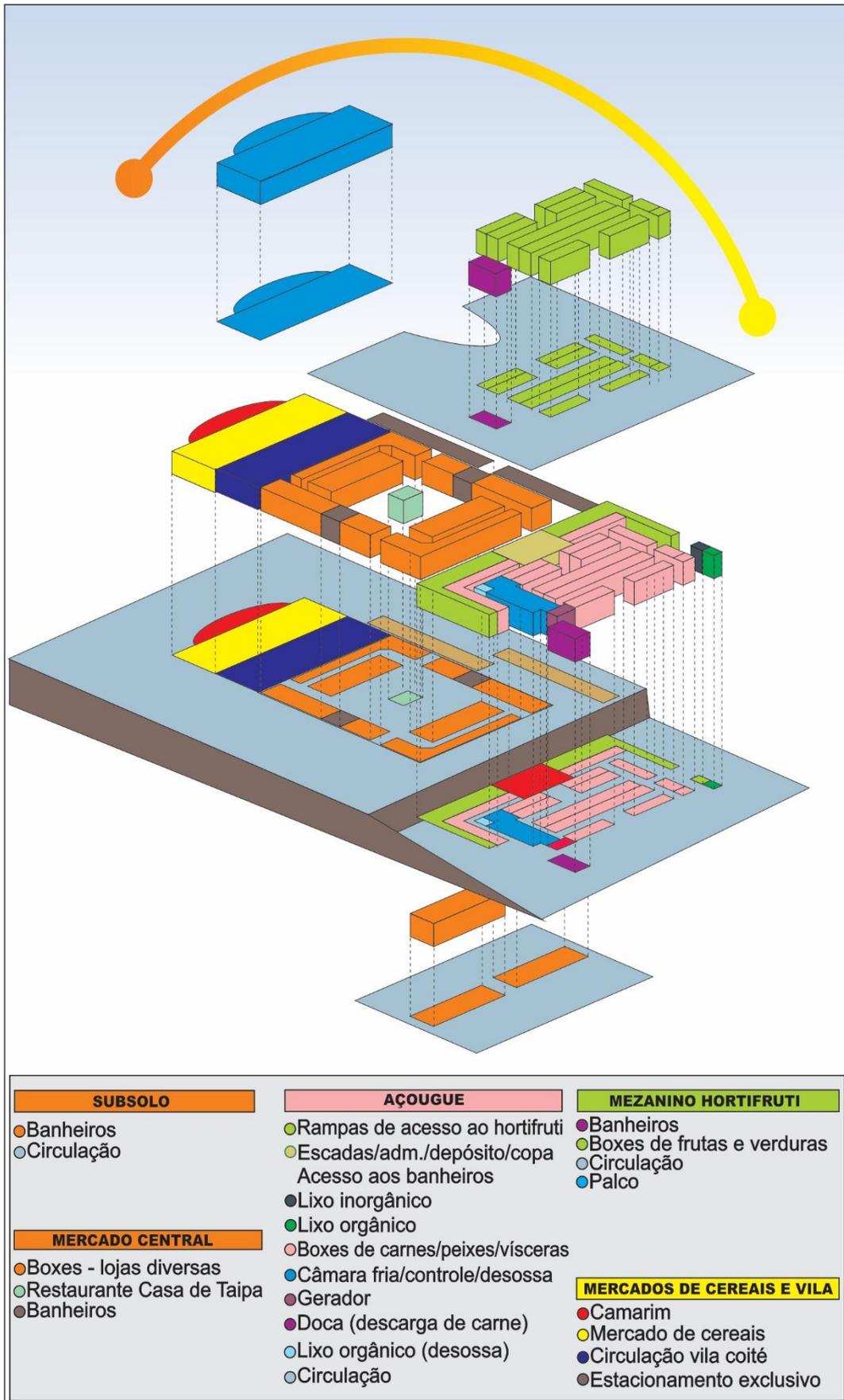


Figura 50: Esquematização de setorização
 Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

O restante do terreno, este já pavimentado em paralelepípedo, atualmente é utilizado para as barracas de frutas, verduras e confecções, na intervenção continua com essa função no dia de maior movimento, às sextas-feiras e nos demais dias servirá de estacionamento e espaço de eventos.

A ideia desse palco é um melhor aproveitamento da área a suprir a carência da cidade de Paripiranga, ausência de praça de eventos. Sendo que esse ambiente já comportou festas itinerantes, shows de grande porte com artistas de nível nacional. Para melhor entendimento do projeto como um todo, observa-se o corte esquemático (Figura 51) onde mostra a situação atual e acima as principais divisões, em volumes, do mercado e posterior intervenção.

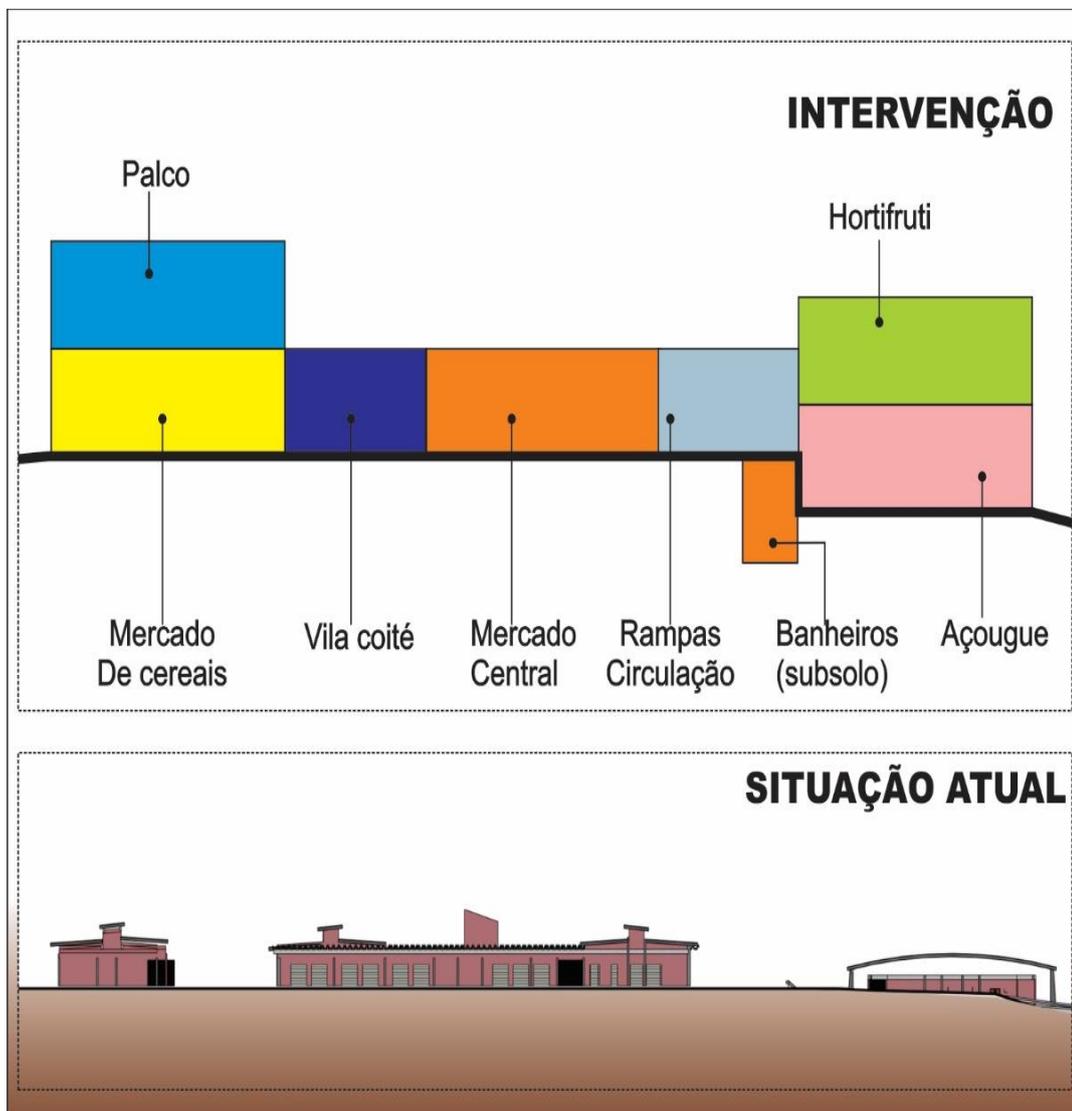


Figura 51: Corte esquemático

Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

6.4. Sistema Estrutural

O sistema estrutural utilizado é o misto (como esquematizado na Figura 52). O primeiro é de pórtico (pilar-viga) de concreto armado, a escolha desse se dá pelo fato de já existir grande parte e aproveitá-los é uma forma de reduzir custos. O segundo, de estruturas metálicas, servirá de reforço à estrutura já existente, evitando cargas sobre a mesma. O uso do metal se dá pela facilidade de atingir grandes vãos, ter uma obra mais limpa e rápida.

A laje metálica será especificada para uso neste projeto, a escolha desta se dá por ser uma alternativa com baixa densidade, o que diminui consideravelmente o peso próprio e, conseqüentemente, os esforços sobre estruturas e fundações; reduz os custos com a obra; dispensa escoramentos; diminui a quantidade de armaduras e consegue uma estrutura mais esbelta.

Na cobertura, grande parte do material será aproveitado. As do mercado central, por exemplo, são telhas de amianto que se encontram em bom estado de conservação. Para melhoria e aumentar o tempo útil da antiga cobertura, será aplicado camadas de tinta branca, essa cor reduz a absorção da luz e feito um trabalho de camuflagem destas com elementos nas fachadas e as novas coberturas do mercado da carne e a do palco, serão utilizadas treliças metálicas, com tratamento especial ante corrosivo e telha termoacústico. A geometria da cobertura favorece a passagem do vento para renovação do ar quente do interior da edificação e, ao mesmo tempo, beneficia a iluminação natural, melhorando, assim, o conforto ambiental.

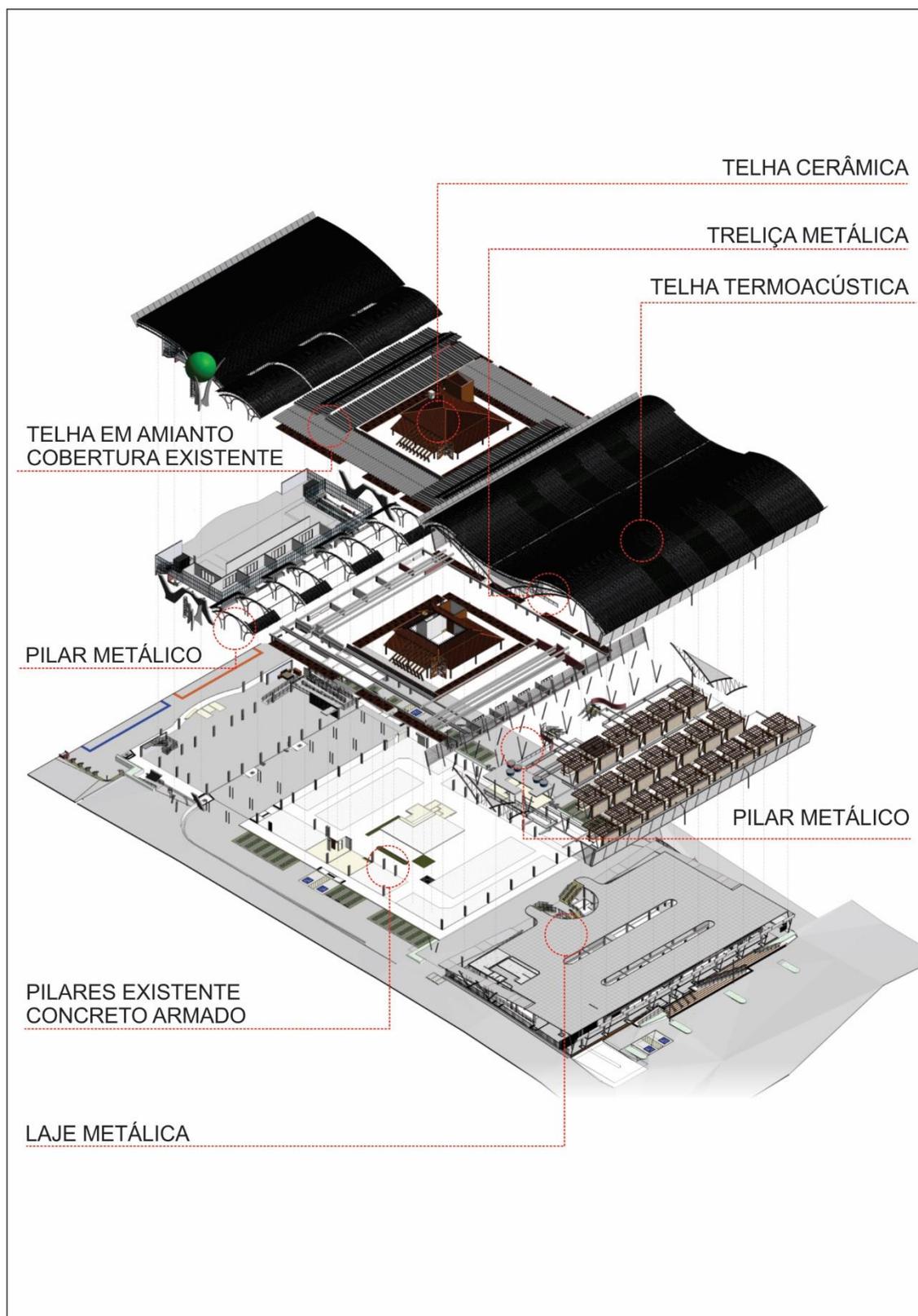


Figura 52: Previsão do sistema estrutural

Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

Quanto as paredes de vedação, serão demolidas apenas as necessárias para a realização das adequações e as que se encontram comprometidas com trincas,

rachaduras e/ou infiltrações agudas. Nesse sentido, a alvenaria em questão não tem função estrutural, por isso aproveitará em média 85%, para aumentar a vida útil das paredes existentes, serão rebocadas com argamassa na composição de areia, cimento e água, impermeabilizada nas áreas sujeitas a infiltrações, com aditivos apropriados, revestidas com cerâmicas onde for necessário, de acordo com as NBRs, e demais, receberão camadas de tinta acrílica, especificada posteriormente. O uso desses materiais tende a ser de baixo custo, comparados a outros existentes e facilita a higienização dos ambientes.

6.5. Fluxos

No que diz respeito à higiene e aos cuidados com os alimentos manipulados se faz necessário a hierarquia entre o fluxo de pessoas (clientes) e dos funcionários, na câmara fria em especial. Na (Figura 53) foi desenvolvido um fluxo de modo que o funcionário do setor não tenha contato direto com a carne antes de se paramentar em uma sala específica com dois acessos, entrada por uma porta e saída por outra, é nesse momento que ele higieniza as mãos, se paramenta com roupas adequadas para o manuseio do alimento, assim como, as pessoas que trabalham na desossa, segue esse mesmo protocolo na sala citada, depois segue por uma circulação interna até a sala de desossa, localizada no mesmo setor da câmara fria.

Para melhor entendimento dos fluxos, observa-se a legenda de cores, no canto direito da (Figura 41) e a possibilidade de percurso que cada um possa fazer sem que um interfira no outro.

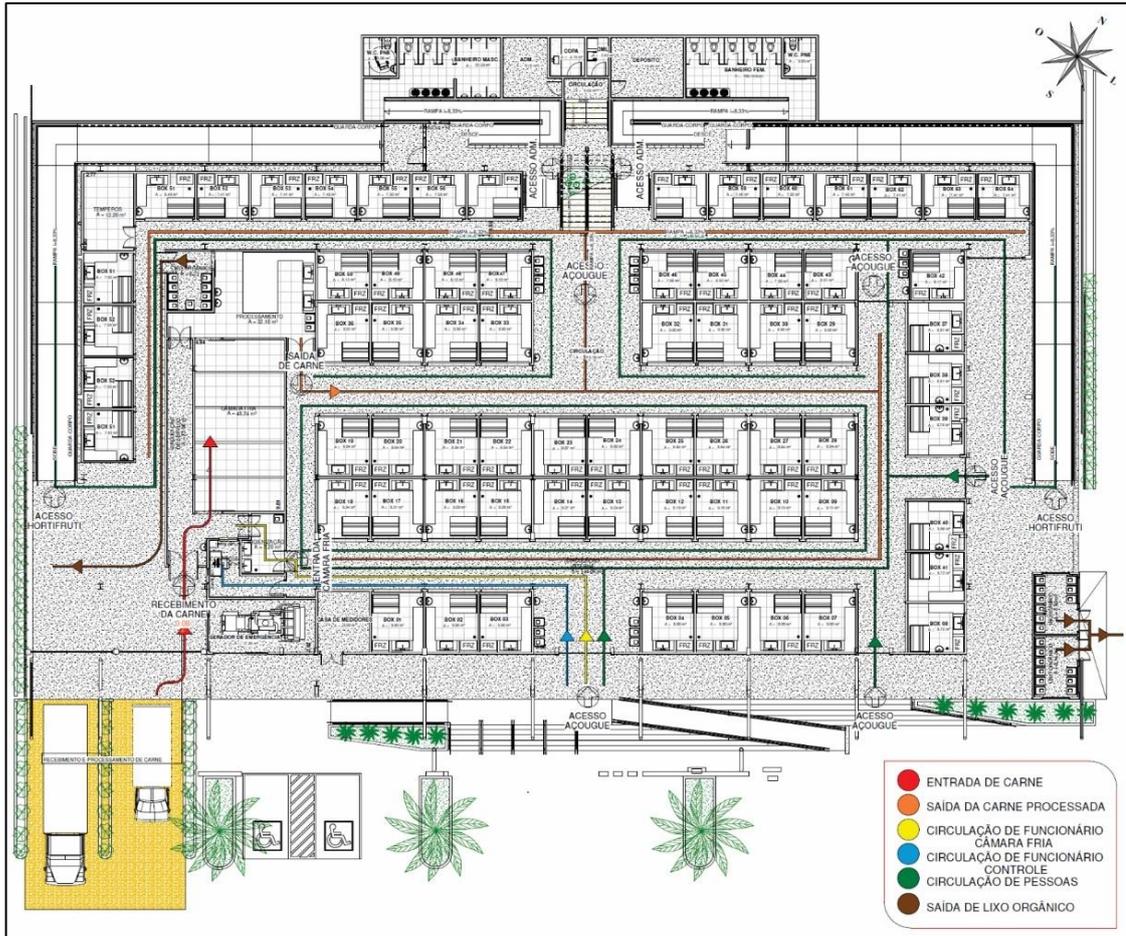


Figura 53 - Esquema de fluxo do primeiro mercado

Fonte: Elaborado pelo autor – mar/2021

O foco deste esquema de fluxo é para atender uma exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, sinalizado de vermelho, entrada de carne, é o menor trajeto que o encarregado faz para transportar a carne do carro com baú refrigerado para a câmara fria sem que tenha riscos de contaminação.

Melhor exemplificando o trajeto da chegada da carne, vinda do matadouro até o Mercado para armazenamento em câmara fria, dessossa e liberar para vendas nos boxes, essa sequência se dá: na linha azul, é o percurso do funcionário que faz o controle, entra pelo acesso mais próximo do setor e chega até a sala munida de mesa cadeira e computador, aqui se faz o registro de recebido, peso e a identificação do mercador.

Na linha amarela, o funcionário chega até a sala de higienização e acessa ao interior da câmara fria, esse é o momento mais importante, pois o funcionário não atendendo essas exigências pode estar levando contaminantes para o alimento.

Na linha vermelha, o carro pára na doca, carga e descarga, e o funcionário acessa a sala de registros por uma janela que fica próximo a entrada da câmara fria, estando tudo dentro do exigido o funcionário libera a entrada pra o armazenamento com temperatura de 4°C. No interiro desse setor tem uma circulação que leva o funcionário devidamente higienizado a sala de desossa, é nesse momento que retira da carna pardes não comercializadas, é o chamado processamento, para a saída desse alimento o funcionário deve se higienizar, na sala existe duas pias para tal. Só depois desse procedimento, o alimento é levado para os boxes que possuem freezers, balcões refrigerados, serra e balança e assim, liberados para comercialçização.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades comerciais estão em paralelo às primeiras civilizações, suas transformações são baseadas na evolução urbana. Mesmo com similaridades entre os edifícios de Mercados Público nas diversas regiões, há sempre uma particularidade, pois cada um exprime as características local, do modo como as pessoas vivem, produzem e interagem.

Atualmente os mercados sofrem uma queda em sua utilização, mas mostram-se resistentes e reafirmam ser um equipamento urbano importante aos benefícios sociais, econômicos, culturais e até mesmo nas questões relacionadas a saúde e boas práticas alimentares, esta por ser um equipamento facilitador de produtos naturais, comercializando, o que antes considerava-se excessos advindos no meio rural, nos dias atuais em forma de produção específica e meio de subsistências para grande maioria dos mercadores.

No âmbito social, possibilita a reestruturação de áreas centrais abandonadas, promove o encontro da sociedade, tanto para a comercialização quanto para a integração cultural. Mesmo em concorrência com as novas possibilidades e equipamentos urbanos, surgidos como a evolução do Mercado, a exemplo das galerias, bazares, shoppings, entre outros. O Mercado Público apresenta-se como um equipamento democrática, onde seus frequentadores sentem-se livres de regras

limitadoras, a exemplo dos já citados que se caracterizam público, mas devido a as normas e administração, indiretamente exclui pessoas, o shopping é um exemplo real de exclusão, marcado pelo incentivo do luxo e valores abusivos dos produtos, isso provoca uma seleção de seus frequentadores.

Em consequência disso, se faz necessário um olhar mais atento das políticas públicas em parceria com a sociedade para o resgate, valorização e preservação desse bem público, por conta de sua importância e tradição dentro da malha urbana. Além de fomentar a geração de empregos e renda para o município, ou seja, o uso do poder público para gerar oportunidades de trabalho, considerando que grande parte da população não tem estudos suficiente para um concurso e necessitam de oportunidade de sobrevivência.

No município de Paripiranga – BA, tido como objeto de estudo, o Mercado Municipal, as inquietações partem do pressuposto da carência de uma reestruturação que abranja o prédio e seu entorno, pois tem grande influência na economia local, sendo um equipamento utilizado por grande parte da sociedade Paripiranguense, sejam mercadores ou clientes, isso reafirma a necessidade de mantê-lo atualizado perante a normas atuais de higiene, segurança e acessibilidade. Os requisitos anteriores mencionados melhoram nas relações sociais e qualidade de vida dos seus habitantes.

Para atender as questões higienistas, foi revisado normas e diretrizes para um bom manuseio de alimentos, grande parte, orientada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que trata especificamente da parte alimentar e seus cuidados. Essa foi criteriosamente estudado para criar espaços com custo baixo, mas preservando a função específica de acordo com a atividade desenvolvida, sem abrir mão das novas tecnologias de armazenamento, tanto no resfriamento, quanto no congelamento. Com isso foi pensado em um fluxo para que não haver cruzamento indesejados e prejudique a qualidade do alimento. Para a segurança, foi analisado o entorno, o uso de fachadas ativas, ou seja, sem muros, separando o equipamento da rua, reduz a ideia de exclusão, isso se dá pelo fato de, onde hipoteticamente seria muro, são boxes destinados a lojas, voltados para a rua. Nos setores onde necessita de maior de segurança, no sentido de acidente, ou que seja destinado a funcionários, foi utilizado grades vazadas, isso permite ver o que acontece do outro lado e não transmite a ideia de exclusão.

Por fim, não menos importante, as questões de acessibilidade, essa foi pensada no ser humano, ou seja o usuário independentemente de sua condicionalidade física poderá acessar todas as dependências do mercado de forma segura e autônoma, pela razão do aproveitamento da topografia do terreno, conseqüentemente os desníveis, desde o início da edificação, até o fim, foi gerado rampas com inclinação adequada, rota acessível, demarcada por piso tátil, de sinalização e direcional, que guiará as pessoas com baixa visão, banheiros destinados a PcD, pessoas com deficiência, estes com barras e espaços para giro de cadeira de rodas, circulação com dimensão adequada para o fluxo de pessoas, isso inclui idosos, obesos, gestantes, PdC e todo aquele que por alguma razão sente a necessidade de espaços acessíveis.

Baseado em tudo que foi revisto durante o projeto de pesquisa, entende-se que o resultado foi alcançado, o conjunto de soluções arquitetônica apresentado no projeto trará benefícios a sociedade Paripiranguense e circunvizinhas, mesmo direcionado às questões físicas do ambiente em questão, respingará no âmbito urbanístico, como uma reestruturação da área estudada.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13532** - Elaboração de Projetos de Edificações - Arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5674** - Manutenção de edificações - Procedimento - Arquitetura. Rio de Janeiro, 1999.

ANVISA. RESOLUÇÃO - **RDC Nº 331**, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-331-de-23-de-dezembro-de-2019-235332272>. Acesso em: 12 out. 2020.

ARGAN, Giulio C.. **Projeto e Destino**. São Paulo: Ática, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2004. p. 157 – 179

BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-**RDC nº 216**, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento de Boas Práticas para serviços de alimentação.

BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-**RDC nº 218**, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para manipulação de alimentos e bebidas preparados com vegetais.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo** - Séculos XV a XVIII. Tradução Teima Costa. São Paulo: Livraria Martin, Fontes Editora Ltda, 1996.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Our common future: The World Commission on Environment and Development**. Oxford: Oxford University, 1987.

CASTRO, A. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. **Revista cidades, comunidades e territórios**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, 2002.

CARVALHO, Aniquele dos Santos. **PREÇO BAIXO E QUALIDADE”, TRADIÇÃO E MODERNIDADE**: As peculiaridades da feira livre na cidade de Paripiranga-BA em 1987 a 1995. Trabalho de Conclusão de Curso – Uniages, Paripiranga, 2018.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. **Em Busca de Uma Arquitetura Sustentável Para os Trópicos** [2.ed.] Edições Técnicas, 2008.

DURAND apud TAVARES FILHO, A. C. **Reflexões sobre a noção de tipo morfológico e o programa arquitetônico**: os casos das Escolas Municipais Estados Unidos e República Argentina. Dissertação de Mestrado de Arquitetura e Urbanismo do PROARQ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, p. 7.

DE BOER, M. Public interiors. In: KLOOS, M. (Org.). Public interiors. Trad. O' Loughlin Michael. Amsterdã: Architectura & Natura Press, 1993.

Estudo de mercado comércio e serviços: varejo de alimentos açougue. <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Varejo%20de%20alimentos%20-%20a%C3%A7ougues%20na%20Bahia.pdf> Acesso em: abril 2020

FERNANDES, Daniela Massano; CUETO, Maria Izabel Artidiello; VARANDAS, Glaucia; LUCENA, Alan Cortez de; SILVA, André Hemetério da. **ACESSIBILIDADE: Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo**. Publicação da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA). São Paulo, 2005.

FERREIRA, Thales Brandão. **Comunicação e marketing**: um estudo das interações comunicacionais entre feirantes e fregueses na feira livre de Paripiranga-BA. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

FONSECA, M.; MOREIRA, S. S. **Mercado Modelo e sua Importância para o Desenvolvimento Econômico da Cidade Baixa**. Universidade de Salvador. 2006. <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/63>. Acesso em: maio 2021

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. **O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço urbano**. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2010.

FREITAS, C. R. B. **O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes**: a sedução persistente de uma instituição pública. 167f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2006.

GASTELAARS, R. V.E. Public life in Amsterdam. In KLOOS, M. Public interiors. Trad. O' Loughlin Michael. Amsterdã: Architectura & Nat, 1993.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva Ltda, 2010. 262 p.

GOMES, Paulo César da Costa. **A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos**. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). Religião, identidade e território. Rio de Janeiro. editora: UERJ, 2001.

GONÇALVES, J. C. S.; DUARTE, D. H. S. Arquitetura sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino. **Ambiente Construído**, v. 6, n. 4, out./ dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/viewFile/3720/2071> Acesso em: 04 set. 2020.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins; GRILLO, Maria Ângela de Faria; FARIAS, Rosilene Gomes. **Mercado de São José: Memória e História**. 1.ed. Recife: FADURPE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca**, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 04 set. 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, 198 p.

LIBÓRIO, Ana Luiza Prata; Gândara Jr. Mercado Municipal de Aracaju: O reforço da tradição local e o resgate da paisagem urbana do centro histórico. In: Vargas, Heliana. **Intervenções em Centros Urbanos**. 3. Barueri-Sp: Manole Ltda, 2015. Cap 8.

MANZONI, Francis. **Mercados e feiras livres em São Paulo: 1867-1933**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

MELO, Maria C. Lacerda de. A relação dos mercados públicos de São José da Boa Vista com a Cidade do Recife entre 1820 e 1875. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MUMFORD. L. A cidade na história. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Vanildo de. **Fluxograma do processo de planejamento arquitetônico aplicado a mercado públicos**. Dissertação de Mestrado – UFPB/CT. João Pessoa, 2006.

PAPANEK, V. **Arquitetura e Design. Ecologia e Ética**. Lisboa: Edições 70. 1995.

PINTAUDI, Silvana. M. **Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana**. Scripta Nova. v. X, n. 218 14. p. 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-81.htm> Acesso em: abril 2020

Portaria Conjunta SES/SAR Nº 264 DE 30/03/2016
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=324890> Acesso em: abril 2020

QUINCY apud TAVARES FILHO, A. C.Op.Cit., p. 9.

ROMERO, Marcelo de Andrade; OSNSTEIN, Sheila Walbe. **Avaliação Pós Ocupação** – Métodos e Técnicas Aplicados à Habitação Social, Porto Alegre: ANTAC,2003.

Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. **IS CIPOA nº 01**, 2017. Disponível em:

file:///I:/TFG%202021/REFER%C3%80ANCIAL%20TE%C3%93RICO/arquitetura%20vernacular/Instrucao_de_Servico_CIPOA_01_2017_manual_t%C3%A9cnico_entrepoto_de_carne_V1_mar%C3%A7o_2017. Acesso em: 12 out. 2020.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993, 223 p.

SOUZA, Vitor Leandro de. **Mercado central**: Modernidades e resistências cotidianas no Rio de Janeiro das primeiras décadas da República. 1 ed. – Jundiaí São Paulo: Paco, 2017.

TAKAMATSU, P. H.T. **Arquitetura vernacular [manuscrito]**: estudo de caso Vila do Elesbão /Santana – AP: análise do habitat vernacular no ambiente construído e sua preservação. 2014. Dissertação (mestrado em ambiente construído e patrimônio sustentável) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

UNCED. **The global partnership for environment and developmente**: a guide to agenda 21. Geneva, 1992

UNESC. **Megacidades**: o nosso futuro global. Lisboa, comissão Nacional da Unesco, 2007

VARGAS, Heliana Carmin **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. 1 ed. São Paulo: Senac, 2001.

VARGAS, Heliana Carmin **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: editora Manole, 2018.

VARGAS, Heliana Carmin **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: editora Manole, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

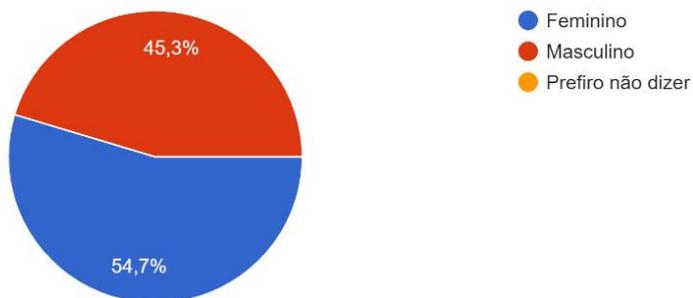
ZANI, A. C. **Repertório arquitetônico e sistema construtivo das casas de madeira de Londrina. 1989**. 292 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1989.

APÊNDICE

Questionário: perguntas e respostas

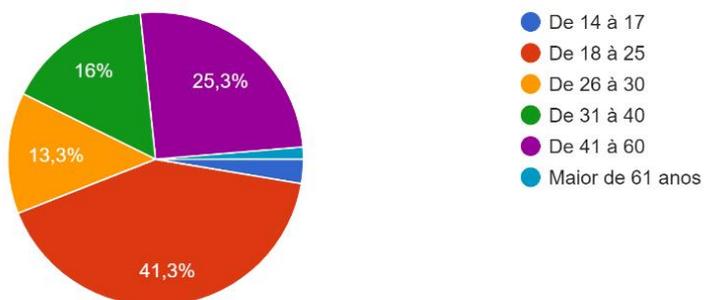
01- Qual o seu sexo?

75 respostas



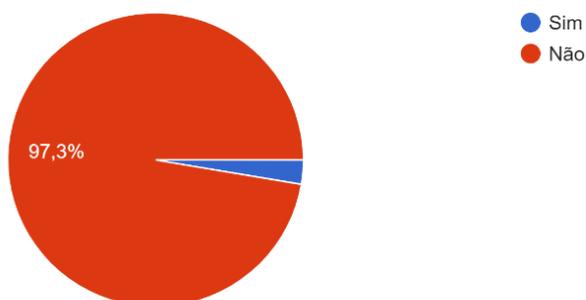
02- Qual a sua idade?

75 respostas



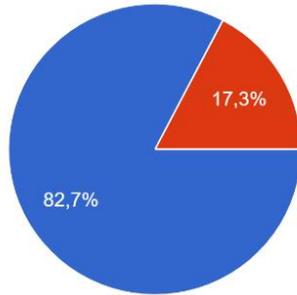
03- Você possui algum tipo de deficiência?

75 respostas



04- Você reside em:

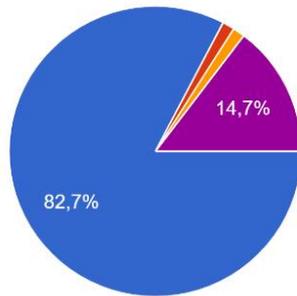
75 respostas



- Zona urbana
- Zona Rural

05- Onde você reside?

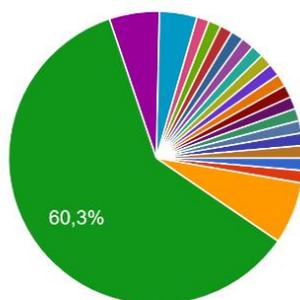
75 respostas



- Paripiranga
- Simão dias
- Ajustina
- Largarto
- Outra cidade.

06- Há quanto tempo você reside nesta cidade?

73 respostas

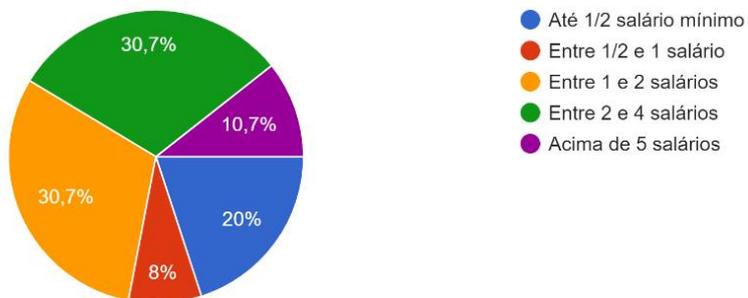


- menos de 1 ano
- de 1 à 2 anos
- de 2 à 4 anos
- Mais de 5 anos
- Desde que nasci
- 20 anos
- 27 anos
- 40 anos

▲ 1/3 ▼

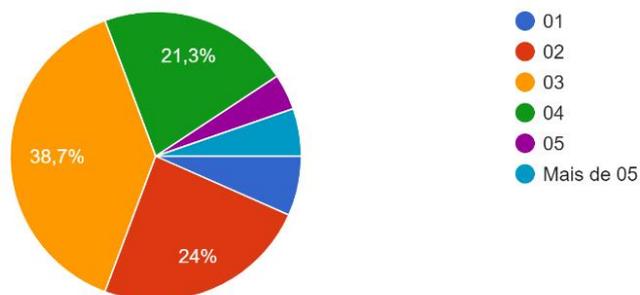
07- Qual a sua renda familiar?

75 respostas



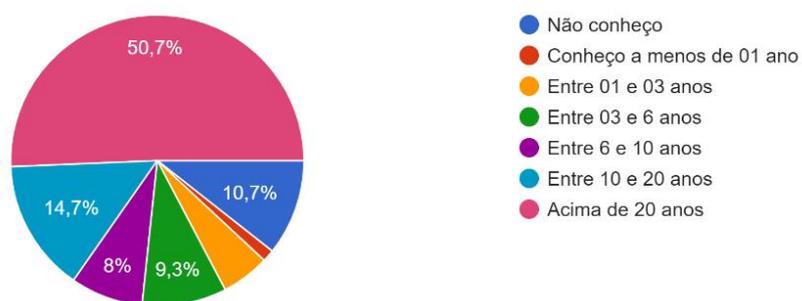
08- Quantas pessoas residem na sua casa?

75 respostas



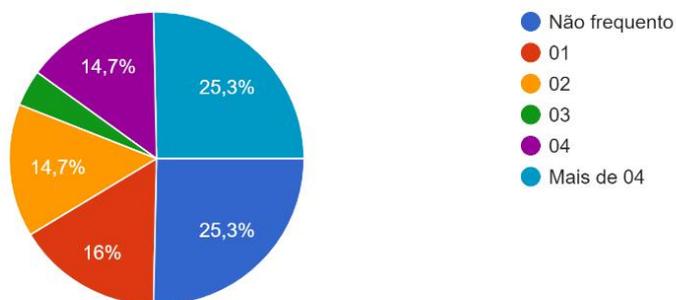
09- Há quanto tempo você conhece o Mercado Municipal de Paripiranga?

75 respostas



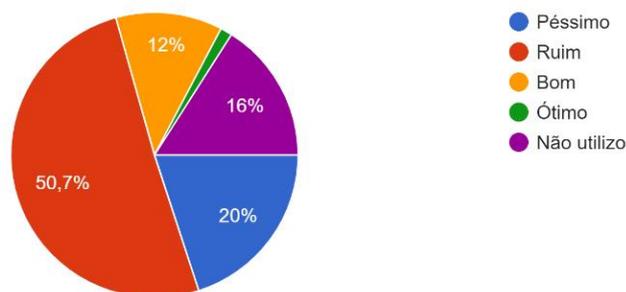
10- Antes da pandemia, quantas vezes você frequentou o mercado por mês?

75 respostas



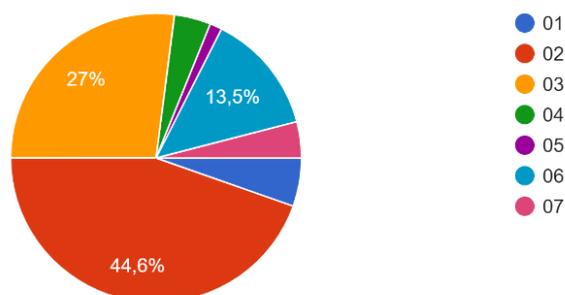
11- Como você avalia os acessos ao Mercado?

75 respostas



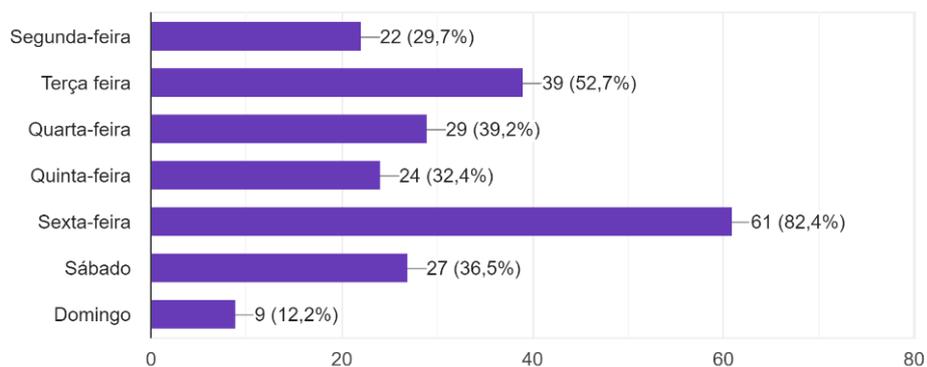
12- Gostaria que a feira funcionasse em quantos dias da semana, com vendas de carnes, frutas, verduras e cereais?

74 respostas



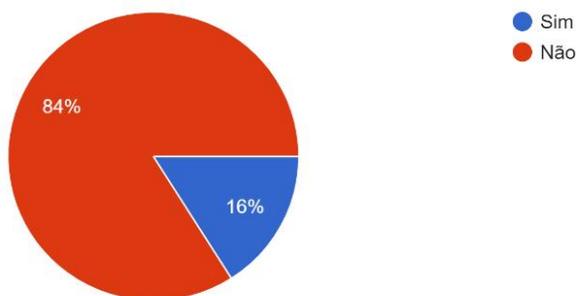
13- Quais os dias que a feira deveria acontecer?

74 respostas



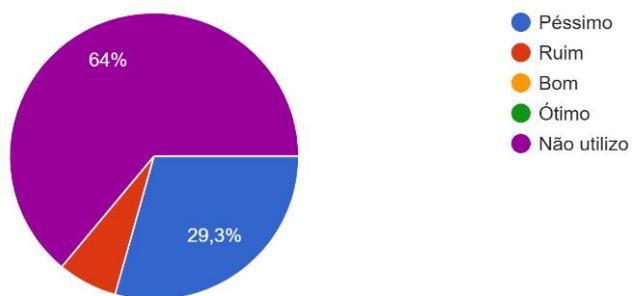
14- Já utilizou os banheiros do Mercado?

75 respostas



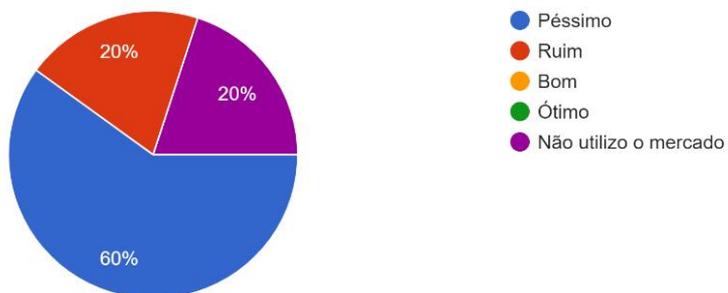
15- Como você avalia os banheiros?

75 respostas



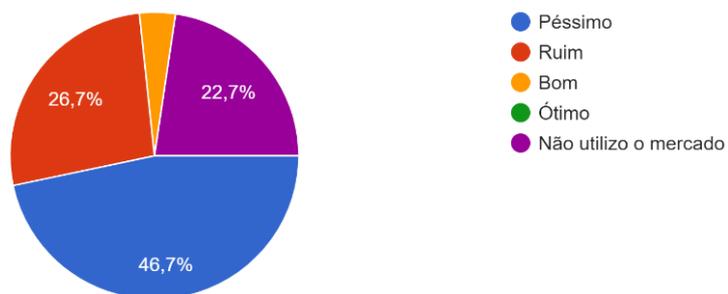
16- Quanto a adaptação para deficientes, como você avalia o mercado?

75 respostas



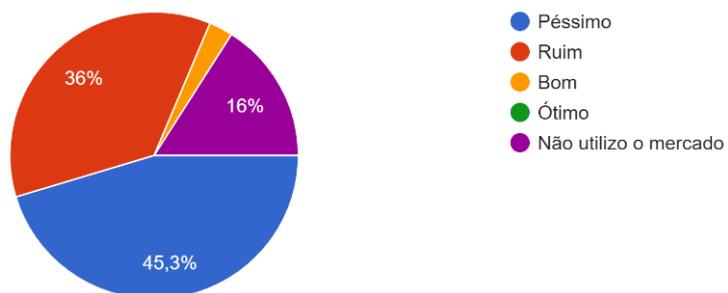
17- Quanto a adaptação para crianças, como você avalia o mercado?

75 respostas



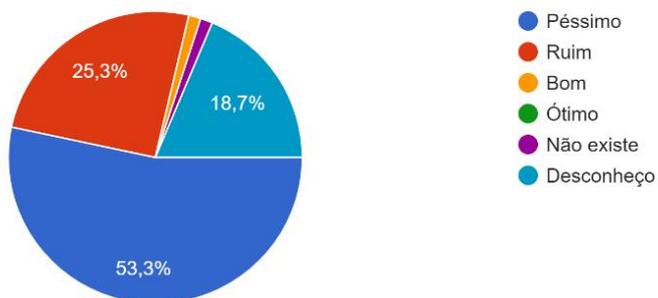
18- Como você avalia a higienização do mercado?

75 respostas



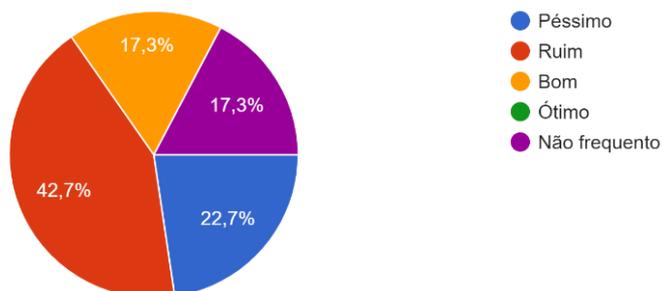
19- Como você avalia o armazenamento da carne, peixe e vísceras no mercado?

75 respostas



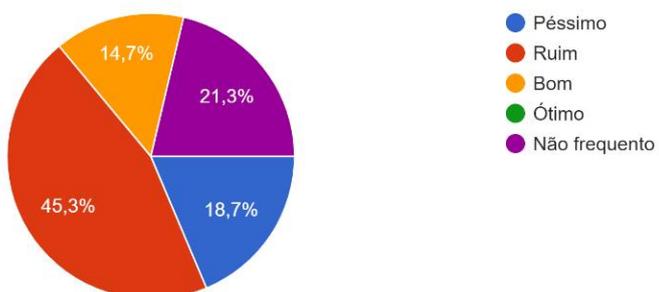
20- Como você avalia a ventilação interna do mercado?

75 respostas



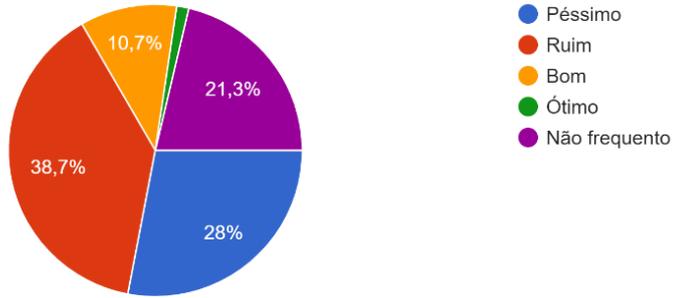
21- Como você avalia a iluminação interna do mercado?

75 respostas



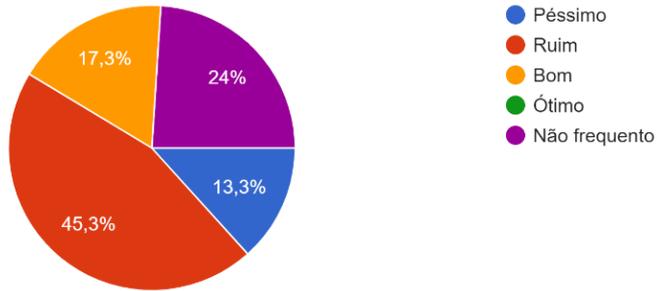
22- Como você avalia a acústica interna do mercado?

75 respostas



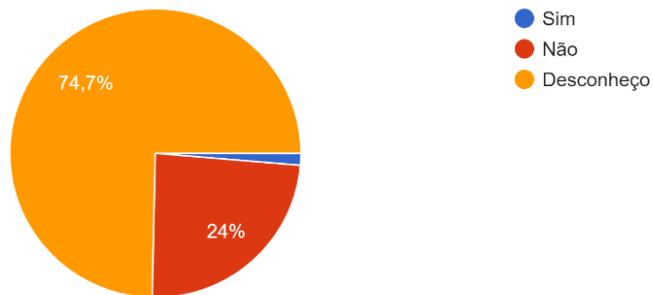
23- Como você avalia a coleta de lixo do mercado?

75 respostas



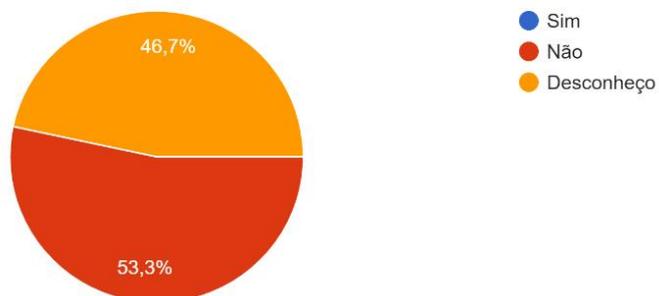
24- O mercado possui casa de lixo?

75 respostas



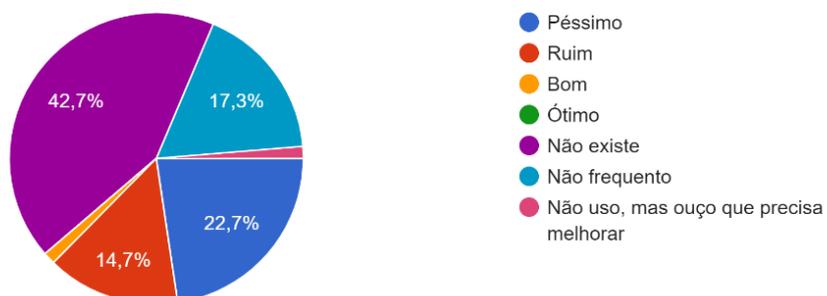
25- O mercado possui câmara fria?

75 respostas



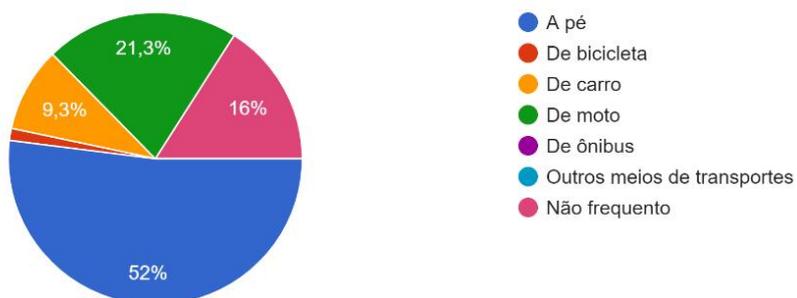
26- Como você avalia o estacionamento para carros, motos, caminhões, bicicletas e vagas especiais?

75 respostas



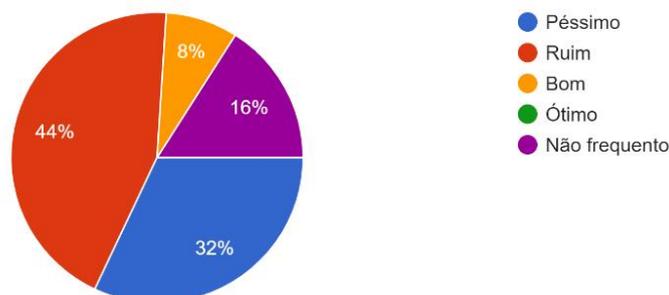
27- Como você chega ao mercado?

75 respostas



28- Qual o nível de satisfação em relação ao prédio do mercado?

75 respostas



29- Qual ponto (ou tema) que não foi abordado nesse questionário e você acredita que seja importante para melhoria do mercado? 36 respostas

1. Fiquei satisfeito
2. Uma câmara fria, serra elétrica
3. Sobre a estética do mercado
4. Todos os pontos em que podem melhorar foram citados, então, no meu ponto de vista, está ótimo.
5. Não frequento, portanto, não tenho como opinar
6. Acredito que todos pontos necessários foram abordados
7. Valorização dos profissionais que ali trabalham, com melhoria das instalações, linha de crédito para aquisição de balcão refrigerado.
8. Todos ja foram pontuados
9. Uma boa reforma
10. acho que deveria ter também um bom paisagismo
11. Não há
12. A organização dos vendedores dentro do mercado.
13. Diante do questionario sentir a falta da abordagem acerca da amplitude do mercado, de forma onde venha dar um melhor suporte aos marchantes e a população de modo geral que tem acesso ao mesmo.
14. Não frequento o mercado pela má condição que ele oferece. Desde o aspecto físico a de higiene.
15. Tecnologia
16. Distribuição das bancadas de forma higiênica e com espaçamento.
17. vestimenta do pessoal açougue, higienização
18. Não sei
19. não há nenhum.
20. Organização dos espaços de venda destinado para os comerciantes
21. Acessos
22. Na minha opinião a higiene ,
23. Quantos dias que você frequenta a feira e por quantas horas
24. Pavimentação ao entorno

25. Se o mercado precisa de uma reforma, para cumprir as necessidades básicas dos feirantes.
26. Aspecto cultural
27. Falta de condições de trabalho para os feirantes que pagam impostos para trabalhar em péssimas condições
28. Cursos de formação para os trabalhadores no mercado municipal e uma área de alimentação para os trabalhadores e frequentadores do mercado.
29. O tamanho do mercado é pequeno. Então seria interessante a proposta de crescimento do espaço
30. Uma reforma com um mercado atualizado para atender a sociedade de maneira satisfatória.
31. Melhorar a ambientação, deixar um lugar mais confortável para visitar, nos dias atuais, parece uma cena de terror, os marchantes, melados de sangue, as crianças não se sentem bem.
32. Acessibilidade e higiene
33. Tudo ok
34. Sobre estrutura arquitetônica
35. Nenhum

30- Quais questões você teve dificuldade de responder?⁴¹ respostas

1. Nenhuma (6 respostas)
2. Está todas muito claras
3. Não teve.
4. se existe câmara fria no mercado
5. Quanto a adaptação para deficientes e com relação a acústica interna.
6. Não tive dificuldade em executar o questionário, pois tenho acesso e conhecimentos do mercado a muito tempo.
7. Se tem Câmara Fria. Acho que não!
8. A grande parte, por falta de conhecimento do local
9. A 29
10. Para mim foi tranquilo
11. Sobre as câmaras frias
12. 26,28
13. Xxxxx
14. 12
15. A questão 9
16. Uso de câmara fria ou banheiros, desconheço a existência ou utilização no mercado.
17. 28-27
18. Questões 23, 24 e 25
19. Sobre Mercado Municipal, em Paripiranga é chamado de Mercado da Carne, portanto, não conhecia esse outro nome
20. Sobre a coleta do lixo porque eu não sei como funciona.
21. Não tive dificuldade alguma

ANEXOS



Foto 01: Manifestação de pequenas fissuras, aparentemente por dilatação da argamassa. Manchas de umidade e desgaste por falta de manutenção.

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 02: No geral não apresenta manifestações críticas, apenas pequenas fissuras. Manchas de umidade e de corrosão

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Fotos 03: Nesse ponto, apresenta Corrosão de armadura mais crítica, manchas de umidade e de corrosão.

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 04: Pontos de infiltrações e ausência de reboco. Manchas de umidade e de corrosão.

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 05: Desgaste rejunte pelo uso e tempo e alguns pontos de infiltrações. Piso interno
Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 06: O piso externo em paralelepípedo encontra-se em condições precárias com irregularidades, abaulamentos e falhas.
Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 07: Corrosão das treliças, sinais de oxidação. Localizada na cobertura do mercado 01 (açougue).

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 08: Localizada na cobertura do mercado 01 (açougue). Oxidação nas telhas, alguns furos, amassamentos e a presença de lixiviação.

Fonte: Acervo próprio – out/2020

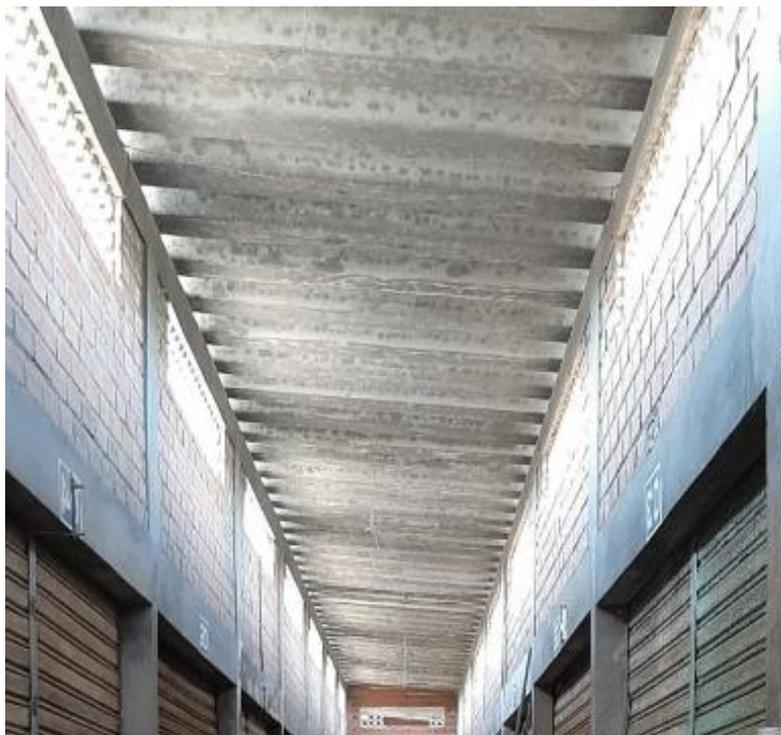


Foto 08: Localizada no pavilhão central e 03. Sinais de infiltração com a presença de manchas brancas e mofo.

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 09: Laje de cobertura localizada no bloco central. Corrosão de armadura e manchas de umidade.

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 10: Reservatório inferior. Localizado do lado esquerdo do açougue. Falta de manutenção.
Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 11: Manifestação localizada no Reservatório superior em laje de cobertura do bloco central, apresentando sinais de reparação anteriormente realizada. Corrosão de armadura, manchas de umidade
Fonte: Acervo próprio – out/2020

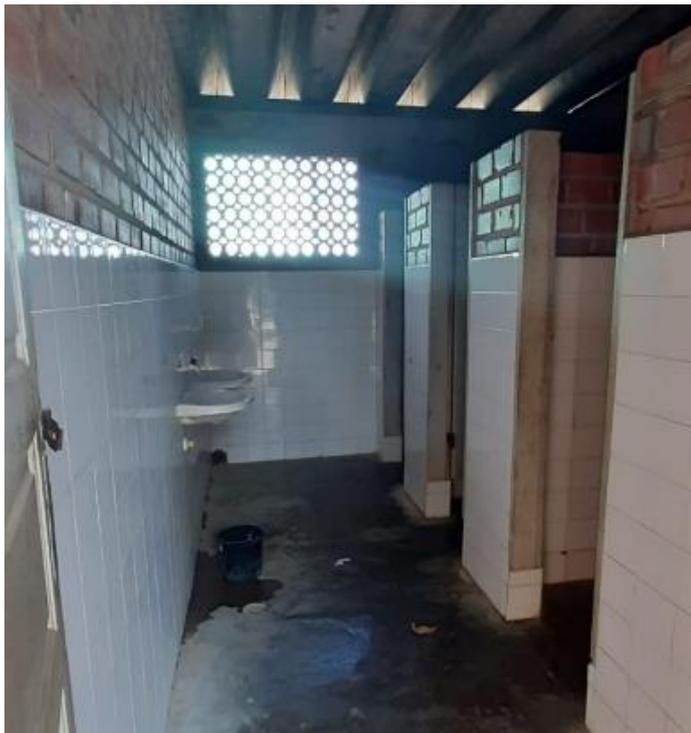


Foto 12: Corrosão de armadura, manchas de umidade localizada nos **Banheiros Masc., Fem. E PcD.**

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 13: Valas de escoamento superficial de forma inadequada.

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 14: Fiação elétrica exposta e instalada de forma inadequada acarretando risco de curto e incêndio.

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 15: Rampas com inclinação inadequada de acordo com a NBR 9050/2020

Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 16: Escadas precisando de reparos.
Fonte: Acervo próprio – out/2020



Foto 17: Ausência de casa de lixo.
Fonte: Acervo próprio – out/2020